A correspondência oficial da capital e das provincias, fra bem como os pariódicos que trocarem com o Diário, devem dirigir-se à Imprensa Nacional.

Anunciam-se todas as publicações literárias de que se receberem na nesma Imprensa dois exemplares com êsse destino.

Número avalso, cada fôtha de quat - páginas 40 Em conformidade da carta de lei de 94 de Maio e regulamento de 3 de Agosto de 1902, cobrar-se hão 10 réis de sêlo por cada anúncio publicado no *Diário do Gostrao* 

ncia para a assinatura do *Diário do Gostrno* deve se<u>s</u> dirigida à Administração Geral da Imprensa Nacional. A que respeitar à publicação de anúncios será enviada à mesma Administração Geral, devendo em qualquer dos casos vir acompanhada da respectiva impor-

#### SUMÁRIO

# MINISTÉRIO DO INTERIOR:

Despachos pela Direcção Geral da Instrução Primária, sôbre movimento de pessoal.

Aviso de terem sido retirados de concurso a escola masculina de Paço de Sousa e o segundo lugar de professor da escola masculina de Soalhães.

Portaria de 12 de Dezembro, louvando o inspector e um professor do círculo escolar de Alenquer por serviços prestados à instrução

popular.

Anúncio de concurso para provimento de escolas primárias.

Quadro dos candidatos às Bôlsas de Estudo que a Junta Administrativa da Universidade de Coimbra verificou satisfazerem-às condições de admissão.

### MINISTÉRIO DA JUSTIÇA:

Rectificações a despachos pela Direcção Geral da Justica, sôbre movimento de pessoal.

Despacho encarregando um professor da Universidade de Lisboa de estudar no estrangeiro a organização dos estabelecimentos destinados a menores em perigo moral.

Despachos sôbre movimento de pessoal de registo civil. Despachos criando postos de registo civil.

#### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

Despachos pela Secretaria Geral, sôbre movimento de pessoal. Decreto de 9 de Dezembro, autorizando o abono de serviços extraordinários aos empregados da fiscalização marítima da Alfândega do Pôrto em serviço no rio Minho. Estatística comparativa dos rendimentos das alfândegas nos meses

de Netembro de 1910 e 1911. Acórdãos do Conselho Superior da Administração Financeira do

### MINISTÈRIO DA MARINHA:

Despachos pela Administração dos Serviços Fabris, sôbre movimento de pessoal.

# MINISTÈRIO DO FOMENTO:

Despachos pela Secretaria Geral, sôbre movimento de pessoal. Portaria de 13 de Dezembro, nomeando uma comissão para apre-ciar as reclamações apresentadas acêrca do traçado do caminho de ferro do Vale do Vouga.

Anúncio de concurso para provimento de lugares de condutor de 3.ª classe da secção de minas.

Despachos pela Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, sôbre movimento de pessoal.

Notificação de registos de marcas internacionais Relação de registo de marcas industriais concedidas.

Relações de pedidos de registo de nomes industriais e patentes de

Aviso acêrea da anulação de um despacho de recusa de um registo

Despachos pela Direcção Geral da Agricultura, sôbre movimento

de pessoal. Aviso aos concessionários de licenças para exploração de indústrias

eléctricas para o pagamento da taxa relativa a 1912.

Despachos pela Administração Geral dos Correios e Telégrafos sôbre movimento de pessoal.

# MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS:

Aviso de estarem abertas ao serviço telegráfico internacional as estações de Ibrahimo e Ihamorrimo, do distrito de Moçambique. Boletim Militar das Colónias n.º 17, referido a 14 de Setembro. Despachos pela Direcção Geral de Fazenda das Colónias, sôbre movimento de pessoal.

Vimento de pessoai.

Decreto de 27 de Maio, negando provimento no recurso n.º 464, de 1910, sôbre contribulção predial, em que era recorrente o inspector de fazenda do Estado da India.

### CONGRESSO:

Camara dos Deputados: Proposta de lei sôbre reforma dos oficiais dos quadros coloniais.

Projectos de lei:

Sôbre administração e dotação escolares. Para a venda de joias, trens e equipagens que pertencian

à coroa de Portugal. Senado da República Portuguesa, projectos de lei : Para ser autorizada a Câmara Municipal do Pôrto a contrair um empréstimo destinado à execução do projecto de novo arruamentos naquela cidade.

Para ser autorizada a Câmara Municipal da Feira a contrai um empréstimo destinado ao pagamento de dividas passivas.

# AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS:

Camara Municipal de Lisboa, edital mudando a denominação duma rua ; anúncio de concurso para provimento de dois lugares de amanuense de quadro da 2.ª Repartição da Câmara.

Corpo de polícia de Castelo Branco, anúncio de concurso para provimento de um lugar de guarda. Administração do concelho de Loures, edital acêrca da ge

rência da Câmara Municipal em 1901. Universidade de Lisboa, anúncio de concurso para provimento provisório de uma vaga de segundo assistente da Escola de Far-

Instituto Torre e Espada, anúncio de concurso para admissão de quatro professoras. Juizo de diretto da comarca de Alijó, éditos para citação de

refractários. Juizo de direito da comarca de Celorico de Basto, idem.

Juizo de direito da comarca de Loulé, idem.

Juizo de direito da comarca de Oliveira de Azeméis, idem

Juizo de direito da comarca de Satam, idem.

Direcção da Alfandega do Porto, éditos para levantamento de um espólio.

Direcção das Construções Navais, anúncio para venda de cabo de arame de aço e de chapas de chumbo.

Deposito de praças do ultramar, anúncio para arrematação de calcado.

Caminhos de Ferro do Estado, boletins das receitas das linhas do Sul e Sueste e do Minho e Douro no mês de Setembro. Observatório do Infante D. Luis, boletim meteorológico.

Capitania do pórto de Lisboa, boletim do movimento da barra. Estação Telegráfica Central de Lisbos, boletim do movimento das barras.

AVISOS E PUBLICAÇÕES.

ANUNCIOS JUDICIAIS E OUTROS.

# SUMÁRIO DOS APÉNDICES

N.º 454 — Cotação dos fundos públicos nas Bôlsas de Lisboa e Pôrto, em 11 de Dezembro.

# MINISTÉRIO DO INTERIOR

### Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial

#### 2.ª Repartição

Em virtude do determinado na alínea c) do artigo 20.º do decreto de 22 de Março de 1911 e para os efeitos do disposto na portaria do 30 de Outubro findo (Diário do Governo n.º 255, de 1 de Novembro de 1911), é publicado o seguinte quadro dos candidatos às Bôlsas de Estudo, que a Junta Administrativa da Universidade de Coimbra, constituida em júri, conforme o preceituado no citado artigo 20.º e para cumprimento da referida portaria, verificou satisfazerem às condições de admissão e graduou nos termos do § único do artigo 2.º do mesmo de-

Nome do candidato	Fim da bôlea	Mérito	Recursos e encargos	Observações
N.º 1 — Maximino José de Morais Correia.	Faculdade de Medicina	plementar de Sciências	Muito pobre e órfão de pai	
N.º 2 — José Maria de Sei- ça Neto.	Faculdade de Direito	b) Optimo comportamento no liceu. a) Distinto com 17 valores no exame do curso complementar de Letras do liceu. b) Exemplar comportamen-	Muito pobre, tendo sido, co- no tal, recebido no Co- légio dos Órfãos de Coim- bra.	·
N.º 3 — José Martinho Si- mões.	Faculdade de Direito	to no liceu.	Tem mais cinco irmãos, pos- suindo os pais rendímento	l «Rocage» no exame o
N.º 4 — Joaquim Simões Pereira.	Faculdade de Sciências	b) Exemplar comportamen to no liceu.	s Tem mais seis irmãos, re- cebendo os pais o rendi-	gisto criminal.
N.• 5 — (D.) Maria da Con- ceição do Samei ro Ferro da Silva	Faculdade de Medicina	b) a) Distinta com 15 valore no exame do curso com plementar de Sciências d liceu. Distinta com 16 va lores nos exames de Qui	o   -	
	-	mica Inorgânica, Química Orgânica e Botânic da Universidade de Coimbra.  b) Muito bom comports	i- 2 1-	
N.º 6 — Artur Augusto Vi deira.	- Faculdade de Sciências.	l'amente no licen	es Tem mais seis irmãos, send 	D 1
N.º 7—João Matilde Xa vier Lobo.	-Faculdade de Sciências.	b) Bom comportamento r liceu. a) Distinto com 16 valore no exame do curso con plementar de Sciência do liceu.	es Tem mais uma irmā, pos suindo sua māe, viuvs as um rendimento colectá vel não superior a 11,500	69 
N.º 8 — João Pereira d Silva Dias.	a Faculdade de Sciências.	b) Exemplar comportament to no liceu.  a) Distinto com 16 valor no exame do curso com plementar de Sciência do liceu.  b) Bom comportamento se	es Órfão de pai e mãe, pos n-suindo uns 55,5000 réis d as rendimento.	e
N.º 9 — Guilherme Ferre ra Roque.	i-Aluno do liceu	1 14 000	1.ª Órfão de pai e extrema do mente pobre. si-	

Secretaria da Universidade de Coimbra, em 13 de Dezembro de 1911. = O Secretário, Manuel da Silva Gaio. Direcção Geral da Instrução Secundária, Superior e Especial, em 14 de Dezembro de 1911.=O Director Geral, Angelo da Fonseca.

# Direcção Geral da Instrução Primária

### 3.º Repartição

Declara-se aberto concurso documental para o provimento das seguintes escolas:

# 1. Circunscrição escolar - Lisboa

Sexo masculino da freguesia do Sobral da Abelheira, concelho de Mafra.

# 2.ª Circunscrição escolar — Colmbra

Sexo femenino da freguesia da Vila Boa de Quires, concelho de Marco de Canavezes.

O prazo do concurso, nos termos do decreto de 7 de Janeiro do corrente ano, publicado no Diário do Govêrno n.º 6, começa na data da publicação do presente anúncio e termina quinze dias depois, às quatro horas da tarde.

Os requerimentos dos candidatos devem ser entregues ao inspector da respectiva circunscrição escolar, dentro do prazo do concurso, acompanhados dos documentos indica-dos no artigo 136.º do decreto regulamentar de 19 de Setembro de 1902.

Nos termos do artigo 29.º da lei de 29 de Março de 1911, não são admitidos candidatos do sexo femenino aos concursos das escolas para o sexo masculino.

Direcção Geral da Instrução Primária, em 14 de Dezembro de 1911.=O Director Geral, Ledo Azêdo.

Por despacho de 20 de Novembro último e com o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado de 5 do cerrente:

. Transferidos, precedendo concurso, os seguintes professores primários para as escolas abaixo designados:

Silvana Augusta Pinto, da escola do sexo femenino da freguesia de Rio Frio, concelho de Bragança, para a do mesmo sexo da freguesia sede do concelho e circulo escolar do Mogadouro.

Maria da Conceição Benécio, da escola mixta da freguesia de Formil, concelho de Bragança, para a do sexo femenino da freguesia de Peredo, concelho de Macedo de Cavaleiros, circulo escolar de Mirandela.

Por despacho de 23 de Novembro último e com o visto do concelho Superior da Administração Financeira do Estado, de 2 do corrente:

Joaquim Luís Ribeiro, professor primário da escola da freguesia de Reguengos, concelho da Batalha — transferido, precedendo concurso, para a escola da freguesia de Poussos, concelho e círculo escolar de Leiria.

Por despacho de hoje.

José Pires Marques, professor da Escola Central n.º 13, da cidade de Lisboa, círculo ocidental, concedidos trinta dias de licença por motivo de doença.

Para os devidos efeitos se pública que são retiradas do concurso: a escola masculina de Paço de Sousa, concelho de Penafiel, publicada no Diário do Govêrno n.º 288, de 11 do corrente, e bem assim o segundo lugar de professor da escola masculina da freguesia de Soalhães, concelho de Marco de Canavezes, publicado no Diário do Govêrno da mesma data.

Direcção Geral de Instrução Primária, em 14 de Dezembro de 1911. — O Director Geral, Leão Azêdo.

Tendo chegado ao conhecimento das estações superiores que o Inspector do círculo de Alenquer, António da Conceição, e o professor do mesmo círculo escolar, José Augusto Saraiva, se tem distinguido no desempenho de suas funções pedagógicas, fazendo em dias feriados conferências públicas sôbre instrução e deveres cívicos de modo a promover a frequência das escolas e levantar o nível moral do povo.

Manda o Govêrno da República Portuguesa que pelo Ministro do Intérior, se dê aos referidos funcionários do ensino popular um testemunho público de agrado, que a êles sirva de galardão e a outros de justo incentivo.

Pacos do Govêrno da República, em 12 de Dezembro de 1911. — O Ministro do Interior, Silvestre Falcão.

# MINISTERIO DA JUSTICA Direcção Geral da Justiça 1.ª Repartição

Por ter saído com inexactidão no Diário do Govêrno de 12 do corrente, novamente se publica o seguinte despacho:

Dezembro 9

Mariano José Dâmaso — nomeado oficial de diligências do juízo de direito da comarca de Tôrres Novas, no impedimento de Manuel Pedro.

2.ª Repartição

Portaria - encarregando o Dr. Afonso Augusto da Costa, Deputado e professor, para, em comissão gratuita, estudar no estrangeiro a organização relativa a estabelecimentos destinados a menores em perigo moral.

Direcção Geral da Justiça, em 13 de Dezembro de 1911. = O Director Geral, Germano Martins.

# Conservatória Geral do Registo Civil

Despachos efectuados em 14 de Dezembro de 1911

Bacharel Pedro Mendonça Machado — nomeado ajudante do conservador do registo civil de Ponta Delgada. Criado um pôsto de registo civil na freguesia da Rua, concelho de Moimenta da Beira.

Adelino Manuel — nomeado ajudante do referido pôsto. Criado um pôsto de registo civil na freguesia de Guiães, concelho de Vila Rial.

Direcção Geral

		≜lfåndega de	Lisboa			Alfândega do Pôrte				Alfândega do	Funchal	
Verbas de receita			Diferenças	em 1911		·	Diferença	em 1911			Diferença	s em 1911
	1910	1911	Para mais	Para menos	1910	1911	Para mais	Para menos	1910	1911	Para mais	Para meno
ireitos de importação geral	596:435 <b>4</b> 954	624:202\$837	27:766#883	-#-	440:849#722	471:327\$780	30:4784008	- <u>5</u> -	24.268#708	24:764 <b>#</b> 909	496#201	-\$-
obretaxa aos direitos pautais — Imposto de fabrico							501210 <b>p</b> 5000		22,200,0100	Tri I CEBOOO	#00 <b>P</b> 201	
sôbre géneros estrangeiros	22:439#083	24:870#272	2:431 \$189	- <b>\$</b> -	<b>13:585 \$889</b>	14:586\$949	1:001#060	- <b>5</b> -	-5-	347≴526	, <b>347</b> <i>5</i> 526	-#-
ireitos de importação de cereais	964,5958	62 <b>\$</b> 716	- <b>#-</b>	902#242	3:636≱483	70≱368	- <b>#</b> -	3:566\$115	27:743#556	19:557≴678	- <b>\$</b> -	8:185#8
ireitos de importação de tabaco	<b>14:529\$439</b>	17:652#335	3:122#896	<b>-</b> ≱	4:042#930	1:585#045	<b>-\$</b> -	2: <b>4</b> 57 <b>\$</b> 885	238#712	285 <b>&amp;2</b> 56	<b>4</b> 6 <b>≴</b> 544	-5-
ireitos de exportação fixos	7:417#138	6:518#027	<b>-\$−</b>	899#111	3:629\$245	2:558\$712	<b>-</b> ≱	1:070#533	<b>35≱94</b> 6	43≴591	<b>7,</b> 464.5	-5-
ireitos de exportação ad valorem	12:261 364	10:517≴380	-ặ-	1:743,8984	3:856≸861	2:055≴106	-4-	1:801 4755	524,\$527	<b>264≴</b> 986		259≴5
ireitos de exportação de vinhos comuns tintos	<b>142 \$</b> 156	258 4637	116 <b>#4</b> 81	-≴	270\$781	249#887	<b>-5</b> -	20#844	<b>-</b> ≴-	- <u>\$</u> -	<b>-5</b> -	-3-
ireitos de exportação de vinhos comuns brancos	<b>72≸</b> 697	52≴081	- <u>\$</u> -	20#616	<b>≴</b> 961	<b>≴</b> 877	<b>-\$</b> -	<b>≴</b> 084	- <b>5</b> -	-\$-	<b>-\$-</b>	-4-
rireito de carga	23: <b>441\$4</b> 78	23:540#278	98≴800	-5-	11:082#585	12:572#722	1:490#137	- <b>\$</b> -	11#300	13#000	1\$700	
mpostos para portos e barras	-#	5	<b>-\$</b> -	-\$-	163#810	188#442	24#632	<b>-</b> ≴	- <b>5</b> -	- <b>5</b> -	- <b>5</b> -	-\$-
axas de estadia em Leixões	<b>-5</b> -	-\$	- <b>\$-</b> -	-5-	2:220#235	1:656,614	<b>-5</b> -	563≴621	-5-	-\$-	- <b>5</b> -	-5-
mpostos de quarentena e lazareto	319≴088	535 <b>≴</b> 532	216 <b>#44</b> 4	<b>-5</b> -	<b>47≴</b> 650	465462	<b>-\$-</b>	1,5188	- <b>5</b> -	- <b>5</b> -	<b>-</b> #	-5-
mposto adicional de 6 por cento	2:363\$753	2:622\$558	258#805	<b>-\$-</b>	2:035#061	1:622\$419	<b>-</b> #	412\$642	305474	<del>4</del> 3 <b>≴</b> 866	13 <b>#3</b> 92	-#-
mposto complementar de 6 por cento	1:764\$770	2:112 \$242	347,5472	- <b>&amp;-</b>	4:321#178	3:584 <b>#2</b> 86	- <b>5</b> -	736#892	24,5966		_	
mposto adicional de 5 por cento	12:443 <b>\$</b> 257	10:216 \$930		2:226#327	3:633 <b>,</b> 607	3:038 <b>#69</b> 2	<b>-</b> 5-	594 <b>\$</b> 915	23#371	24#741	1 <b>≱</b> 370	- <b>5</b> -
•	215:927\$748	176:121,196	. <b>-\$-</b>	39:806#552	<b>\$</b>	<b>5-</b> -	-\$-	-5-	-5-	-\$-	· -8-	-#-
mposto sanitário sôbre carnes	7235145	1:209\$371	486 #226	-#	<b>-≨</b> -	<b>-</b> ≸-	<b>-</b> #-	-5-	<b>5</b>	-4-	- <b>5</b> -	- <u>\$</u> -
mposto de consumo no Pôrto	<b>-</b> ≴	<b>-</b> #-	- <b>5</b> -	<b>-5</b> -	17:079#277	12:723 <b>≴</b> 262	<b>-\$</b>	4:356 4015	-#-	<b>5</b>	<b>-</b> \$-	·5-
mposto do real de água	184 3067	90#829	- <b>#</b> -	93#238	33:646 428	26:617,8687	<b>-5-</b> .	7:028#736	904949	· ·	<b>8</b>	27,51
mpcsto do pescado	15:510\$814	15:935 4686		<b>\$</b>	14:152#498	7:643 <b>#4</b> 63	<b>-</b> ≱-	6:509#080	346#740	1 _ 1	51,3641	
mposto de fabrico sôbre géneros nacionais	9:843,5195	12:472,5682	2:629#487	- <b>\$-</b> -	1:333#379	1: <b>4</b> 35 <b>≴2</b> 25	101 <b>#84</b> 6	<b>-5</b> -		<i>-</i> ₽-	<b>-</b> #-	≸-
mposto de 10 réis por quilograma sôbre o algodão em rama ou em caroço importado	762 \$820	1:7114980	949≴660	<b>-\$</b> -	3:531 \$250	4:918 \$220	1:386#970	-\$-	. <b>-#</b> -	-4-	- <b>5</b> -	-\$-
Receitas de análises de vinhos exportados para a Ale- manha.	_ <b></b>	2#000	2≴000	- <b>5</b> -	- <u>\$</u> -	103≴000	103≴000	<b>-8</b> -	- <b>5</b> -	32≴000	32,5000	-5-
Caxas de tráfego	12:221 8037	11:831\$100	- <b>\$</b>	3894937	10:073#877	9:799#455	- <b>5</b> -	2734922	1:160#427	976 \$563	-\$-	18338
Emolumentos do contencioso fiscal	169#085	378≱100	209≴015	<b>-</b> \$-	102#134	<b>43408</b> 1	<b>5</b>	594053	<b>3≴6</b> 60	- <b>5</b> -	\$	3,56
Emolumentos da guarda fiscal	16#786	5#818	- <u>\$</u> -	10≴968		54850	<b>4≴</b> 880	-\$-	-5-	-\$-	<b>\$</b>	- <b>5</b> -
Remanescente das ordeus de pagamento (artigo 65.º					<b>≴9</b> 70	•		_	_	_	_	_
do decreto n.º 3 de 27 de Setembro de 1894)	₫	<b>-</b> -≸	. <b>-\$</b> -	<b></b> #-	- <b>5</b> -	54722		<b>5</b> -	- <b>5</b> -	- <b>j</b> -	- <b>\$</b> -	-5-
Armazenagem	672 \$774	1:008#651	335≱877	- <b>#</b> -	194#043	- 1	397#248	-#-	10#364	59 <b>,521</b> 8	48#854	- <b>#</b> -
Arrojos do mar	18\$641	2#417		16#224	19#032	33≴764		- <u>\$</u> -	516#279	· ·	<u>#</u>	516,52
Fazendas abandonadas e demoradas	342#636	8#685	1	333 <b>4</b> 951	3#436		52,5933	-\$-	<b>~∯</b> ~ 90.#404	- <b>\$</b> -	- <u>\$</u> -	-\$-
Multas e tomadias	388#479	536,5527	148,5048		275#231	1:564,5335	•		30 <b>≴</b> 404. 750 ≠000	82 <b>5</b> 697	5 <b>2#29</b> 3	- <b>≨</b> - 36 <b>≨</b> 5
Sélo	18:184 \$609	20:541 \$594			7:419#359	6:711\$171	- <u>\$</u> -	708 <b>≴</b> 188 – <b>≴</b> –	752 <b>≴</b> 986 – <b>≴</b> –		<b>ặ-</b> - : <b>ặ</b> :	<b>5</b>
Receitas do pôsto marítimo de desinfecção	632,\$200	707#750	75,≴550	<b>-</b> ≱	-\$		<b>≴</b>	-p-	- <b></b> -	-\$-	qr-	
Subsídio à Câmara Municipal de Setúbal — 1 por cento ad valorem sôbre a exportação	1:198#295	1:117#580	-#-	80 <b>#</b> 715	-\$-	<b>#</b>	-≴-	-\$-	<b>≨-</b> -	- <b>5</b> -	-#-	-\$-
Dois terços do impôsto sôbre o bacalhau pescado por navios portugueses	<b>-\$</b>	- <b>5</b>	<b></b> \$-	\$	376≴000	-5-	-\$-	<b>876≴000</b>		<b>≴</b>	-#-	-\$-
Subsídio à Liga Naval — um têrço do impôsto sôbre o bacalhau pescado por navios portugueses diversos	_\$_	-\$-	- <u>\$</u> -	- <u>\$</u> -	188 <b>≴00</b> 0			188 <b>≴</b> 000	- <b>-</b> 5-		- <u>\$</u> -	<b>-5</b> - 101 <b>5</b> 4
Diversas	2:346#140	2:682 <b>#</b> 892	336 <b>≴</b> 75 <b>2</b>	_ <del>-</del> \$-	797≴606	806 \$434	8#828	-\$-	197#988	96,525	<b>-</b>	10194
Soma	<b>973:737≴</b> 106	969:526#683	<b>46:523≴</b> 865	42:313\$442	582:5684958	588:202 <b>∦64</b> 0	36:859#100	30:725#418	56:011#357	47:811 <b>§4</b> 84	1:114#428	9:814\$3

<sup>1.</sup>ª Repartição da Direcção Geral das Alfândegas, em 9 de Novembro de 1911. - O Chefe da Repartição, João de Sousa Calvet de Magalhães.

António Augusto de Barros — exonerado de ajudante do posto de registo civil de Alcabideche, concelho de Cascais.

Fica pertencendo ao pôsto de registo civil de Galegos, concelho de Penafiel, a freguesia de Rans.

Criado um pôsto de registo civil em Santa Maria de Arnoso, concelho de Vila Nova de Famalicão.

Conservatória Geral do Registo Civil, em 14 de Dezembro de 1911. — O Director Geral, Germano Martins.

### MINISTERIO DAS FINANÇAS Secretaria Geral

#### Decretos expedidos por êste Ministério nas datas abaixo indicadas

1911 - Dezembro - 9

António Soares de Almeida, pároco celado na igreja de S. João Baptista de Loure, concelho de Albergaria a-Velha e diocese do Pôrto — concedida aposentação ordinária com a pensão anual de 402,0000 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 30 de Dezembro de 1890 e § 6.º do artigo 73.º da lei de 9 de Setembro de 1908.

Ednardo Lopes Subtil, pároco colado na igreja de S. Lourenço, concelho e diocese de Portalegre — concedida aposentação ordinária, com a pensão anual de 297,8284 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 30 de Dezembro de 1890 e § 6.º do artigo 73.º da lei de 9 de Setembro de 1908.

José Augusto da Rocha, pároco colado na igreja de S. Pe-

dro de Tamengos, concelho de Anadia e diocese de Combra — concedida aposentação extraordinária, com a pensão anual de 345,8800 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 30 de Dezembro de 1890 e § 6.º do artigo 73.º da lei de 9 de Setembro de 1908.

José Francisco da Costa, pároco colado na igreja de Nossa Senhora da Purificação da Sapataria, concelho de Sobral de Monte Agraço e diocese de Lisboa — concedida aposentação ordinária, com a pensão anual de 2625526 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 30 de Dezembro de 1890 e § 6.º do artigo 73.º da lei de 9 de Setembro de 1908.

António Lopes do Rêgo, pároco colado na igreja de Nossa Senhora da Graça da Tôrre de Vale de Todos, concelho de Ancião e diocese de Coimbra—concedida aposentação ordinária, com a pensão anual de 180,6000 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 30 de Dezembro de 1890 e § 6.º do artigo 73.º da lei de 9 de Setembro de 1908.

Manuel da Silva Costa e Nora, pároco colado na igreja de S. Martinho de Murtede, concelho de Cantanhede e diocese de Coimbra — concedida aposentação ordinária, com a pensão anual de 3375000 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 30 de Dezembro de 1890 e § 6.º do artigo 73.º da lei de 9 de Setembro de 1908. João Baptista Meireles, pároco colado na igreja de S. Mamede de Sortes, concelho e diocese de Bragança — concedida aposentação ordinária, com a pensão anual de 1805000 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 30 de Dezembro 1890 e § 6.º do artigo 73.º

da lei de 9 de Setembro de 1908.

Domingos Cortês da Silva Curado, pároco colado na igreja de S. Tiago de Marrazes, concelho de Leiria e diocese de Coimbra — concedida aposentação extraordinária, com a pensão anual de 329,585 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 30 de Dezembro de 1890 e § 6.º do artigo 73.º da lei de 9 de Setembro de 1908.

Manuel Caetano Alves Pereira, pároco colado na igreja de Santo André da Castanheira, concelho de Mogadouro e diocese de Bragança — concedida aposentação ordinária, com a pensão anual de 1805000 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 30 de Dezembro de 1890 e § 6.º do artigo 73.º da lei de 9 de Setembro de

Domingos Rodrigues Preto Morais, pároco colado na igreja de Nossa Senhora da Conceição de Amarelejo, concelho de Moura e diocese de Beja — concedida aposentação ordinária, com a pensão anual de 759,890 reis, que lhe será paga nos termos do decreto de 30 de Dezembro de 1890 e § 6.º do artigo 73.º da lei de 9 de Setembro de 1908. e

Emídio José Maria Tôrres, administrador do 2.º cemitério de Lisboa — concedida aposentação extraordinária, que requereu pela Câmara Municipal da mesma cidade, nos termos do decreto de 8 de Outubro de 1891, com a pensão anual de 483,5330 réis, que lhe será paga nos termos do decreto de 26 de Julho de 1886 e do § 6.º do artigo 73.º da lei de 9 de Setembro de 1908.

Ministério das Finanças, Secretaria Geral, em 9 de Dezembro de 1911. — Servindo de Secretário Geral, André Navarro.

das Alfandegas

partição

Funchal, Ponta Delgada, Angra do Heroismo e Horta, nos meses de Setembro de 1910 e 1911

<b>≜</b> ì	lfåndega de Pon	ta Delgada		Alf	ândega de Angra	do Heroísmo			Alfåndega	de Horie			Total		
		Diferença	em 1911			Diferença	em 1911	'		Diferença	s em 1911			Diferença	em 1911
1910	1911	Para mais	Para menes	1910	1911	Para mais	Para menos	1910	1911	Para mais	Para menos	1910	1911	Para mais	Para men
3:866 <b>\$</b> 607	5:937,5834	- <b>#</b> -	2:928\$778	4:570 <b>#489</b>	5:507#080	936 \$541	- <b>\$</b> -	2:972\$449	5:810\$416	2:337#967	· -š-	1.077:963\$929	1.137:050\$756	59:086#827	
105\$767	86#670	-g-	19\$097	178\$693	205#226	264538	~ <b>5</b> ~	177\$172	768442	- <b>5</b> -	100#780	36:486#604	40:173,085	3:686#481	- <i>j</i>
-\$-	- <b>&amp;</b> -	-5-	-8-	-8-	-5-	- <u>\$</u> -	-5-	·\$	-5-	-≨	-\$-	<b>32:344 \$</b> 997	19:690 <b>3</b> 762	- <b>4</b> -	12:654
2:557.4472	2:900\$458	3424986	-5-	255 \$570	984608	-\$-	156,5962	132 \$579	<b>\$224</b>	- <b>5</b> -	132\$355	21:756\$702	22:521 <b>,</b> 5926	765∦224	-4
<b>5</b> 601	_ <b>3</b> _	-\$-	<b>\$</b> 601	-\$-	<b>5</b>	-5-	- <b>g</b> -	\$		-4-	<b>-</b> #-	11:082 \$930	9:120≴330	- <b>5</b> -	1:9624
445 128	385 <b>,</b> 5596		59 \$532	13,807	20\$452	64645	- <b>5</b> -	2,8304	3≴750	1,8446	-5-	17:1034991	13:247 270		3:856
- <b>5</b> -	-\$	-5-	-5-	-3-	-\$-	- <b>5</b> \	-5-	<b>\$002</b>	<b>≴</b> 010	<b>≴</b> 008	- <b>\$</b> -	412#889	508#534	95,645	-4
-8-	-5-	-8-	-#-	-5-	<b>5</b> -	- <b>#</b> -	- <b>5</b> -	<b>-\$-</b>	- <b>5</b>	-5-	-#-	<b>78≴</b> 658	<b>52≴</b> 958	-\$-	. 20
:0224650	1:137 159	114,509	-5-	117\$120	204#600	874480	-#-	78#606	115\$159	36,≴553	<b>⊸≴</b> -	35:753 3739	37:5824918	1:829 \$179	
-4-	-#-		- <b>5</b> -	- <u>#</u> -	- <b>#</b> -	- <b>#-</b>	- <b>5</b> -	- <b>\$</b> -	~#-	- <b>\$</b> -	- <b>5</b> -	163#810	188#442	24#632	-4
	-4-	-8-	-5-		<b>≴</b> ∫	<b>-\$-</b> -	<b>-≴-</b>	- <b>5</b> - }	- <b>#</b>		` <b>\$</b>	2:220#235	1:656,5614	<b>g</b>	563
-5-	-8-	- <b>š</b> -	- 5-	-#-	-#-	<b>-</b> -≴		-5-	- <b>\$</b>	~ <b>\$~</b>	-5-	366,3738	581#994	215#256	7
32#219	27,8811	<b>\$</b>	4 4 4 0 8	204621	17#515	-5-	3#106	195102	12,8714	-\$-	6#388	4:501 #230	4:346\$883	-\$-	154
1784235	189#673	11,5438	-g-	40#782	20#403	5-	204329	6≴022	5#317	<b>#</b>	<b>≴</b> 705	6:8354903	5:952#144		383,
79#245	804476	1 \$231	- <u>\$</u> -	25#175	24,5474		<b>≴</b> 701	11,5238	12 <b>\$</b> 758	1 <b>#</b> 51ō	~ <b>-5</b>	16:215#898	13:398,5066	l I	2:817
-8-	-5-	-5-	-\$-	-5-	- <b>#</b> -	<b>-5-</b> .	-#-	-#-	<b>-\$-</b>	≸		215:927#748	176:121,5196		39:806
-8-	- <b>5</b> -	- <b>š</b> -	_ <b>5</b> _	- <b>5</b> -	-#-	~ <b>.j</b> .~	-\$-	- <b>#</b> -	-\$-	- <b>\$</b> -	<b>\$</b> .	723,5145	1:209#371	486,5226	4.050
-4-	-8-	#	-3-	- <b>5</b> -	- <u>\$</u> -	- <b>5</b> -	-5-	-\$-	<b>-\$-</b>	- <b>5</b> -		17:079\$277	12:728#262		4:356
1194590	21 \$554	-8-	98,4036	1725316	26\$713	-\$-	<b>145</b> ≱603	-#-	- <b>4</b> -	-5-	~ <b>\$</b> ~	34:213#345	26:820\$574 24:670\$726	-\$- -\$-	7:392 6:162
4234859	416 879	-3-	6≴980	165#461	1394922	- <b>5</b>	25≸589	233,576	136 4395	-5-	97,5181	30:8324943	13:907,4907	2:731 <b>,</b> 333	0:102
-5-	- <b>j</b> -	-8-	-5-	-#-	- <b>g</b> -	-,5	-\$-	-#-	- <b>#-</b> .	-5-	-5-	11:176\$574	To:ad:bact	2; (01 <b>p</b> 000	_
-5-	-1-	-4-	- <b>5</b> -	- <b>\$</b> -	- <b>#</b>	<b>-\$-</b>	-5-	- <u>\$</u> -	-4-	-#-	<b>-5-</b>	<b>4:293\$</b> 570	6:630 <b>#2</b> 00	2:336#630	-
}	•		} _ }		-g_	<b>-</b> ≱-	-5-	_ <b></b> _	- <b>š</b> -	-\$-	- <b>\$</b>	- <b>5</b> -	187#000	137#000	-
<b>5</b>	-5-	- <u>\$</u> -	-5-	<b>\$</b>	4444037	\$-	1334529	4814665	433 182	<i>-</i> å−	48#488	25:001 \$014	24:029#668	<b>-</b>	971
486#942	5 <b>45</b> <i>≴</i> 381	58#389	1 1	577 <b>≴</b> 566	14,5154	14#154	10000	65154	<b>≱</b> 264	-\$-	5≸890	281,5033	435#599	,	-
- <b>š</b> -	- <b>\$</b> -	-5-	-5-	-5- 38≴103	24,5004	- <b>\$</b> -	14,5099	79\$743	58≱962	- <b>5-</b>	20≱781	153,5865	95 <b>,</b> 5985	-\$	57
18#263	1#351	-\$-	16\$912	90 PTOD		•	}			_	l .	1	5,5722	5 <b>#</b> 722	<u> </u>
<b>š</b>	- <b>5</b>	-#-	-5-	- <b>5</b> -	-#	<b>-≴</b> -	-5-	-5-	- <b>\$</b> -	- <u>#</u> -	-\$- -\$-	-#- 909#60 <del>6</del>	1:722#977	813#371	_
14#896	37 <b>5</b> 645		_\$_	11#269	11,8225	- <b>\$</b> -	<u>\$</u> 044	6,5260	14,5947	8,5687	1	556\$061	38,507	-#-	517
1#460	-4-	-5-	1 460	<b>-\$</b>	≸	<b>-\$-</b>	-3-	<b>≱6</b> 49.	2,#326		1664668	1	654054	-5-	447
-3-	-\$-	-5-	-5-	-#-	~∯~	<b>−å−</b>	-5-	166#668	- <b>\$</b> -		\$214	í	2:204\$720	1	}
9,\$796	10,8149		-5-	_ <b></b> _	6,8000	6#000	-5-	5#226	5 <b>\$</b> 012	- <b>5</b> -	26 \$ 195		28:666#242	ī	} _
342 \$260	321 <b>\$</b> 721	,	204589	1925676	178#154	-5-	14,522	228#314	197#119	,	20,9130	6324200	1	1	l .
<b>#</b>	-\$-	-#-	<b>-\$</b> -	- <u>\$</u> -	≴	-3-		#	-4-	-#-	}	t	}	1	١,
- <b>\$</b> -	<b>-\$</b> -	-5-	-4-	- <u>\$</u> -	~#~		-\$-	- <del>-</del>	- <b>š</b> -	<b>-</b> #-	-5-	1:198#295	1:117#580	-5-	80
<b>-</b> \$-	221#040	221,5040	- <u>\$</u> -	-\$-	-5-	-4-	-5-		-4-	-5-		376≴000	(	į	154
	446-80	110450		- <u>#</u> -	-5-	-5-	-8	_ <b>_</b>	- <b>\$</b> -	-8-	-5-	188#000	Į.	1	77
<i>-≴</i> - 116≴636	1103526	1	15#857	10 <b>≱</b> 995	1	-\$-	88088	4\$656	15471	-\$-	3#185	8:474\$021	3:696,5013	<u> </u>	
14:821\$626	12:532#64	6 × 883 <b>≴</b> 21	3:172 <b>#</b> 195	6:890\$598	6:950\$429	1:077#858	517\$517	4:607#385	6:886#463	2:887#858	608\$775	1.638:137,5025	1,631:410,295	75:712#256	82:438
\	Ara menos	9.0	88#980 .	Diference n	era mais	559	<b>≱836</b>	Diferença pa	ra mais	1:77	94078	Diferença para	menos	6:726	<b>≱</b> 730

#### 2.º Repartição

Havendo-se reconhecido a justiça de manter aos empregados da fiscalização maritima da alfandega do Pôrto, que, durante o primeiro trimestre do corrente ano económico, guarneceram a lancha automóvel em serviço no Rio Minho, as remunerações extraordinárias que lhes tinham sido abonadas durante o ano de 1910-1911, e tendo sido ouvida sôbre o assunto a Direcção Geral da Contabilidade Pública: hei por bem, sob proposta do Ministro das Finanças, autorizar, nos termos do artigo 52.º da terceira das Cartas de lei de 9 de Setembro de 1908, o abono das mencionadas remunerações, na importância total de réis 54\$120, em referência ao aludido período, devendo publicar-se com o presente decreto tanto a consulta da citada Direcção Ĝeral como as informações que a prece-

Paços do Govêrno do República, em 9 de Dezembro de 1911. — Manuel de Arriaga — Sídónio Bernardino Cardoso da Silva Paes.

Alfândega do Pôrto — Processo n.º 39 — Livro 23 A'— N.º 1:882 — Pôrto, 8 de Setembro de 1911 — Ao Ex.<sup>mo</sup> Director Geral das Alfândegas — Lisboa. — Do Director da Alfândega do Pôrto. — Esta Direcção vem rogar a V. Ex. se digne informá-la se podem continuar a ser abonadas ao pessoal, que guarnece a lancha automóvel Rio Minho, as remunerações com que no ano económico anterior foi gratificado aquele pessoal. = O Director, José Joaquim de Gouveia Durão.

Alfândega do Pôrto — Liv. 23-A — N.º 2:508 — Pôrto, 2 de Outubro de 1911.— Ao Ex.<sup>mo</sup> Director Geral das Alfândegas. — Lisboa.— Do Director da Alfândega do Pôrto. — Tendo sido indispensável oficiar à delegação de Valença acêrca do assunto da nota de V. Ex., expedida sob o n.º 2:509, liv. 1.º, em data de 11 de Setembro findo, só agora tenho a honra de passar às mãos de V. Ex. a informação, por cópia, prestada ao chefe da delegação pelo comandante da 3.ª companhia da guarda fiscal, visto que é êste quem determina o serviço que incumbe à lancha automóvel Rio Minho. - Pelo Director, Eduardo Artur Lobo de Ávila.

Em vista da informação do comandante da 3.º companhia da circunscrição do norte da guarda fiscal, a que alude a presente nota, a repartição é de parecer que se pergunte à Direcção Geral da Contabilidade Pública de que verba orçamental poderá sair a importância de réis 545120, necessária para a continuação do pagamento, em referência ao primeiro trimestre do corrente ano económico, ao pessoal da fiscalização marítima que guarnece a lancha automóvel Rio Minho, das remunerações extraornárias que no último ano económico foram abonadas àquele pessoal.

2.ª Repartição da Direcção Geral das Alfândegas, em 3 de Outubro de 1911. - Frade de Almeida.

Concordo. — Em 3-10-911. — Manuel dos Santos.

Serviço da República — Guarda fiscal — Circunscrição do norte — 3.ª companhia — N.º 950 — Valença, 29 de Setembro de 1911. — Ao Ex. mo Sr. Chefe da delegação aduaneira em Valença. — Do comandante interino da companhia. — Em resposta à nota de V. Ex. a n.º 12 de 28 do corrente, tenho a informar que desde Julho último até o presente o pessoal da lancha-automóvel tem tido quasi ininterruptamente um trabalho aturado de vigilância do rio Minho, principalmente de noite, por motivo do receio de importação clandestina de contrabando de guerra, vigilância que por vezes se estende até Caminha. — Alberto Magalhães Vasconcelos, tenente. Está conforme. — Delegação aduaneira em Valença, 30

de Setembro de 1911. - Joaquim Machado, primeiro as-

Ministério das Finanças. — Direcção Geral da Contabilidade Pública. — 2.ª Repartição. — Processo n.º 194. -Livro 131-S.º — N.º 3:319. — Serviço da República. -A Direcção Geral das Alfândegas, em referência à sua nota da 2.ª Repartição, n.º 2:509, liv. 1.º, de 3 de Outubro findo, declara a Contabilidade Pública que a importância de 545120 réis de remunerações eventuais ao pessoal de fiscalização dos portos e rios que guarnece a lanno rio Minho, poderá, cumpridas que sejam todas as disposições legais, ser paga pela verba de 3:750\$000 réis consignada no capítulo 10.º, artigo 46.º, da proposta orçamental para o actual ano económico.

Direcção Geral da Contabilidade Pública, em 29 de Novembro de 1911. — Pelo Director Geral, José Egídio

Conformo me e autorizo. — 5-12-911. — Sidónio Paes.

### Conselho Superior da Administração Financeira do Estado

Secretaria Geral 2.ª Repartição

1.ª Secção

No processo n.º 396 da responsabilidade de Idalina Pereira da Costa, encarregada da estação telégrafo-postal de Caldas de Vizela, no período decorrido de 1 de Junho de 1909 a 30 de Junho de 1910, proferiu-se o seguinte acordão, de que foi relator o Ex. mo Sr. Vogal Paes de Figueiredo.

Acordam os do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado:

Visto êste processo e o ajustamento a fl. 46, con-

ferido e organizado em conformidade dos documentos justificativos da responsabilidade a que se refere, e que, devidamente rubricado pelo relator, se dá como transcrito

Vistas as disposições legais em vigor:

Mostra-se que o débito desta responsabilidade importa em réis...... 714#900 e o crédito em réis..... com o saldo de réis..... 61#905

Julgam a Idalina Pereira da Costa, pela sua gerência de encarregada da estação telégrafo-postal das Caldas de Vizela, no período decorrido de 1 de Julho de 1909 até 30 de Junho de 1910, quite com o Estado pela indicada responsabilidade, devendo o saldo, nas espécies mencionadas no relatório a fl. 2, que lhe é abonado, fi-gurar como primeira partida do débito da conta seguinte

Existe a mais, a favor da responsável, a quantia de 25040 réis, que fica com direito a haver da Fazenda Pú-

Emolumentos não deve.

Lisboa, em 25 de Novembro de 1911. - José Tristão Paes de Figueiredo, relator — Manuel de Sousa da Câmara — Sebastido Augusto Nunes da Mata. — Fui presente, Augusto Soares.

Está conforme.—1.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 4 de Dezembro de 1911.-Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire, chefe de secção, servindo de chefe de repartição.

No processo n.º 398 da responsabilidade de José Francisco Viegas Júnior, encarregado da estação telégrafopostal de Albufeira, distrito de Faro, no período decorrido de 1 de Julho de 1909 a 30 de Junho de 1910, proferiu-se o seguinte acórdão, de que foi relator o Ex. me Sr. Vogal João Evangelista Pinto de Maga-

Acordam os do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado:

Visto este processo e o ajustamento a fl. 9, conferido e organizado em conformidade dos documentos justificativos da responsabilidade a que se refere, e que, devidamente rubricado pelo relator, se dá como transcrito aqui :

Vistas as disposições legais em vigor: Mostra-se que o débito desta responsa-

bilidade importa em réis..... e o crédito em réis..... 24:188,5566

24:259\$191

24:2645271

com o saldo de réis..... 75\$705

Crédito a favor do responsável ......

Julgam a José Francisco Viegas Júnior, pela sua gerência de encarregado da estação telégrafo-postal de Albufeira, distrito de Faro, no período decorrido de 1 de Julho de 1909 até 30 de Junho de 1910, credor à Fazenda Pública da quantia de 55080 réis, provimentos de entregas feitas a mais no rendimento telegráfico nacional 280 réis e no rendimento postal 46800 réis, devendo o saldo, nas espécies mencionadas no relatório a fl. 1, que lhe é abonado, figurar como primeira partida do débito da conta seguinte a esta.

Emolumentos não deve.

Lisboz, em 18 de Novembro de 1911. = Jóão Evange lista Pinto de Magalhães, relator — António Aresta Branco — Manuel de Sousa da Câmara. — Fui presente, Augusto Soares.

Está conforme. — 1.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 4 de Dezembro de 1911. — Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire, chefe de secção, servindo de chefe de repartição.

### 8. Secção

Nos termos do regimento, e para os efeitos legais, publicam-se, por extracto, os seguintes acórdãos:

Processo n.º 107. — Relator o Ex. mo Vogal Dr. Pedro Martins, responsável a Câmara Municipal do concelho de Ponta Delgada, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1893, foi julgada quite por acórdão definitivo de 18 de Novembro de 1911, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo com as seguintes aplica-

Em conta do asilo nocturno...... 7898119 Em conta do edificio do Museu..... 858#600 Em conta geral do município..... 1:7335510 Total — Réis . . . . . . . 3:381 \$229

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 311. — Relator o Ex. mº Vogal Paes de Figueiredo, responsável a Santa Casa da Misericórdia de Guimarães, desde 1 de Julho de 1910 até 30 de Junho de 1911, foi julgada quite por acórdão definitivo de 25 de Novembro de 1911, sendo a importância do débito igual à do crédito.

Processo n.º 384. — Relator o Ex. mo Vogal J. J. Dinis, responsável a Câmara Municipal do concelho de Elvas. desde I de Janeiro até 31 de Dezembro de 1908, foi julgada quite por acórdão definitivo de 18 de Novembro de Caldas da Rainha, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezem-

1911, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo com as seguintes aplicações:

Em conta do município ..... Em conta de viação municipal ..... 4645877,7 Em conta do legado de Rodrigues Leitão... 17,5014

Total — Réis . . . . . 1:3125886

que passou a débito da conta imediata.

7148900

Processo n.º 441. — Relator o Ex. wo Vogal Manuel de Sousa da Câmara, responsável a Câmara Municipal do concelho de Castelo Branco, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1909, foi julgada quite por acórdão definitivo de 25 de Novembro de 1911, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, com as seguintes aplicações:

Em conta do município..... 1348275 Em conta de viação..... 2:6085704

Total — Réis . . . . . . . 2:7425979

947#020

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 30:664. —Relator o Ex. mo Vogal J. J. Dinis, responsável a Câmara Municipal do concelho de Bragança, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1896, foi julgada quite por acórdão definitivo de 18 de Novembro de 1911, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, com as seguintes aplicações:

Em conta do município..... Em conta de viação municipal ..... 5825772

Total — Réis . . . . . . . . .

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 30:967. — Relator o Ex. mo vogal Cupertino Ribeiro Júnior, responsável a Câmara Municipal do concelho de Portalegre, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1898, foi julgada quite por acórdão definitivo de 11 de Novembro de 1911, sendo a importância do débito igual a do crédito, compreendendo o saldo com as seguintes aplicações:

Em conta do município ..... 158356 Em conta de viação..... 390#805 Total — Réis . . . . . . . . . . . .

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 309. — Relator o Ex. mo vogal Cupertino Ribeiro Júnior, responsável a Administração dos Hospitais da Universidade de Coimbra, desde 1 de Julho de 1909 até 30 de Junho de 1910, foi julgada quite por acórdão definitivo de 31 de Outubro de 1911, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo os saldos seguintes:

Em conta de rendimentos ...... 1:347\$742 Em dinheiro ..... Total — Réis...... 220:6505872

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 357.—Relator o Ex.mo vogal Sousa da Câmara, responsável a Câmara Municipal do concelho da Covilha, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1901, foi julgada quite por acórdão definitivo de 11 de Novembro de 1911, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo nas seguintes aplica-

Em conta do município (compreende réis 7:0636839, em conta de fundos para alienação)..... 10:3315918 Em conta de instrução primária..... 68#108 Total — Réis..... 10:400\$026

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 360. — Relator o Ex. mo vogal Cupertino Ribeiro Júnior, responsável a Câmara Municipal do concelho de Ociras, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1909, foi julgada quite por acórdão definitivo de 11 de Novembro de 1911, sendo a importância do débito i à do crédito, compreendendo o saldo com as seguintes

Em conta do município ..... 402#063 Em conta de socorros a náufragos...... 9#250 Em conta de viação..... 628#560 Total - Réis..... 1:0395873

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 383. — Relator o Ex. mo vogal Dr. Aresta Branco, responsável a Câmara Municipal do concelho de Bouças, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1907, foi julgada quite por acórdão definitivo de 18 de Novembro de 1911, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo com as seguintes aplica-

Em conta do município . . . . . . . . 2:109#657 Em conta do legado A. França Júnior.... Total — Réis..... 2:1115707

que passou ao débito da conta imediata.

Processo n.º 442. — Relator o Ex. mo Vogal Dr. Aresta Branco, responsável a Câmara Municipal do concelho das bro de 1909, foi julgado quite por acórdão definitivo de 25 de Novembro de 1911, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, com as seguintes aplicações:

8755601 3:720\$704 Em conta da viação..... Total --- Rs.... 4:596\$305

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 105.—Relator o Ex.<sup>mo</sup> Vogal Nunes da Mata, responsável a Câmara Municipal do concelho de Portalegre, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1907, foi julgada quite por acórdão definitivo de 31 de Outubro de 1911, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, com as seguintes aplicações :

Município em geralViação municipal	575#383 822#312
Total —- Réis	1:3978695

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 125.—Relator o Ex.mo Vogal Nunes da Mata, responsável Câmara Municipal do concelho de Santarêm, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1905, foi julgada quite por acórdão definitivo de 31 de Outubro de 1911, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, com as seguintes aplicaсбев:

Município em geralSocorros a náufragosViação municipal	1:280\$015 19\$005 1:207\$570
Total — Rs	2:506#590

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 416. — Relator o Ex. mo Vogal Cupertino Ribeiro, responsável a Administração dos Hospitais da Misericordia de Coimbra, desde 1 de Julho de 1910 até 30 de Junho de 1911, foi julgada quite por acórdão definitivo de 25 de Novembro de 1911, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo os saldos seguin-

Em conta de rendimentos	. 5:865 <b></b> \$083
Em conta de capitais: Inscrições	218:100\$000
Papéis de crédito	1:196#600
Dinheiro	6 <b>8</b> 530

Dinheiro.... Total..... 225:168#213

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 30:339. — Relator o Ex. mo Vogal Pinto de Magalhães, responsável a Câmara Municipal do concelho de Bragança, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1895, foi julgada quite por acórdão definitivo do 11 de Novembro de 1911, sendo a importância do debito igual à do crédito, compreendendo o saldo, com as seguintes aplicações:

Em	conta	do município em geralda viação municipal	59\$521
Em	conta		1:335\$991
		Total — Réis	1:395#512

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 310.—Relator o Ex.<sup>mo</sup> vogal J. J. Dinis, responsável a Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, desde 1 de Julho de 1905 até 30 de Junho de 1906, foi julgada quite por acordão definitivo de 11 de Novembro de 1911, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo seguinte:

Em dinheiro ...... 8:389\$528 4/2

Total — Réis..... 8:389\$528 1/2

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 358.—Relator o Ex. mo vogal J. J. Dinis, responsável a Câmara Municipal do concelho de Almada, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1905, foi julgada quite por acórdão definitivo de 11 de Novembro de 1911, sendo a importância do débito igual á do crédito, compreendendo o saldo, com as seguintes aplicações:

Em conta do Município, metal	106#671
Em conta de viação, metal (compreendendo 1:9835535 réis depositado na Caixa Geral	
de Depósitos)	2:983\$535
Total — Réis	3:090\$206

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 361.—Relator o Ex. mo vogal Paes de Figueiredo, responsável a Junta Geral do distrito do Funchal, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1910, foi julgada quite por acórdão definitivo de 25 de Novembro de 1911, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo os saldos seguintes;

Em poder do tesoureiro Na agência do Banco de Portugal	5:162\$473 11:903\$755
THE RECTIONS OF THE PARTY OF TH	

Total — Réis..... 17:066 228

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 386.—Relator o Ex.mo vogal Cupertino Ribeiro, responsável a Câmara Municipal do concelho da Figueira da Foz, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1908, foi julgada quite por acórdão definitivo de 18 de Novembro de 1911, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo seguinte:

Em conta do Município, metal (compreende a quantia de 3715339 réis depositada na Caixa Geral de Depósitos) ..... 1:280\$800

Total — Réis . . . . 1:280 \$800

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 388. — Relator o Ex.mo vogal Pinto de Magalhães, responsável a Câmara Municipal do concelho da Guarda, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1909, foi julgada quite por acórdão definitivo de 18 de Novembro de 1911, sendo a importância do débito igual á do crédito, compreendendo o saldo com as seguintes aplica-

Em conta do Município, metal..... 5:539 \$804 

Total — Réis..... 6:168\$662

que passou a débito da conta imediata. 🧸

Processo n.º 29:517.—Relator o Ex. mº vogal Pinto de Magalhães, responsável a Câmara Municipal do concelho de Bragança, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1894, foi julgada quite por acordão definitivo de 31 de Outubro de 1911, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, nas seguintes apli.

Total — Réis.,.... 1:185#004

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 281.—Relator o Ex.mo vogal Dr. Aresta Branco, responsável a Câmara Municipal do concelho da Ribeira Grande, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1905, foi julgada quite por acórdão definitivo de 31 de Outubro de 1911, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, com as seguintes applicações:

Em conta de viação....

Total — Réis.....23:250#857

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 312.—Relator o Ex.mo vogal Pinto de Magalhães, responsável a Sociedade das Casas do Asilo da Infância Desvalida de Lisboa, desde 1 de Julho de 1910 até 30 de Junho de 1911, foi julgada quite por acórdão definitivo de 31 de Outubro de 1911, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo

Em dinheiro......18:613#027

Total — Réis . . . . . . . . 18:6135027

que passou a débito da conta imediata.

Processo n.º 359-Relator o Ex.mo vogal Pinto de Maalhães, responsável a Câmara Municipal do concelho de Estremoz, desde 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1908, foi julgada quite por acórdão definitivo de 11 de Novembro de 1911, sendo a importância do débito igual à do crédito, compreendendo o saldo, com as seguintes

aplicações: Em conta do município.... 2205000 Capital para mutuar..... Em conta de viação..... 1:399\$465

Total — Réis... 1:676#917

que passou a débito da conta imediata.

Está conforme. — 3.ª Secção da 2.ª Repartição da Secretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 2 de Dezembro de 1911.- Augusto Joviano Cândido da Piedade, chefe da secção.

Verifiquei a exactidão. = Bernardo de Figueiredo Ferrão Freire, chefe da repartição, interino

# MINISTÉRIO DA MARINHA

### Administração dos Serviços Fabris

Por portaria de 9 do corrente:

Nomeado, precedendo concurso, Leopoldo Gomes da Silva, escriturário de terceira classe, com o vencimento anual de 2405000 réis. (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 13 de Dezembro de 1911).

Administração dos Serviços Fabris, em 14 de Dezembro de 1911.-O Administrador, Júlio José Marques da Costa, contra-almirante.

# MINISTERIO DO FOMENTO Secretaria Geral

Para os devidos efeitos se publicam os seguintes despachos:

Em portarias de 9 de Dezembro: Severiano Augusto da Fonseca Monteiro, engenheirochefe de 1.ª classe da secção de minas do corpo de engenharia civil — exonerado, a seu pedido, do lugar de director geral, interino, das obras públicas e minas.

Augusto César Paes de Faria, engenheiro-chefe de 1.ª classe da secção de obras públicas, do quadro do corpo de engenharia Civil — exonerado do cargo de chefe, interino, de secção da 1.ª Repartição da Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, a fim de ser empregado em outra comissão de serviço público.

Por decretos de 9 de Dezembro:

Francisco da Silva Ribeiro, engenheiro-inspector geral da secção de obras públicas do quadro do corpo de engenharia civil — provido no lugar de director geral das obras públicas e minas.

everiano Augusto da Fonseca Monteiro, engenheiro-chefe de 1.ª classe da secção de minas do quadro do corpo de engenharia civil — exonerado, a seu pedido, do lugar de chefe da Repartição de Minas da Direcção

Geral das Obras Publicas e Minas. Augusto César Paes de Faria, engenheiro-chefe de 1.ª classe da secção de obras públicas do corpo de engengaria civil — nomeado Chefe da Repartição de Caminhos de Ferro e Pessoal da Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, na vaga do engenheiro Nuno Bento de Brito Taborda.

Ernesto César da Silva Peixoto Galvão de Melo, segundo oficial do quadro privativo da Secretaria do Ministério do Fomento — nomeado primeiro oficial do mesmo quadro, por antiguidade, na vaga resultante da aposenta-ção do primeiro oficial João da Costa Terenas.

úlio Pereira de Macedo, amanuense do quadro privativo da Secretaria do Ministério do Fomento — nomeado segundo oficial do mesmo quadro, precedendo concurso, na vaga resultante da promoção do segundo oficial Ernesto César da Silva Peixoto Galvão de Melo a primeiro oficial.

Jrias Ferreira Dias Lamego, segundo sargento de infantaria n.º 20-nomeado provisóriamente, por um ano, amanuense do quadro privativo da Secretaria do Ministério do Fomento, na vaga resultante da promoção a segundo oficial do amanuense Artur Eduardo Chichorro da Costa.

Dionísio Ernesto da Silva Freire, desenhador de segunda classe, e Emidio Cardoso, fiscal do movimento e tráfego - nomeados amanuenses do quadro privativo da Secretaria do Ministério do Fomento, nos termos do artigo 221.º da organização da mesma Secretaria, nas vagas resultantes das promoções, a segundos oficiais, dos amanuenses Sebastião Rui da Fonseca e Augusto César Maria de Araújo Reis.

António de Faria Barbosa, segundo sargento do batalhão de caçadores n.º 3 — nomeado, provisóriamente, por um ano, amanuense do quadro privativo da Secretaria do Ministério do Fomento, na vaga resultante pelo falecimento do amanuense Rodrigo de Mendonça Pereira da Silva.

(Tem o visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 13 do corrente). Secretaria Geral, em 14 de Dezembro de 1911. = 0 Secretário Geral, António Maria da Silva.

# Direcção Geral das Obras Públicas e Minas Repartição de Caminhos de Ferro

Tendo sido presente ao Govêrno da República Portuguesa várias representações a respeito do projecto elaborado pela Companhia concessionária do Caminho de Ferro de Vale do Vouga para o lanço entre Jafade e Viseu, pedindo umas a aprovação do traçado adoptado pela Companhia, outras que o traçado siga em maior extensão pela margem direita do rio Vouga:

Há por bem o mesmo Govêrno determinar que uma comissão de que será presidente o Deputado Ezequiel de Campos e vogais os cidadãos Eduardo Arvins, presidente da Câmara de Sever do Vouga, Custódio Pereira de Carvalho, presidente da Câmara de Oliveira de Frades, Custódio Ribeiro de Amorim Girão, presidente da Câmara de Vouzela, José Joaquim Borges Pinto, presidente da Câmara de S. Pedro do Sul, Gregório Correia Pinto Rôla, engenheiro director das minas do Braçal, António Lopes da Silva, negociante de Sever do Vouga, Alexandre Martins Pereira da Silva, proprietário da mesma localidade e os engenheiros civis Artur Mendes, Artur de Sousa Bual e José António de Morais Sarmento, examinando e apreciando as referidas representações e colhendo todos os elementos que julgar necessários, formule o seu parecer sôbre qual seja o traçado que mais convenha adoptar, tendo em vista as circunstâncias técnicas e económicas da região

Paços do Governo da República, em 13 de Dezembro de 1911. — O Ministro do Fomento, José Estêvão de Vasconcelos.

#### Repartição de Minas 1.º Secção

Por ordem superior se anuncia que, nos termos do artigo 11.º do decreto com fôrça de lei de 24 de Outubro de 1901, que organizou a engenharia civil e os serviços da sua competência, se acha aberto concurso por espaço de trinta dias, contados da data da publicação do presente aviso, para o provimento de três lugares de condutores de 3.º classe da secção de minas do corpo de engenharia civil e seus auxiliares.

Os candidatos deverão instruir os seus requerimentos com os documentos expressamente exigidos pelo artigo supramencionado e pelos quais provem:

1.º Ser português;

2.º Não ter mais de trinta anos de idade;

3.º Ter suficiente robustez e não padecer de moléstia que os iniba de exercer a profissão;

4.º Ter bom comportamento moral e civil;

5.º Ter cumprido os preceitos da lei do recrutamento. Alêm dêstes documentos deverão apresentar carta do curso da condutor de minas, pelos Institutos Industriais e Comerciais de Lisboa e Pôrto.

Direcção Geral de Obras Públicas e Minas, em 14 de Dezembro de 1911.=O Director Geral, Francisco da Silva Ribeiro.

#### Repartição do Pessoal

Para os devidos efeitos se publicam os seguintes despa-

Por decreto de 18 de Novembro:

António Baptista Ribeiro, desenhador de 2.ª classe do quadro auxiliar do corpo de engenharia civil — promovido à 1.º classe.

Por decreto de 25 de Novembro:

José Joaquim Lopes, empregado adido — nomeado, por concurso, desenhador de 2.ª classe do quadro auxiliar do corpo de engenharia civil.

> (Visto do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, de 11 do corrente).

Em portarias de 9 de Dezembro:

Alberto Afonso da Silva Monteiro, engenheiro-chefe de 1.ª classe da secção de obras públicas do corpo de engenharia civil — transferido do cargo de director das obras públicas do distrito de Lisboa (2.ª Direcção), para o de director da 4.ª Direcção de Serviços Fluviais e Marítimos.

José Bernardo Lopes de Andrade, idem, director da 4.ª Direcção de Serviços Fluviais e Maritimos — transferido para o cargo de director da 2.ª Direcção das

Obras Públicas do Distrito de Lisboa.

Paulo de Barros Pinto Osório, engenheiro-chefe de 2.ª classe da mesma secção — transferido do cargo de director das obras públicas do distrito de Aveiro, para o de director das obras públicas do distrito de Santarêm.

Afonso do Vale Coelho Cabral, idem — transferido do cargo de director das obras públicas do distrito da Guarda, para o de director das obras públicas do distrito de Aveiro.

António da Conceição Parreira, idem—transferido do cargo de director das obras públicas do distrito de Lisboa, para o de chefe da Divisão da Hidráulica Agrícola.

Augusto Júlio Bandeira Neiva, idem — nomeado director da 1.ª Direcção das Obras Públicas do distrito de

Henrique Pereira Pinto Bravo, idem — nomeado director das obras públicas do distrito de Castelo Branco.

José Guedes Correia de Queiroz, idem, exonorado do cargo de director das obras públicas do distrito de Sântarem, por ter sido nomeado secretário do Conselho Mixto das Oficinas Hidráulicas.

Direcção Geral das Obras Públicas e Minas, em 14 de Dezembro de 1911. — O Director Geral, Francisco da Silva

# Direcção Geral do Comércio e Indústria Repartição da Propriedade Industrial

### 1.º Secção

### Registo internacional de marcas

Notificação dos registos feitos no Bureau International de Berne

Em harmonia com o disposto no artigo 3.º do decreto de 1 de Março de 1901 e nos termos das convenções internacionais vigentes se faz público que, segundo foi notificado pela Repartição Internacional de Berne, foram ali registadas, desde 1 a 13 de Novembro de 1911, cincoenta e nove marcas abaixo mencionadas, com os n.ºs 11:408 a 11:466, que estão à disposição de quem as desejar examinar na 1.ª Secção da Repartição da Propriedade Indus-

Em 1 de Novembro de 1911:

N.º 11:408. -- Classes 25.ª e 72.ª

Société Nouvelle des Automobiles Martiní, Saint Blaise, Suissa.

Destinada a viaturas automóveis e peças sôltas, escaleres automóveis e peças sôltas, motores e suas peças, artigos de reclame e impressos de escritório.

Em 2 de Novembro de 1911:

N.º 11:409. — Classes 22.\*, 78.\* e 79.\*

Autimorbinwerke Strosser & C.º, Münchendorf, Austria.

Destinadas a preparações e aparelhos higiénicos.

Em 3 de Novembro de 1911:

N.º 11:410. — Classe 7.º

Neuchatel Asphalte Company Limited, Travers, Suissa.

Destinadas a produtos asfalticos em todos os géneros, prove-nientes das minas do Estado de Neuchâtel, no Val-de-Travers, Suissa.

N.68 11:411 e 11:412.— Classe 66.8

Aktiengesellschaft Vereinigte Berner & Zürcher Chocolade-Fabriken Lindt & Sprungli,

Destinadas a cacau e chocolate, simples, guarnecido ou combinado com outras substâncias, produtos de confeitarias.

N.º 11:413 e 11:414.—Classes 9., 10,, 16., 16., 20. 22.\*, 25.\*, 39.\* e 75.\*

Destinadas a elementos e acessérios de todos os géneros para automóveis, motociclos, aeroplanos e aerostatos, em particular, velas de iluminação e seus elementos, cabos de fio eléctrico para iluminação, interruptores eléctricos, acendedores magnéticos e seus elementos, voltómetros e amperómetros, acumuladores, cornetas para automóveis e outros instrumentos para dar sinais, assim como seus elementos, contadores de velocidade, contadores quilométricos, indicadores de inclinações, protectores pneumáticos (pneus) e acessórios de reparações para pneus, aparelhos vulcanizadores e ferramentas para os mesmos, desmonta-pneus e chaves para porcas, rodas de reserva para automóveis, coberturas para puese, cadeias autiderrapantes, bombas de ar e seus elementos, contadores de pressão e manómetros, macacos para automóveis, amortizadores de choques e de elasticidade, projectores de luz, lanternas, gerado-res de acetilene, assim como todos os outros artigos de iluminação para automóveis e motociclos, todos acessórios de iluminação, tais para automoveis e motocicios, todos acessorios de liuminação, tais como lâmpadas eléctricas, redes para gaz, artigos em cautehuc, ligações, queimadores em sitatite, carboreto de calcium e porte-lanternas, todas as guarnições da carrossaria, tais como parebrise, assentos de dobrar para automóveis, acústicos, porte-bouquets, portepneus, peles de camurça, esponjas e produtos para limpeza, carbo-radores, aparelhos filtradores, bombas centrífugas, aparelhos de aquecimento para automóveis, refrescadores, injectores e seringas para ensebar, aparelhos ensebadores, bombas de pressão, óleos para automóveis, gorduras, funis, caixas de gordura, torneiras, junções, válvulas de escape, apitos de escape, ferramentas para automóveis, taes como pinças, chaves, etc., aneis-guarnições de juntas para au-

Em 4 de Novembro de 1911:

N.º 11:415. — Classes 22.º e 72.º

Therma Fabrik Fur Elektrische Heizung A. G. vormals S. Blumer, Schwanden, Suissa.

Destinada a aparelhos para aquecer e para cozer, e impressos relativos àqueles artigos.

Em 6 de Novembro de 1911:

N.º 11:416. — Classe 33.\*

Chemische Fabrik «Norgine» Dr. Victor Stein, Aussig a./Elbe, Austria.

Destinada a uma cola combinada para a fabricação do papel.

N.º 11:417.—Classe 79.

Granado & C.\*, Rio de Janeiro, Brasil. Destinada a produtos farmacêuticos.

N.º 11:418. — Classes 11.2, 17.3, 32.3, 33.3 e 79.2

Alberto de Magalhães & C.\*, Rio de Janeiro, Brasil.

Destinada a produtos e especialidades farmacêuticas, óleos, côres, vernizes, obras em ferro e especialmente para os produtos de-nominados coalho para a fabricação do queijo e colorantes para dar eôr à manteiga e ao queijo.

N.º 11:419. — Classe 52.

Société Anonyme des Établissements Hutchinson, Paris, França.

Destinada a sovacos em tecido cautchuc.

N.º 11:420. — Classe 10.2, 25.2 e 53.2

### A mesma.

Destinada a pneumáticos, calçado de cautchu, tecidos cautchuados, tubos de cautchu, artigos de uso e todos os artigos em cautchu ou cautchuados.

N.º 11:421. — Classe 14.ª

Garcin & Rabattu, Marseille, França.

Destinada a sabão.

N.º 11:422. — Classe 79.\*

Artuhr-Félix Daguin, Saint-Maur, Seine, França. Destinada a produtos farmacêuticos

N.ºs 11:423 e 11:424.—Classe 72.

Desvernay & Cie, Paris, França.

Destinadas a lápis.

N.º 11:425.—Classes 58. e 79.

Keicher-Valentin, Paris, França.

Destinada a produtos de perfumaria e farmacêuticos.

N.ºs 11:426 e 11:427. — Classe 16.s

Claunes Frères (Joseph & Léon), Saint Girons Ariège, França.

Destinadas a pedras para afiar fouces e gadanhos.

N.º 11:428. — Classe 58.º e 79.º

G. Rosenthal. — Bayonne !(Basses-Pyrénées, França). Destinada a produtos farmacêuticos e de perfumaria.

N.º 11:429. — Classe 79.ª

Nicolas Hardy, Paris (França).

Destinada a um produto para facilitar o parto.

N.º 11:430. — Classe 45.

Valentim Dumarest-Blanchon, Lyon (França). Destinada a gazes e tecidos para peneirar a farinha de todos os

N.ºs 11:431 e 11:432.—Classe 65.ª

Carnet Frères, Lyon (França).

Destinadas a pastas alimentícias.

N.º 11:433. — Classe 79.

Compagnie Parisienne de Couleurs d'Aniline, Paris (França).

Destinada a preparação farmacêutica e terapêutica.

N.ºs 11:434 e 11:435. — Classe 79.2

G. Grésny, Paris (França).

Destinadas a todos os produtos farmacêuticos.

N.º 11:436. — Classe 38.ª

Compagnie Française du Filtre Berkefeld, Paris (Franca).

Destinada a filtros.

Em 7 de Novembro de 1911:

N.º 11:437. — Classes: 9.a, 11.a, 14.a, 15.a, 33.a,

Chemische Werke & Holzkonservierung Strohbach, Kunz & C°, Wien, XXI (Austria).

Destinada a cremes, produtos para tratar a pele e os cabelos, substâncias cosméticas, alanolines, perfumaria, produtos farmacêuticos e drogas, pós para atoilettes, produtos para a conservação da beleza, lubrificantes, sabões, amidos e preparação de amido, artigos para toucador, de todas as qualidades, produtos para lavacem e para o branquesmento câras. gem e para o branqueamento, cêras.

N.º 11:438 a 11:440.— Classes 14.ª e 58.ª

Gustav Lohse. — Wien, VII (Austria).

Destinadas a perfumarias, produtos cosméticos e sabões de toilette».

N.º 11:441.—Classe 25.

Oesteweichisch-Amerikanische Guonmi-Fabrik Aktiengesellschaft, Vien, XIII/3, Austria.

Destinada a pneumáticos para ciclos, automóveis, equipagens veículos de motor em todos os géneros.

N.º 11:442.— Classe 10.ª

Os mesmos.

Destinada a todos os artigos em cauchu.

N.º 11:443 a 11:445. — Classe 72.º

Neusiedler Aktiengesellschaft Für Papierfabri kation, Wien, VI, Austria.

Destinadas a papel.

N.º 11:446 e 11:447. — Classes 66. e 72.

Société anonyme des Fabriques de Chocolat et Confiserie J. Klaus, Loche, Suisse.

Destinadas a chocolate, cacau, artigos de confeitaria e de re-

Em 8 de Novembro de 1911:

N.º 11:448. — Classe 75,

Charles Raleigh, Paris, França.

Destinada a fitas, aparelhos cinematográficos, acessórios e todos artigos de projecção e de cinematografia.

Em 10 de Novembro de 1911:

N.º 11:449 e 11:450. — Classe 68.

Manuel Fernandez & C.a, Jerez de la Frontera, Cádiz, Espanha.

Destinadas a vinhos, cognac, aguardente e licores.

N.º 11:451.—Classe 79.4

Juan Vidal Rodriguez, Maceda, Orense, Espanha. Destinada a um específico.

N.º 11:452. — Classes 50.ª e 52.ª

José Elósegui, Tolosa, Guipuzcoa, Espanha. Destinada a gorros, bonés e outros artigos de malha.

N.º 11:453. — Classe 56.ª

Gabriel Gomila, Mahon, Minorca, Espanha. Destinada a bôlsas de ouro e de prata e artigos de prata e bi-

N.ºs 11:454 a 11:459. — Classes 14.ª e 58.ª

Emile Eeckelaces, Bruxelas, Belgica.

Destinadas a produtos de saboaria e de perfumaria.

Em 11 de Novembro de 1911:

N. of 11:460. — Classes 14. e 73. a

Albert-Etienne-Joseph Jehu, Paris, França. Destinada ao conjunto de produtos e acessórios e sua aplicação

à limpeza e conservação de quadros.

N.º 11:461 e 11:462. — Classes 16. e 22.

Gabriel-Vital Châtel, Paris, França.

Destinadas a todos os aparelhos para elevar, máquinas, ferramentas em todos os géneros, máquinas diversas, peças soltas e aces-

Em 13 de Novembro de 1911:

N.º 11:463 a 11:465. — Classe 79.

E. Dumesnil, Paris, França.

Destinadas a produtos farmacêuticos e higiénicos.

N.º 11:466. — Classe 56.

Benjamin Blumenthal, Wien, I, Austria.

Destinada a pérolas e pedras artificiais ou joias em imitação montadas com pedras finas ou falsas.

São convidados todos aqueles que se julguem prejudicados pela protecção das referidas marcas em Portugal a apresentarem as suas reclamações na 1.ª Secção da Repartição da Propriedade Industrial, no prazo de três meses, a contar da data da publicação do terceiro aviso.

Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 8 de Dezembro de 1911. = O Director Geral, E. Madeira Pinto.

#### Registo de marcas

#### Títulos concedidos

Para conhecimento de quem interessar se faz público que, nas datas abaixo indicadas, foram concedidos os registos provisórios das marcas que seguem:

Em 15 de novembro de 1911:

N.º 13:515. — Classe 68.ª

A. Romariz Filhos, com sede em Vila Nova de Gaia. Destinada a vinhos

N.º 13:524.—Classe 79.

Rosa Adelaide Pereira Marinho, estabelecida no Pôrto.

Destinada aos produtos desta classe.

N.º 13:547. — Classe 67.ª

A. Augusto de Brito, estabelecido em Lisboa. Destinada aos produtos desta classe.

N.º 13:754. — Classe 9.

Standard Oil Company of New-York, com sede em New-York, Estados Unidos da América.

Destinada a oleos de lubrificação.

N.º 13:757.—Classe 68.

Jaime de Albergaria, estabelecidos no Pôrto. Destinada aos produtos desta classe.

N.º 13:758. — Classe 69.ª

Canavarro & C.ª, estabelecidos no Pôrto.

Destinada aos produtos desta classe.

N.º 13:759. — Classe 53.ª

Salamander-Schuhgesellschaft mit beschrankter Haftung, com sede em Berlim.

Destinada aos produtos desta classe.

N.º 13:760. — Classe 53.

A mesma.

Destinada aos produtos desta classe.

N.º 13:762. — Classe 69.ª

Artur Veríssimo, com fabrica na Estrada de Saca

Destinada aos produtos desta classe.

N.º 13:763. — Classe 59.ª

Companhia dos Tabacos de Portugal, com sede em Lisboa.

Destinada a pacotes de rapé.

N.º 13:764. — Classe 59.\*

A mesma.

Destinada a cigarrilhas.

N.º 12:765. — Classe 59.ª

A mesma.

Destinada ao mesmo.

N.º 13:766. — Classe 59.ª

A mesma.

Destinada ao mesmo.

N.º 13:767. - Classe 64.ª

Manuel Bernardo Bettencourt, Sucessores, com sede na ilha de S. Jorge, Açores.

Destinada a manteiga.

N.º 13:768. — Classe 25.ª

Vasco Anjos Jardim, estabelecido em Lisboa. Destinada aos produtos desta classe.

N.º 13:776. -- Classe 68.ª

Honorio Johnston, residente no Pôrto.

Destinada aos produtos desta classe.

N.º 13:777. — Classe 47.ª

Guilherme Graham Júnior & C.\*, residentes em Lisboa.

Destinada à chitas e outras fazendas de algodão estampado.

N.º 13:778. — Classe 79.ª

Virgínio Leitão Vieira dos Santos, estabelecido em Lisboa.

Destinada aos produtos desta classe.

N.ºs 13:779. — Classe 62.

Guilherme Graham Júnior & C.ª, residente em Lis-

Destinada a conservas de peixe.

N.º 13:781. — Classes 68.2

A. Nicolau de Almeida & C.\*, Limitadada, com sede em Vila Nova de Gáia.

Destinada a vinhos.

N.º 13:782. — Classe 68.ª

J. H. Andresen, Sucessores, estabecidos no Pôrto. Destinada aos produtos desta classe, e em especial a vinhos es-

N.º 13:783. — Classes 41.ª

Gilman & C.<sup>11</sup>, com sede em Lisboa.

Destinado a cerâmica para usos domésticos.

N.º 13:784. — Classe 62.ª

Santos da Figueira & C.\*, moradores na Figueira da Foz.

Destinada a doce de fruta em calda.

N.º 13:785. — Classe 63.º

Os mesmos.

Destinada a doces de fruta sêca.

N.º 13:786. — Classe 68.º

Gonzalez Byass & C.2, com sede no Pôrto e em Vila Nova de Gaia.

Destinada a vinhos do Pôrto.

N.º 13:787. — Classe 35.

António Vicente Palhota, estabelecido em Lisboa. Destinada a artigos de iluminação.

N.º 13:788. — Classe 6.ª

Galatith-Gesellschaft Hoff & C.º, com sede em Alemanha.

Destinada aos artigos desta classe.

N.º 13:789. — Classe 58.º

A mesma.

Destinada aos artigos desta classe.

N.º 13:790. — Classe 80.º

A mesma.

Destinada aos artigos desta classe.

N.º 13:795. — Classe 32.

Vaccum Oil Company, com sede em Rochester e sucursal em Lisboa.

Destinada aos produtos desta classe-

N.º 13:796. - Classe 32.º

A mesma.

Destinada ao mesmo.

N.º 13:797.—Classe 68.ª

António Bernardino da Silva (Chitas), estabelecido em Azenhas do Már, Cintra.

Destinada a vinhos de Colares.

N.º 13:798. - Classe 1.ª

Alfredo Carneiro de Vasconcelos & Filhos, estabelecido no Pôrto.

Destinada aos artigos desta classe.

N.º 13:799. — Classe 58.ª

Luís Cardoso, estabelecide em Lisboa.

Destinada a todos os artigos desta classe.

N.º 13:800.—Classe 68.\*

Antero & Filho, estabelecidos em Vila Nova de Gaia. Destinada a vinhos.

N.º 13:801. — Classe 51.ª

João de Oliveira Faria, estabelecido no Funchal. Destinada a bordados de madeira.

N.º 13:803. — Classe 39.ª

Parceria «Luz Ideal», com sede no Pôrto. Destinada aos produtos desta classe.

N.º 13:804. — Classe 64.ª

Leopold Köster, residente em Leipzig, Alemanha. Destinada a extracto de carne e de caldo e sal.

N.º 13:805. — Classe 1.\*

Gomes Martins, com escritório em Lisboa. Destinada a farinhas para caldos, etc.

N.º 13:806. — Classe 68.ª

Antero & Filho, estabelecidos em Vila Nova de Gaia. Destinada a vinhos.

N.º 13:807. — Classe 64.ª

J. & J. Colman, Limited, com sede em Inglaterra. Destinada a condimento ou môlho preparado com mostarda.

N.º 13:809. — Classe 62.ª

J. F. Santos & C.\*, com sede em Lisboa.

Destinada a conservas alimentícias.

N.º 13:812.— Classe 58.

Armando Pedroso & C.\*, estabelecido em Lisboa. Destinada aos produtos desta classe.

N.º 13:813. — Classe 22.

The Bar-Lock, Typewriter, Company, Limited, com sede em Londres.

Destinada aos produtos desta classe.

N.º 13:814.— Classe 67.2

José Miranda Cardoso, estabelecido em Viana do Castelo.

Destinada a café.

N.º 13:815. — Classe 53.ª

Antonio Nicolau Lopes, residente em Lisboa. Destinada aos produtos desta classe.

N.º 13:816. — Classe 68.2

Domingos Cruz Lezameta, estabelecido em Lisboa. Destinada aos produtos desta classe.

N.ºs 13:819. — Classe 78.2

João Moreira Baltar, estabelecido no Pôrto.

Destinada aos produtos desta classe.

N.º 13:820. — Classe 53.\* German Suarez Moceno & Peres, residentes no

Destinada aos produtos desta classe.

N.º 13:821. — Classe 68.ª J. H. Andresen, Sucessores, negociantes no Pôrto. Destinada aos produtos desta classe.

N.º 13:822.—Classe 68.

O mesmo. Destinada ao mesmo.

N.º 13:823. — Classe 79.ª Nicolau da Costa Andrade, estabelecido em Lisboa.

Destinada a uma loção para o cabelo.

N.º 18:325. — Classe 64.2 União dos Vinicultores de Portugal, com sede em Lisboa.

Destinada aos produtos desta classe.

N.º 13:826. — Classe 68.ª

A mesma. Destinada aos produtos desta classe.

N.º 13:828. - Classe 62.

Mariano Martins & C.\*, com fábrica em Setúbal. Destinada aos produtos desta classe.

N.º 13:830. — Classe 79.ª

Manuel Rodrigues Paixão e José de Almeida, residentes em Palma de Cima.

Destinada aos produtos desta classe.

N.º 13:832 — Classe 49.a Pereira da Costa, Limitada, com sede em Lisboa. Destinada aos produtos desta classe.

Da data da publicação do presente aviso começa a contar-se o prazo de três meses para os recursos perante o Tribunal do Comércio.

Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 27 de Novembro de 1911. = O Director Geral, E. Madeira Pinto.

#### Registo de nomes

#### Aviso de pedidos

Para conhecimento dos interessados se faz público que, nas datas abaixo indicadas, foram pedidos os registos dos nomes que seguem :

Em 15 de Novembro de 1911:

N.º 1:712.— Lisboa.

#### Fotografia Beleza.

Pedido por José Nunes Ribeiro, natural de Tábua, industrial, estabelecido na Travessa da Agua Flor n.º 1, qualquer outro processo. 2.°, em Lisboa.

Em 24 de Novembro de 1911:

N.º 1:713.—Pedras Salgadas — Vila Pouca de Aguiar.

#### Universal Grande Hotel.

Pedido por Manuel Francisco da Silva Sobrinho, proprietário do «Universal Grande Hotel», sito nas Pedras Salgadas, freguesia de S. Martinho de Bornes, concelho de Vila Pouca de Aguiar, distrito de Vila Rial, e residente na Quinta de S. João, freguesia de Santa Cruz do Douro, concelho de Baião, distrito do Pôrto.

Em 28 de Novembro de 1911:

N.º 1:714.—Pôrto.

#### Centro da Moda.

Pedido por José Henriques Pinto, natural do Pôrto, residente e estabelecido na Rua da Cedofeita n.ºº 25, 27 e 29, no Pôrto.

Em 29 de Novembro de 1911:

N.º 1:715.— Pôrto.

#### Grand Chic.

Pedido por Aurelio Santos, negociante, natural do concelho de Lamego, residente e estabelecido na Rua de Sá da Bandeira n.º 115, no Pôrto.

Da data da publicação do terceiro aviso começa a contar-se o prazo de seis meses para as reclamações de quem se julgar prejudicado com a concessão dos referidos re-

Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 7 de Dezembro de 1911. - O Director Geral, E. Madeira

#### Aviso de anulação de despacho recusando registo de marcas

Faz-se público, para conhecimento dos interessados, que, em virtude de sentença de 28 de Outubro de 1911, do juiz da 1.ª vara comercial de Lisboa, foi anulado o despacho da Direcção Geral do Comércio e Indústria, de 7 de Abril de 1911, que indeferiu o registo da marca n.º 13:287 pedida por Veiga Pinto, Limitada, estabelecida em Lisboa.

Nesta data é passado o respectivo título.

Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 9 de Dezembro de 1911. = O Director Geral, E. Madeira Pinto.

### 2.º Secção

# Patentes de invenção

### Aviso de pedidos

Em cumprimento do disposto no artigo 18.º do regulamento para a execução do serviço da propriedade industrial, de 28 de Março de 1895, e para conhecimento dos interessados, se anuncia que, nas datas abaixo mencionadas, deram entrada na Repartição da Propriedade Industrial os pedidos seguintes de patentes de invenção:

N.º 8:027.

- Jean Marius Renaudot, cidadão francês, fabricante, residente em Paris, França, requereu, pela uma hora e meia da tarde do dia 25 de Novembro de 1911, patente de invenção para: «Assento com tampa para latrinas» declarando ser da sua concepção o seguinte, que reivindica:
- «1.º Assento com tampa para latrinas, caracterizado em que os suportes da tampa, sôbre os quais esta está montada em charneira, e um outro suporte, próprio para receber o extremo da tampa oposto à charneira, estão colocados à esquerda e à direita do orificio, de maneira que o espaço situado adeante deste é completamente desembaracado:

2.º Assento segundo a reivindicação 1, caracterizado em que a tampa se levanta, quando estiver desocupada, pela acção de uma mola:

3.º Assento segundo a reivindicação 1, caracterizado em que a tampa se levanta, quando estiver desocupada, pela acção de um

4.º Assento segundo a reivindicação 1, caracterizado por anel de assento de madeira fixo por ganchos sôbre um círculo metálico fixo entre duas tiras metálicas arqueadas, em que duas extremidades estão fixas uma à outra, e em que as duas extremidades opostas estão afastadas e atravessadas por um eixo de charneira, em volta

do qual está enrolada uma mola servindo para levantar a tampa; 5.º Assento segundo a reivindicação 1, caracterizado em que a tampa é composta de partes corrediças, de maneira a se poder re-

gular o comprimento».

N.º 8:028.

Farbwerke vorm Meister Lucius & Bruning, com sede em Hoechst, Alemanha, requereu, pela uma hora e meia da tarde, do dia 25 de Novembro de 1911, patente de invenção para: «Processo de fabricação de arsinas aromáticas, substituídas», declarando ser da sua comcepção o seguinte, que reivindica:

«1.º Processo de fabricação de arsinas aromáticas primárias substituídas, que consiste em tratar pelo hidrogénio, em estado nascente, ácidos arsínicos aromáticos substituídos, ou os arsenoxidos e os compostos arsénios correspondentes em solução fortemente

2.º Como produtos novos, as arsinas aromáticas primárias substituídas, obtidas segundo o processo reivindicado sob 1, ou segundo

N.º 8:029:

Pierre Ferra, cidadão francês, engenheiro consultor, residente em Celuire-et-Cuire, nas proximidades de Lyon, França, requereu, pelas doze horas da manha, do dia 27 de Novembro de 1911, patente de invenção para: «Um composto novo, aplicavel como material isolador de calor e para outros fins», reivindicando o seguinte:

«1.º Um composto feito de sulfureto de cobre, enxofre e kaolino, ou de uma substância dotada dos característicos dêste; em substância como na memória está descrito e para os fins que dela cons-

2.º Um elemento termo-eléctrico, feito do composto de que trata a primeira reivindicação e envolvido completa e herméticamente, a fim de impedir a oxidação, devendo o envólucro ser feito de um material que tenha o meamo coeficiente de dilatação e de contrac-

3.º Um processo de fabricação substancialmente igual aquele que na memória está descrito».

N.º 8:030.

Lawrence Alonzo Subers, cidadão norte-americano, promotor de corporções e inventos, residente em Cleveland, Estado de Óhio, Estados Únidos da América do Norte, requereu pela uma hora da tarde do dia 28 de Novembro de 1911, patente de invenção para: «Tecidos de tiras entrelaçadas e coladas por compressão», declarando ser de sua concepção o seguinte, que reivin-

«1.º Um tecido sem fios laminado, consistindo de um conjunto de séries de peças estando as peças numa disposição paralela em cada série e igualmente espaçadas umas das outras, formando as peças de cada série um ângulo com respeito às peças das séries adjacentes e tendo uma substância coesiva a ligar as ditas peças conforme

2.º Um tecido sem fios como mencionado na reivindicação 1, caraterizado em que as peças de cada série são paralelas às peças da série seguinte à antecedente, sendo as peças de todas as séries al-

ternadas paralelas umas às outras;
3.º Um tecido sem fios como mencionado na reivindicação 1, ainda caracterizado em que as peças de uma série são comprimidas no plano da outra série e nos intervalos entre as peças da mesma outra série ocupa êsses intervalos e são pegadas ali por meio de substância coesiva, conforme foi descrito;

4.º Um tecido sem fios, como mencionado na reivindicação 1, ainda caracterizado em que as peças que formam as séries são compostas de peças ainda mais pequenas ligadas umas às outras a

5.º Um tecido sem fios, como mencionado na reivindicação 1, ainda caracterisado em que uma ou mais séries contem elementos em

forma de fitas reforçadoras, completamente embebidas em borracha conforme foi descrito;
6.º Um tecido sem fios, como reivindicado em 1 e 4, e especialmente aproriado para mangueiras, incluindo um revestimento de borracha, sendo as peças das diferentes séries entrelaçadas no dito revestimento, conforma foi descrito: dito revestimento, conforme foi descrito;
7.º Um tecido sem fios, conforme mencionado nas reivindicações

1 e 6, incluindo uma ou mais camadas de peças dispostas eu aspiral cobertas de borracha entrançadas sôbre as mesmas peças interdispostas para verificar o limite de espansão do tecido;
8.º Um tecido sem fios, segundo as reivindicações 1 a 7 incluindo

uma camada exterior envolvendo as camadas em espiral e interpostas sendo todas as ditas camadas comprimidas e ligadas de maneira a formar uma estrutura homogénea; 9.º Um tecido sem fios, segundo as reivindicações 1 e 6, caracte-

rizado em que as peças que compõem a camada interior tem uma proporção mais elevada de expansibilidade do que as peças que compõem a camada exterior;
10.º Um tecido sem fios, segundo as reivindicações 1 e 6, carac-

terizado em que as camadas exteriores são entrançadas sob uma tensão maior que as camadas interiores, por meio da qual as diversas camadas são comprimidas, como foi substancialmente descrito; 11.º Um tecido sem fios, consistindo de cordas, segundo as reivindicações 1 e 6, caracterizado em que o número de tranças por

polegada nas cordas compreendendo as diferentes camadas, varia na razão inversa dos diâmetros das mesmas camadas; 12.º Um tecido sem fios consistindo de cordas, conforme as reivindicações 1 e 7, caracterizado em que a camada interior tem o

maior número de tranças por polegada; 18.º Um tecido sem fios, conforme as reivindicações 1 e 2, caracterizado em que as cordas tem um maior número de tranças por polegadas em porções que se sucedem a determinados intervalos do que nas porções intermediárias a elas, a fim de formar zonas variantes de elasticidade na corda inteira, substancialmente como

14.º Um tecido sem flos, conforme foi reivindicado em 1 e 12, caracterizado em que os extremss das cordas que compõem as camadas do tecido tem um maior número de tranças por polegada do que no corpo do tecido, repartindo por isso maior expansibilidade aos extremos do tecido, substancialmente como foi descrito;

15.º Um tecido sem fios, segundo as reivindicações 1 e 6 e 11 e especialmente apropriado para rodas, caracterizado em que as peças em uma zona anular da roda tem uma proporção mais elevada de elasticidade do que as peças que compõem o resto do tecido; 16.º Um tecido sem fios, segundo as reivindicações 1 e 14. in-

cluindo uma almofada exterior de substância vulcanizável, e uma camada adicional de tecido metálico embebido na mesma almofada, substancialmente como foi descrito;
17º Um tecido sem fios, segundo as reivindicações 1 e 15, ainda caracterizado em que a camada de tecidos incluí peças tornadas

asperas de ambos os lados para aumentar a adesão da substância da almofada ao tecido, substancialmente como foi descrito;
18.º Um tecido sem fios, segundo as reivindicações 1 e 18, composto de tiras chatas de fios interdispostas conforme a maneira descrita, envolvendo cada tira um tecido em rede aberta embebido em substância vulcanizável, substancialmente como foi descrito;

19.º Um tecido sem fios, segundo as reivindicações 1 e 19, carac-19.º Um tecido sem fios, segundo as reivindicações le 19, caracterizado em que o material em rede aberta em forma de um corpo tubular achatado envolve as fitas, sendo os extremos do corpo tubular colados juntamente e sendo toda a estrutura ligada com substância vulcanizável, conforme foi descrito;

20.º Um tecido sem fios, segundo a reivindicação 1, uma tira compreendendo um tubo achatado composto de grupos de peças cuási paralles, sem fios antrelaçadas, sendo as paredes do tubo

quási paralelas, sem fios, entrelaçadas, sendo as paredes do tubo comprimidas a formar bordas com baínha, sendo a tira saturada com borracha líquida ou outra substância adesiva, substancialmente como foi descrito;

21.º Um tecido sem fios, segundo as reivindicações 1 e 16, com-preendendo um conjunto de camadas formadas de tiras fibrosas em preendendo um conjunto de camadas formadas de uras norosas em lâmina ligadas entrelaçadas, cruzando-se umas com as outras num ângulo, sendo o ângulo segundo o qual as tiras se cruzam umas com as outras, determinado e variando nas diferentes camadas, in-

com as outras, determinado e variando nas diferentes camadas, indicando a variação nos respectivos ângulos as proporções relativas de expansibilidade das diversas camadas; 22.º Um tecido sem fios, substancialmente como foi descrito e mostrado com referência às figuras de 1 a 9 e para o fim exposto; 23.º Um tecido sem fios, substancialmente como foi descrito e mostrado com referência às figuras de 10 a 47 e para o fim exposto; 24.º Um tacido para manqueiros substancialmente como foi descrito e mostrado com referência às figuras de 10 a 47 e para o fim exposto;

24.º Um tecido para mangueiras, substancialmente como foi descrito e mostrado com referência às figuras de 48 a 51 e para o fim

exposto;
25.º Um tecido para rodas, substancialmente como foi descrito e
mostrado com referência às figuras de 52 a 65 e para o fim exposto;
26.º Um tecido, substancialmenre como foi descrito e mostrado com referência às figuras de 66 a 93 e para o fim exposto;
27.º Um tecido para mangueiras ou rodas, substancialmente
como foi descrito e mostrado com referência às figuras de 93 a 110

e para o fim exposto;

e para o um exposto; 28.º Um tecido, substancialmente como foi descrito e mostrado, com referência às figuras de 111 a 114 e para o fim exposto».

N.º 8:031.

Wilhelm Werner von Blumenthal e Julius Hosemann, comerciantes, residentes em Charlottenbur-Alemanha, requereram pelas três horas da tarde do dia 28 de Novembro de 1911, patente de invenção para: «processo para a construção de superficies artificiais geladas, bem como de arenas de patinagem artificiais», reivindicando o seguinte:

«Processo para a construção de arenas artificiais de patinagem, empregando tubos refrigeradores, acamados na matéria que constitui o solo, caracterizado pelo facto dos tubos refrigeradores, abaixarem primeiramente, até a congelação, a temperatura da matéria que envolve estes tubos, e de só depois disto se espalhar pela superficie, a água que há de ser transformada em gêlo».

N.º 8:032.

Germain Frédéric Picot, francês, engenheiro, residente em Paris, requeu pelas três horas da tarde do dia 28 de Novembro de 1911, patente de invenção para: «aparelho de segurança para canos de gaz», reivindicando o seguinte:

.1.º Uma disposição de segurança especialmente aplicável aos canos de gaz e constituída por uma válvula que pode oscilar em tôrno de um eixo horizontal e que se abre de juzante para montante, sendo esta válvula equilibrada por meio de um contrapêso móvel constituído por uma porca que se atarracha numa haste fixada à válvula.

fixada à válvula;

2.º Uma variante adequada aos canos verticais na qual a válvula;

vula, disposta horizontalmente, está ligada a um balanceiro que
pode girar em tôrno de um eixo horizontal, tendo a extremidade
livre dêste balanceiro fio de rôsca, que recebe uma porca que cons-

3.º Uma disposição segundo as reivindicações 1 e 2, na qual a válvula tem uma saliência que penetra na abertura do macho da torneira, de modo a permitir separar a válvula da sua sede fazendo

girar o macho;

4.º Um aparelho de segurança segundo a reivindicação 1.º, que compreende, alêm da válvula colocada no trajecto do gaz, uma válvula auxiliar que está disposta a juzante da válvula principal e

máscara uma abertura que abre para a atmosfera;
5.º Uma forma de execução do aparelho que permite suprimir a torneira de consumo e que compreende uma haste que se pode deslocar de modo a produzir a abertura da válvula principal, sendo esta haste provida de uma disposição apropriada para a levar à nosição normal: posição normal;

6.º Num mecânismo, segundo a reivindicação 5.ª, a disposição na haste de comando de um esbarro que prepara o movimento de fechamento da válvula auxiliar quando se abre a válvula prin-

cipal;
7.º Um aparelho de segurança que compreende uma válvula de dupla sede intercalada na passagem do gaz, ficando esta válvula entre as duas sedes em funcionamento normal e assentando sôbre a sua sede superior, se vier a dar-se uma rutura na canalização e na sua sede inferior se a alimentação for interrompida, estando um bloco suspenso por cima da válvula e impedindo que ela se levante quando repousa na sua sede inferior;

8.º Um aparelho de segurança, segundo a reivindicação 1.º, que compreende, a montante da válvula principal, uma segunda válvula que se abre no sentido da entrada do gaz, fechando-se esta válvula adicional no caso de interrupção de alimentação e produziudo se o fechamento da válvula principal, carregando numa haste fixada a esta válvula.

9.º Uma disposição segundo as reivindicações 1 e 8, na qual a válvula adicional é constituída por um êmbolo-válvula, sendo êste êmbolo-válvula levado à posição normal por um contrapêso que, na

sua posição de repouso, assenta sôbre a válvula principal;
10.º Uma variante, na qual a válvula adicional é substituída por uma palheta móvel em tôrno dum eixo horizontal e que aão produz obturação, tendo esta palheta uma cunha em contacto com uma corcôva da válvula principal, de maneira que qualquer interrupção na alimentação faz cair a palheta e produz, por meio da cunha e da corcôva, o fechamento da válvula.

Société Schneider & Cie, com sede em Le Creusot (Saône-et-Loire) França, requereu pelas duas horas da tarde do dia 29 de Novembro de 1911, patente de invenção para: «Mecanismo de manobra por meio de motor e a braço para culatras de bôcas de fogo e outras aplicações», reivindicando o seguinte:

«1.º Um dispositivo que se adapta às transmissões hidráulicas de movimento com velocidade variável com o fim de regular o es-forço e a velocidade transmitidos aos mecanismos a manobrar, e consistindo num desalizador (j) ou outro órgão análogo recebendo um movimento tomado de mecanismo manobrado e formando superfícies sinuosas directoras do sentido e das amplitudes de movi-

mento do órgão regulador (h) da transmissão hidráulica;
2.º Uma forma de execução particularmente aplicável ao accio-

namento das culatras de bôcas de fôgo, e na qual o órgão director é constituído por um prato (j) com superfícies sinuosas (j¹, j²), solidários com uma porca (m) móvel sôbre uma parte filetada do veio manobrado (a) da transmissão hidráulica, limitando as superfícies sinuosas simétricas (j², j²) os deslocamentos angulares de apoios tais como rodísios (h¹, h²) solidários com uma alavanca i de accionamento; de modo que na posição normal de repouso, correspondento; dendo à culatra fechada, a dita alavanca não pode ser manobrada senão no sentido da abertura e que mantida em contacto com uma das superficies sinuosas, comunica com um movimento de velocidade progressivamente crescente até um máximo para ser emfim automáticamente, durante o fim do curso, reconduzida progressivamente à posição de repouso e de velocidade nula; não sendo então o contacto já possível senão com outra superficie sinuosa e não permitindo senão a manobra inversa de fechamento a qual se opera do mesmo modo com velocidades progressivamente crescentes até nm máximo e volta forçada a zero na última parte do curso».

N.º 8:034.

Robert Brown, fabricante de sabão, natural e residente em Agharaíny, Donaghmore, condado de Tyrone, Irlanda, requereu pelas duas horas da tarde do dia 30 de Novembro de 1911, patente de invenção para: «Aperfeiçoamentos no fabrico de sabão», reivindicando o seguinte:

«1.º Aperfeiçoamentos no fabrico de sabão, que consistem em adicionar ao sabão ordinário, ou aos constituintes do sabão ordinário, silicato de soda gelatinoso, ou uma solução quente de silicato de soda, concentrada a ponto de ficar consistente ou quási sólida depois de arrefecer, devendo esta adição do silicato de soda ter lugar durante o fabrico do sabão, ou misturando-se com êste no estado de aparas, de empaste ou de outra forma, depois de manufacturado o sabão;

2.º O próprio sabão feito desta maneira, como um novo produto industrial».

N.º 8:035.

Peter Diedrich Hinrich Ohlhaver, negociante, residente em Sande, perto de Bergedorf, Prússia, Alemanha, requereu pelas duas horas da tarde do dia 30 de Novembro de 1911, patente de invenção para: «Processo para conservar a vitalidade dos organismos activos no fermento seco», reivindicando o seguinte:

«1.º Um processo para conservar as propriedades activas do fermento sêco, que consiste em colocar o fermento em um receptáculo herméticamente vedado, conjuntamente com uma substância higroscópica apropriada, mas separado dela, para o fim de dessecar completamente o ar do receptáculo;

2.º Em um processo como se reivindica na 1.º reivindicação, em fechar o fermento em um receptáculo hermético, juntamente com uma substância higroscópica, mas separado dela por meio de um

diafragma poroso ao ar.

3.º Um processo para conservar as propriedades activas do fermento sêco, que consiste em fechar o fermento em um receptáculo hermético, conjuntamente com cloreto de cálcio ou de magnésio, mas de forma que o fermento e aquele cloreto fiquem permanentemento separados um do outro.

4.º Um processo para conservar as propriedades activas do fermento sêco, que consiste em fechar o fermento em um receptáculo hermético, conjuntamente com amido, ou com substâncias que contenham amido, mas de forma que o amido fique permanentemente separado de formento».

N.º 8:036.

Charles Algernon Parsons, engenheiro, residente em Heaton Works Newcastle-on Tyne, condado de Northumberland, Inglaterra, requereu, palas duas horas da tarde do dia 30 de Novembro de 1911, patente de invenção para: «aperfeiçoamentos nas instalações dos condensadores», declarando ser de sua concepção o seguinte, que reivindica:

«1.º Uma instalação de condensadores do tipo em que ha aparelhos ordinários de evacução, em comunicação com um condensador principal, e com a câmara da turbina ou outra idêntica, da qual se deve fazer a evacuação, e em que os aparelhos aumentadores do grau do vácuo produzido pelos referidos aparelhos ordinários, se acham em comunicação com a conduta que vem do condensador para ca últimos, a uma altura acima dos maneionados enerelhos para os últimos, a uma altura acima dos mencionados aparelhos ordinários, correspondente à queda de pressão necessária para actuar as válvulas de admissão dos mesmos, essencialmente como

2.º Uma instalação de condensadores/de vapor, em harmonia com a reivindicação 1, em que os aparelhos ordinários de evacuação e o aparelho aumentador tem ou uma comunicação comum, ou comunicações separadas, com o condensador principal, essencialmente

3.º Uma instalação de condensadores de vapor, essencialmente para os fins que se mencionam, como se descreve, e com referência aos desenhos anexos».

N.º 8:037.

Société Schneider & C.ie, com sede em Le Creusot (Saône-et-Loire), França, requereu, pelas quatro horas e meia da tarde do dia 30 de Novembro de 1911, patente de invenção para: «culatra de parafuso com filetes continuos», declarando ser de sua concepção o seguinte, que reivindica:

«1.º Uma culatra comportando um bloco de culatra com filetes contínuos e caracterizada por cate bloco ser levado por um carrinho formando porca e disposto para deslisar numa guia do canhão paralelamente ao troço de culatra, de forma que um mecanismo de accionamento existente no dito carrinho e no canhão permite produzir, por uma rotação contínua, o desaparafusamento da cularra por rotação do carrinho depois do deslocamento lateral do conjunto graças ao arrastamento do carrinho pelo parafuso-culatra;

2.º Uma de execução na qual o arrastamento do carrinho pelo parafuso, para o deslocamento lateral do conjunto é assegurado no um escano oscilante que vindo a introducir no manarate.

rado por um escapo oscilante que, vindo-se introduzir no momento desejado no orgão de transmissão do parafuso existente no carrinho, impede o parafuso de continuar a sua rotação em volta do eixo do canhão, forçando o eixo do parafuso a deslocar se lateralmente e paralelamente a si mesmo; uma cremalheira sôbre a qual toma apoio o órgão de transmissão existente no postigo regularizando alâm disso êste movimento;

3.º Uma forma de execução na qual o parafuso-culatra tem uma filetagem girando com um jõgo conveniente na filetagem da porca de culatra, não sendo êste jõgo suprimido senão no momento do fechamento completo, graças a um escapo do parafuso na porca de culatra, escapo que determina um recuo relativo dos filetes de parafuso para a sua vinda em contacto com a face posterior dos filetes de porca, sendo o sparafusamento e desparafusamento assegu-rados, graças à retenção dos filetes de parafuso sem jogo nos file-

tes do postigo, salvo no momento de fechamento completo dos filetes de parafuso escapando completamento os do postigo pela ac-ção de um filete suplementar ou pela substituição da filetagem por uma parte lisa».

Da data da publicação do terceiro aviso começa a contar-se o prazo de três meses para reclamações de quem se julgar prejudicado pelas patentes pedidas.

Direcção Geral do Comércio e Indústria, em 2 de Dezembro de 1911. = O Director Geral, E. Madeira Pinto.

# Direcção Geral da Agricultura Repartição dos Serviços Agronómicos

Para os devidos efeitos se pública o seguinte despacho:

Por decreto de 9 do corrente mês:

Sertório do Monte Pereira, professor do Instituto Superior de Agronomia — nomeado, nos termos do decreto de 25 de Novembro do corrente ano, para fazer parte do Conselho do Fomento Comercial dos Produtos Agrícolas, a que se refere o artigo 265.º da Organização de 22 de Ĵulho de 1905.

Direcção Geral da Agricultura, em 14 de Dezembro de 1911. = O Director Geral, Joaquim Rasteiro.

#### Administração Geral dos Correios e Telégrafos

Pelo presente anúncio são avisados os concessionários de licenças para a exploração das indústrias electricas que tem de apresentar, na 1.ª Divisão da 2.ª Direcção desta Administração Geral, os seus títulos de licença, até 31 do corrente, e reclamar guia para o pagamento da taxa anual relativa a 1912.

Independentemente de novo aviso se procederá, nos termos do artigo 22.º do Regulamento das Concessões, Estabelecimento e Exploração das Indústrias Eléctricas, aprovado por decreto de 28 de Fevereiro de 1903, contra todos os concessionários que deixarem de apresentar os seus títulos e efectuar o respectivo pagamento.

Lisboa, 14 de Dezembro de 1911.-O Administrador Geral, António Maria da Silva.

### 1.ª Direcção

#### 1.º Divisão

Despachos efectuados nas datas abaixo indicadas

Em 12 do corrente:

José Pereira Gil e Luís Tomé Teixeira, primeiros aspirantes, com exercício, respectivamente, nas estações de Faro e Funchal — mandados passar à situação da inactividade, com o vencimento por inteiro, que lhes compete nos termos dos artigos 305.º e 306.º do decreto orgânico de 24 de Maio do corrente ano.

Por despacho de 13:

Joto Dias Taclim, segundo guarda-fios do cantão de Sa gres — idem, idem, com o vencimento diário de 295 réis, que lhe compete nos termos dos artigos acima citados.

# 2. Divisão

Em despacho de 12 do corrente:

Manuel Rafael, segundo aspirante das ambulâncias postais — transferido, por conveniência do serviço, para a estação central do correio do Pôrto.

Em despacho de 13:

Guardiano Dias Del-Negro, segundo aspirante da estação central do correio de Lisboa — transferido, por conveniência do serviço, para os serviços das ambulâncias postais.

Em 14:

Carlos Morais da Costa, primeiro aspirante desta Administração Geral, na situação de inactividade - mandado entrar na efectividade do serviço.

Administração Geral dos Correios e Telégrafos, em 14 de Dezembro de 1911. — O Administrador Geral, António Maria da Silva.

# MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS Direcção Geral das Colonias

### 3.º Repartição

Anuncia-se, para conhecimento do público, que se acham abertas ao serviço telegráfico internacional as estações de Ibrahimo e Ihamorrimo, situadas no distrito e provincia de Moçambique.

As referidas estações são servidas por telefones.

Direcção Geral das Colónias, em 14 de Dezembro de 1911 .= O Director Geral, A. Freire de Andrade.

### 5.º Repartição

Ministério da Marinha e Colónias — Direcção Geral das Colónias, 14 de setembro de 1911

**BOLETIM MILITAR DAS COLONIAS** 

Publica-se à força militar das colónias o seguinte:

## 1.º — Decretos

### Presidência do Conselho de Ministros

Decreto de 3 de Setembro do corrente ano, concedendo a exoneração aos membros do Ministério presidido pelo cidadão Joaquim Teófilo Braga, publicado no Diário do Governo n.º 206, de 4 do referido mês.

#### Presidência do Conselho de Ministros

Decreto de 3 de Setembro do corrente ano, nomeando um novo Ministério sob a presidência do cidadão João Pinheiro Chagas, publicado no Diário do Govêrno n.º 206, de 4 do referido mês.

# Presidência do Conselho de Ministros

O Presidente da Republica, em nome da Nação, ha por bem acceitar a demissão pedida pelo cidadão Joaquim Teofilo Braga do cargo de Presidente do Ministerio, sendo-lhe grato reconhecer que o exerceu com inteligencia, com zêlo e acendrado patriotismo, e nomeia para o substituir o Ministro efectivo do Interior e interino dos Negócios Estrangeiros, João Pinheiro Chagas.

Lisboa, 3 de setembro de 1911. Manuel de Arriaga

Diogo Tavares de Mello Leotte.

#### Presidência do Conselho de Ministros

Decreto de 9 de Setembro do corrente ano, estabelecendo o formulário dos diplomas oficiais, publicado no Diário do Govêrno n.º 213, de 12 do referido mês.

#### Secretaria da Guerra — Repartição do Gabinete

Decreto de 23 de Agosto do corrente ano, aprovando e pondo em execução o regulamento dos serviços de recrutamento, publicado no Diário do Govêrno n.º 206, de 4 de Setembro.

#### 2.º - Portaria

#### Ministério da Marinha e Colonias — Direcção Geral das Colonias 8.ª Repartição

Portaria de 28 de Agosto do corrente ano, estabelecendo o custo de medicamentos que forem fornecidos aos oficiais inferiores em serviço nas colónias e às respectivas famílias, publicado no Diário do Govêrno n.º 205, de 2 de Setembro.

#### 3.º — Por determinação do Presidente da Republica:

Provincia de S. Thomé e Principe

Tenente, o tenente do quadro occidental em serviço na provincia de Angola, Joaquim Pereira da Silva, por motivo disciplinar.

#### Provincia de Angola

Tenentes, os tenentes de infantaria, João Henrique de Mello, Alberto Sebes Pedro de Sá e Mello, e Jayme Pereira dos Reis; e do serviço da Administração Militar, Alcide de Oliveira, José Antonio Cerveira e Braulio Ludgero de Freitas.

Estado da India

Tenentes, os tenentes do quadro privativo das forças coloniaes, em serviço na provincia de S. Thomé e Principe, José Diniz Carneiro de Sousa e Faro, José Manuel Candido de Sousa, e Vicente Lourenço da Śilva.

#### 4.º - Ministerio das Colonias - Direcção Geral das Colonias 5. Repartição — 1. Secção

Para conhecimento das differentes autoridades militares se publica a seguinte circular do Ministerio da Guerra: Secretaria da Guerra — Repartição do Gabinete — Em esclarecimento ao n.º 24 do artigo 4.º de regulamento disciplinar se publica a seguinte Circular n.º 644. — Lisboa, 30 de março de 1911. — Ao Sr. Commandante da 1.ª Divisão Militar. — Lisboa. — Do Chefe da Repartição.

Sendo um des deveres expressos no artigo 4.º do Regulamento Disciplinar do Exercito, o de não tomar parte, por qualquer modo, em manifestações collectivas attentatorias da disciplina, e, convindo definir quaes as manifes-tações que devem ser consideradas como taes; incumbe-me S. Ex.<sup>2</sup> o Ministro da Guerra de dizer a V. Ex.<sup>2</sup> que, attentatorias da disciplina, são todas as manifestações collectivas e reuniões de militares para as quaes se não haja solicitado da autoridade militar competente a respectiva autorização, bem como aquellas em que, embora autorizadas, se não guardem os deveres militares expressos em os n.ºs 2.º, 4.º, 12.º, 19.º e 20.º do artigo 4.º do citado regulamento. — Alfredo Ernesto de Sá Cardoso, capitão.

# 5.º — Kinisterio das Colonias — Direcção Geral das Colonias

Pôsto e vencimento que compete ao oficial abaixo mencionado, a quem foi qualificada a reforma que lhe foi conferida:

Com o posto de capitão e o soldo mensal de 55\$000 réis, nos termos da disposição 4.ª do artigo 8.º da carta de lei de 16 de julho de 1889 e em harmonia com a tabella n.º 1, annexa ao decreto de 27 de junho de 1907, o capitão do quadro de Moçambique, Manuel Monteiro Lopes, reformado por decreto de 14 de janeiro do corrente anno, publicado no Boletim Militar das Colonias n.º 2, da presente serie.

#### 6.º — Ministerio das Colonias — Direcção Geral das Colonias 5.ª Repartição — 1.ª Secção

Pôsto e vencimento que compete ao oficial abaixo mencionado, a quem foi qualificada a reforma que ihe foi conferida:

Com o posto de tenente e o soldo mensal de 22,5500 réis, nos termos do n.º 1.º do artigo 8.º da carta de lei de 16 de julho de 1889 e em harmonia com a tabella n.º 1, annexa ao decreto de 27 de junho de 1907, o tenente do quadro occidental, José Jacinto Rebello, reformado por decreto de 2 de maio ultimo, publicado no Boletim Militar das Colonias n.º 9, de 13 do referido mês.

#### 7.º Ministerio das Colonias — Direcção Geral das Colonias 7.ª Repartição

Condecorado com a medalha militar, nos termos do disposto no § 2.º do artigo 13.º do regulamento approvado por decreto com força de lei de 4 de fevereiro de 1911:

### Classe de comportamento exemplar

#### Medalha de prata

Primeiro sargento, n.º 35/1:123, da policia militar da Companhia de Moçambique, Antonio Antunes Gago Junior.

> 8.º — Ministerio das Colonias — Direcção Geral das Colonias 5.ª Repartição — 1.ª Secção

#### Declara-se que foram mandados apresentar no Ministerio da Guerra:

Em 30 de agosto findo:

O major de infantaria, Alfredo Arthur de Magalhães, por ter regressado da provincia de Macau.

O capitão de cavallaria, José Ferreira Marques da Cunha, por haver desistido de continuar a servir em commissão na provincia de Timor.

O alferes de infantaria, José Martins do O Junior, por ter sido dispensado do serviço do deposito de praças do

Em 11 do corrente mês:

O capitão de artilharia, Fernando Antonio Rebello, a fim de prestar o serviço que lhe é exigido por lei para ascender ao posto immediato.

Em 13:

O capitão de infantaria, Feliciano Antonio da Silva Leal, por haver terminado a commissão na provincia de Mocambique.

O alferes de infantaria, Luis José de Matos, por ter desistido de continuar a servir em commissão na provincia de Moçambique.

#### 9.º - Licenças concedidas por motivo de molestia aos officiaes abaixo mencionados:

Em sessão de 31 de agosto findo:

#### Provincia de Angola

Major do quadro de Moçambique, em serviço naquella provincia, Antonio Trindade dos Santos, sessenta dias para continuar o tratamento.

Capitão do quadro de Moçambique, em serviço na provincia de Angola, Anthero Joaquim Barroso, sessenta dias para continuar o tratamento.

Tenente do quadro occidental, em serviço na indicada provincia, Abilio Augusto Pereira Pinto, sessenta dias para continuar o tratamento.

Em sessão da mesma data:

José Maria da Silveira Montenegro, capitão medico do quadro de saude de Angola e S. Thomé e Principe, sessenta dias para continuar o tratamento.

# Obituario

1911 Julho 20 - Lourenco Justiniano Padrel, general reformado do quadro occidental.

Celestino Germano Paes de Almeida.

Está conforme. = O Director Geral, A. Freire de Andrade.

(Contém este boletim outros diplomas já publicados no Diario do Governo).

# Direcção Geral de Fazenda das Colónias Alfândegas

# Despachos efectuados por portarias de 6 do corrente

António Pereira de Barros, segundo aspirante do circulo aduaneiro da Africa Oriental — prorogada por trinta dias a licença registada concedida por portaria de 30 de Outubro último.

Adelino Ródrigues, guarda fiscal de 2.ª classe do mesmo círculo — concedida sessenta dias de licença para se

Direcção Geral de Fazenda das Colónias, em 13 de Dezembro de 1911. — Pelo Director Geral, Manuel Fratel.

# Junta Consultiva das Colónias

Processo de recurso n.º 464 de 1910 sôbre contribuição predial, em que é recorrente a Fazenda Nacional e recorridos Sant'Ana Agostinho de Sousa e João Xavier de Sousa, relator o Ex. mo Sr. Dr. J. J. da Silvā.

Sendo presente ao Govêrno Provisório da República Portuguesa a consulta da Junta Consultiva das Colónias. como tribunal contencioso, sôbre o recurso n.º 464 de 1910, em que é recorrente a Fazenda Nacional e recorridos Sant'Ana Agostinho de Sousa e João Xavier de Sousa:

Mostra-se que recorreu o Inspector da Fazenda do Estado da India do acórdão do conselho de província o qual,

concedendo provimento ao recurso interposto do despacho: da Junta Fiscal das matrizes, mandou que a mesma Junta conhecesse da reclamação que lhe fôra apresentada por Sant'Ana Agostinho de Sousa e João Xavier da Silva, acêrca da classificação e rendimento dos seus dois prédios rústicos sitos em Aldoná e inscritos na matriz predial sob n.ºs 422 e 436, 457 e 455.

O recurso é competente e foi interposto no prazo legal. A Junta Consultiva das Colónias tem competência para dêle conhecer (Regimento de 20 de Setembro de 1896,

artigos 22.°, 24.° e 25).

Funda-se o recurso em que os recorridos Sant'Ana Agostinho de Sousa e João Xavier da Silva não apresentaram ao escrivão de fazenda as declarações escritas, em duplicado, a que se refere o n.º 43.º do Regulamento provincial de 20 de Novembro de 1896, e por isso não podia a Junta Fiscal das matrizes tomar conhecimento da sua reclamação;

Foi criada no Estado da India a contribuição predial de cotidade de 10 por cento sôbre o rendimento líquido dos prédios rústicos e urbanos pelo decreto com fôrça de lei de 1 de Setembro de 1881, artigos 2.º e 13.º, sendo o governador geral encarregado de fazer, em conselho, os re-

gulamentos precisos para a sua execução, artigo 16.º; Atendendo a que os recorridos reclamaram para a Junta Fiscal das matrizes contra o rendimento colectável arbitrado a seus prédios, não por ocasião das operações da revisão anual, mas sim quando se procedia à renovação e substituição das matrizes prediais (regulamento provincial de 20 de Novembro de 1886, artigos 39.º, 40.º e 41.º);

Atendendo a que só quando se procede à revisão anual das matrizes é que são obrigatórias da parte dos contribuintes as declarações escritas em duplicado sôbre a produção de seus prédios rústicos, espécies de cultura e outras circunstâncias, com a cominação de não serem admitidas a reclamar perante a Junta Fiscal das matrizes, caso não juntem à reclamação o duplicado das ditas declarações, como é expresso no n.º 4.º do artigo 43.º do regulamento provincial de 20 de Novembro de 1896, que tem o seu assento na secção IV do capítulo II do mesmo regulamento, a qual se inscreve:

Alterações do rendimento colectável, em virtude da revisão anual das matrizes, não podendo a disposição do citado artigo 43.º transpor o âmbito da secção em que se encontra, excepto no caso de haver, que não há, referência expressa a outra ordem de factos regulamentados no

mencionado diploma;

Atendendo a que, se é certo, que quando se procede à renovação das matrizes prediais são exigidas aos contribuintes declarações escritas em duplicado, como no caso da revisão anual, não é menos certo que, faltando êles ao cumprimento desta obrigação, incorrem na pena de 2 a 40 rupias de multa, conforme dispõe o artigo 5.º das instruções provinciais de 10 de Novembro de 1896, a que se refere o artigo 40.º do regulamento provincial de 20 de Novembro de 1896, em harmonia com o disposto no artigo 6.º do decreto de 1 de Setembro de 1881 e repugna aos princípios gerais de direito, que uma mesma infracção seja punida com duas penas em processos diferentes:

Há por bem, conformando-se com a mesma consulta, negar provimento ao recurso e mandar que seja cumprido

o acórdão do Conselho de Província.

O Ministro da Marinha e Colónias o faça imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Govêrno da República, em 27 de Maio de 1911.—Amaro de Azevedo Go-

# CONGRESSO

# CAMARA DOS DEPUTADOS

### Proposta de lei

Artigo 1.º A situação dos oficiais dos quadros coloniais, pela saída definitiva dos quadros activos, é a de reforma. Art. 2.º São colocados na situação de reforma:

1.º Os oficiais julgados incapazes do serviço activo por uma junta de inspecção médica;

2.º Os oficiais que atingirem os seguintes limites de

60 anos Oficiais superiores ..... Capitäes e subalternos ...... 55 anos

3.º Os oficiais que tiverem desistido de concorrer ou não houverem satisfeito às provas especiais de aptidão para o pôsto imediato:

4.º Os oficiais que, tendo 35 anos de serviço e 20 de servico colonial efectivo e pelo menos 50 anos de idade, requeiram para passar a esta situação;

5.º Os oficiais punidos com a pena de reforma por incapacidade profissional.

Art. 3.º A inspecção da junta médica, a que se refere o n.º 1.º do artigo 2.º, pode realizar-se a requerimento do oficial ou por determinação do Ministro das Colónias.

Art. 4.º A reforma será de três espécies:

1.ª Ordinária;

nado pelo serviço.

2.ª Extraordinária:

3.ª Por incapacidade profissional. Art. 5.º Tem direito à reforma ordinária os oficiais cuja causa de incapacidade não fôr um motivo concreto origi-

Art. 6.º Tem direito à reforma extraordinária os oficiais cuja incapacidade de continuar no serviço se prove que proveio de ferimento, ou desastre grave ocorrido em combate, ou na manutenção da ordem pública; ou fôr

adquirida por motivo averiguado e determinado do cumprimento do dever militar.

Art. 7.º São compelidos à reforma por incapacidade profissional os oficiais a que se refere o n.º 5.º do arti-

Art. 8.º Os oficiais serão colocados na situação de reforma com o pôsto que tiverem e com o sôldo indicado no artigo 9.º

Art. 9.º O sôldo dos oficiais na situação de reforma será o seguinte:

1.º Até os 15 anos de serviço efectivo, inclusive, 50 por cento do sôldo da patente;

2.º Por cada ano de serviço efectivo dos 16 aos 20, in-

clusive, mais 2 por cento do sôldo da patente;
3.º Aos 20 anos de serviço efectivo, 60 por cento do sôldo da patente;

4.º Por cada ano de serviço efectivo dos 21 aos 30, inclusive, mais 4 por cento do sôldo da patente; 5.º Aos 30 anos de serviço efectivo, o sôldo da pa-

6.º Por cada ano de serviço efectivo, alêm dos 30, mais 4 por cento do sôldo das respectivas patentes.

§ único. Os vencimentos que se liquidarem, em virtude do disposto neste artigo, não poderão exceder os limites seguintes:

Coronel	1208000
Tenente-coronel	908000
Major	854000
Capitão	753000
Subalterno	608000

Art. 10.º Os oficiais que, no acto de passarem à situação de reforma, não tiverem ainda atingido o pôsto de capitão, major, tenente-coronel ou coronel, mas houverem já completado respectivamente 9, 18, 21 e 24 anos de serviço efectivo a contar da data da promoção ao pôsto de alferes dos seus respectivos quadros, terão direito, nos termos do artigo 9.º, ao soldo que lhes competiria se já houvessem adquirido essas patentes.

1.º Aos oficiais cuja situação na escala tenha sido alterada por qualquer causa, será feita a contagem do tempo de serviço de oficial para o efeito do disposto neste artigo, pela do oficial do seu quadro que lhe ficar imediatamente à direita;

2.º Nenhum oficial poderá, pela aplicação do disposto neste artigo, ser considerado como tendo patente superior a mais elevada do quadro a que pertencer;

3.º Aos oficiais reformados por incapacidade profissional, e aos separados do serviço, não são aplicáveis as disposições exaradas neste artigo;

4.º Na lista de antiguidades dos oficiais dos quadros coloniais será mencionada para todos os oficiais, a data em que principiam a contar o tempo para os efeitos consignados neste artigo.

Art. 11.º O sôldo dos oficiais a quem fôr concedida a reforma extraordinária será o da respectiva patente, se, em virtude do disposto nos artigos 9.º e 10.º, não tiverem direito a outro superior.

Art. 12.º O tempo de licença registada, concedida de futuro aos oficiais, conta-se como de serviço efectivo, na percentagem de 50 por cento, por forma que a totalidade dêsse tempo não exceda o correspondente a 60 dias por cada ano de serviço como oficial.

§ único. Se durante êsse tempo os oficiais não tiverem contribuído com o imposto de compensação para a reforma terão de satisfazer à Fazenda Nacional a importância respectiva quando se fizer a liquidação do tempo de serviço.

Art. 13.º A partir da data da publicação da presente lei, o tempo de licença ilimitada não será contado para efejto de reforma.

Art. 14.º O tempo de serviço efectivo prestado em campanha será acrescido da percentagem de 100 por cento alêm das percentagens mencionadas no artigo seguinte.

Art. 15.º O tempo de serviço nas colónias será contado para os efeitos dos artigos 9.º e 10.º com o aumento das seguintes percentagens:

60 por cento na Guiné, Timor e S. Tomé e Principe; 50 por cento em Moçambique e Angola; 30 por cento na India, Macau e Cabo Verde.

§ 1.º No acto da liquidação do tempo de serviço, por cada período de 30 dias de serviço efectivo colonial. a partir de 14 de Novembro de 1901, terão os oficiais europeus e equiparados, do exército da metrópole e dos quadros coloniais, um acréscimo de 0,14 por cento sôbre o sôldo de reforma que lhes competir nos termos do artigo 9.º, não podendo, porêm, em caso algum, tal acréscimo exceder 25 por cento dos soldos da efectividade; êste acréscimo não será incluído nos limites fixados no referido artigo 9.º

§ 2.º As mesmas disposições serão extensivas aos oficiais nativos das colónias, quando sirvam em colónias differentes da do seu nascimento, mas sómente pelo tempo

que efectivamente nelas serviram.

Art. 16.º Aos oficiais dos quadros de médicos, e farma cêuticos habilitados com o curso superior de farmácia, será contado como tempo de serviço militar prestado como praça de pré, o tempo de duração normal dos respectivos cursos nas escolas especiais de aplicação, quando não tiverem maior número de anos dêste serviço.

§ 1.º Para os efeitos dêste artigo será contado aos actuais farmacêuticos, que não tiverem o curso superior de

farmácia, dois anos. § 2.º O disposto neste artigo não é aplicável aos médicos que servem sob o regime do decreto de 2 de Dezembro de 1869.

Art. 17.º Será contado como serviço-militar o de ser-

viços públicos prestados antes do ingresso nos quadros do exército, segundo as normas que regularem as aposenta-

ções dêsses serviços.

Art. 18.º (transitório). Aos oficiais que, à data de 17 de Dezembro de 1910, tinham 35 ou mais anos de serviço, será concedida, quando assim o requeiram, a graduação no pôsto imediato no acto de passarem à situação de reforma, se dessa data em diante não houverem sido promovidos a outro pôsto, ficando apenas com direito aos vencimentos consignados na carta de lei de 22 de Agosto de 1887.

Art. 19.º (transitório). São aplicáveis aos oficiais que se reformaram posteriormente à data de 17 de Dezembro de 1910 as vantagens do disposto no artigo 10.0

Art. 20.º Os oficiais do quadro privativo reformar-se hão nos termos do decreto de 14 de Novembro de 1901.

Art. 21.º Os oficiais que passarem à situação de reforma, estando nas colónias, terão direito à passagem de regresso à metrópole ou às colónias de onde forem naturais, como suas famílias, quando assim o requeiram.

Ministério das Colónias, 14 de Dezembro de 1911. = O Ministro das Colónias, José de Freitas Ribeiro.

#### Projectos de lei

Artigo 1.º A execução do decreto com fôrça de lei de 29 de Março do 1911, na parte que respeita à administração e dotação escolares, continua suspensa até que entre em vigor o Código Administrativo, que brevemente vai ser discutido pelo Congresso da República.

§ único. Os encargos desta administração continuam portanto e provisóriamente por conta do Estado.

Art. 2.º O disposto no artigo 1.º não prejudica a execução dos artigos 58.º e 59.º, do decreto de 29 de Março de 1911.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário. Lisbon, em 14 de Dezembro de 1911. = Baltasar Tei-

Artigo 1.º É o Govêrno autorizado a vender todas as ióias que pertenceram à Coroa de Portugal, excepto as de acentuado valor artístico ou histórico, e bem assim todos os trens e equipagens de luxo que não sejam precisos ao servico do Estado.

§ único. Para êsse fim será nomeada uma comissão parlamentar que mandará catalogar e avaliar, por peritos, essas jóias e trens, procedendo-se em seguida à sua venda em hasta pública, depois de feito o anúncio no Diário do

Art. 2.º Da quantia total, proveniente dessa venda, será desviada a verba de 600:000\$000 réis, que terá a

seguinte aplicação:

1.º 150:000\$000 réis para a construção da Escola Normal de Lisboa, na parte norte e nascente da cêrca das Necessidades, cedida já pelo Govêrno Provisório para um jardim infantil, que ficará como anexo à mesma Escola; 2.º 200:0005000 réis para a construção de 25 edificios

escolares, assim distribuidos: 15 em Lisboa, 5 no Pôrto, e os 5 restantes nas cidades mais precisadas dêsses edificios, atendendo sempre, quanto possível, as crises operárias por falta de trabalho.

§ único. Estes edificios são destinados a substituir as actuais escolas primárias, de que o Estado pague a renda, devendo todos estar prontos a funcionar no princípio de

Outubro de 1912.

3.º 50:0005000 réis para o custeio de 130 missões de escolas móveis, distribuídas por todos os concelhos da raia e das provincias do norte do país, durando cada uma dez meses e tendo os professores 360,5000 reis de venci-

mento. § 1.º Para a nomeação dos professores que devem realizar essas missões, será aberto concurso documental, por quinze dias, na Direcção Geral de Instrução Primária, sendo 80 missões para professores diplomados e 50 para professores de ensino livre, legalmente inscritos. Findo êsse prazo, e se ainda houver vagas, fica o Ministro do Interior autorizado a prover, em qualquer dessas missões vagas, pessoas que ĉie julgue competentes, embora não tenham diplomas oficiais.

§ 2.º Na distribuição das missões escolares deverá atender-se ao número de analfabetos de cada concelho, tomando-se para base a estatística de 1900, podendo no entanto alterar-se assa distribuição, por proj mentada dos inspectores e parecer favorável do director

geral da instrução primária.

4.º 50:0008000 réis para um fundo de assistência, aplicado ao Instituto de Assistência Infantil, criado em Lisboa, anexo à Escola Normal, para os filhos órfãos dos professores primários, com idade mínima de seis anos, onde lhes será ministrado o ensino e a subsistência, até poderem colocar-se na vida.

5.º 50:0005000 reis para a criação de 100 bibliotecas populares, estabelecidas nos concelhos cujas câmaras municipais as solicitem, justificando a sua necessidade, devendo essas bibliotecas estar a cargo dos professores primários dessa localidade ou bairro, que promoverão tambêm a sua consulta e frequência aos alunos das escolas.

§ 1.º No caso de não haver câmaras que as solicitem, será essa verba, ou o que dela restar, destinada à fundação de grandes bibliotecas populares, distribuidas por esta ordem: uma em Lisboa (Alcantara), uma na Covilha, uma em Vila Nova de Gaia, uma no Pôrto, uma em Braga.

§ 2 ° Estas bibliotecas terão edificios próprios, não excedendo nunca as suas construções a verba de 8:000,000 réis para a de Lisboa, 7:0005000 réis para a do Pôrto e 5:000,000 réis para as das restantes cidades.

6.º 100:0005000 réis como fundo para cinco prémios anuais de 1:000\$000 réis, destinados a galardoar as cinco melhores obras de escritores portugueses, sendo réis 2:0005000 para a secção de literatura, 2:0005000 réis para a de sciência e 1:0005000 réis para obras sôbre pacifismo, que nesse ano hajam aparecido.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário. Câmara dos Deputados, em sessão de 14 de Dezembro de 1911. O Deputado, Tomás da Fonseca.

### SENADO DA REPUBLICA PORTUGUESA Projectos de lei

Artigo 1.º É autorizada a Câmara Municipal do Pôrto a contrair um empréstimo de 3:000 contos de réis, exclusivamente consignado à execução do projecto de novos arruamentos daquela cidade.

Art. 2.º Esse empréstimo, emitido em séries de 250 contos de réis, será amortizável e terá um encargo anual

efectivo não superior a 6 por cento.

Art. 3.º Os títulos dêste empréstimo podem servir de caução para a Câmara levantar em conta corrente as quantias que forem necessárias ao fim indicado no ar-

Art. 4.º Não poderá ser emitida nenhuma série sem que seja criada a receita suficiente para garantir o serviço do respectivo juro e amortização, pelo período de du-

Art. 5.º No mês de Janeiro de cada ano será publicado o estado da conta dêste empréstimo, referido ao ano

anterior.

Art. 6.º Fica revogada a legislação em contrário. Sala das Sessões, em 12 de Dezembro de 1911. = 0 Senador, António da Silva Cunha.

Artigo 1.º Para ocorrer ao pagamento das suas dívidas passivas é autorizada a Câmara Municipal da Feira a fazer a emissão de 750 obrigações amortizáveis, de 505000 réis cada uma, vencendo o juro de 5 por cento, pago se-mestralmente, a partir de 1 de Janeiro de 1912, sendo sorteados quinze destes títulos em 1 de Julho e quinze em 31 de Dezembro de cada ano, que serão reembolsados pelo seu valor nominal.

Art. 2.º A mesma Câmara fica salvo o direito de, por compra no mercado, amortizar o maior número de títulos

Art. 3.º As mencionadas obrigações ficam garantidas pelo rendimento anual dos impostos directos municipais que a mesma Câmara, sob a forma de percentagem, cobra sôbre as contribuições gerais do Estado.

§ único. A quantia necessária para satisfazer o encargo anual da referida Câmara não poderá ter outra qualquer

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário. Sala das Sessões do Senado, em 13 de Dezembro de 1911. = O Senador, Elísio Pinto de Almeida e Castro.

# AVISOS E ANÚNCIOS OFICIAIS

#### CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA Edital

Anselmo Braamcamp Freire, Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Faço saber que esta Câmara, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 50.º, n.º 5.º, do Código Admi- Francisco Júlio Henriques Cortes, coronel de artilharia.

nistrativo de 1896, deliberou, em sessão ordinária de 7 do corrente mês, que a antiga Rua de S. Bartolomeu passe a denominar-se Rua de Bartolomeu de Gusmão.

E para assim constar, mandei publicar este edital no Diário do Govêrno e afixar outros nos lugares do costume. Paços do Concelho, em 13 de Dezembro de 1911. = 0 Presidente da Câmara, A. Braamcamp Freire.

Perante esta Câmara fica aberto concurso por provas práticas, pelo prazo de trinta dias, a contar do imediato ao da publicação dêste anúncio no Diário do Governo, entre os aspirantes adidos às Repartições Municipais, para o provimento de dois lugares de amanuenses do quadro da 2.ª Repartição (Fazenda) com o vencimento anual de 300,000 réis de categoria e 60,000 réis de exercício.

As provas práticas hão-de versar sôbre os seguintes

Operações sôbre números complexos.
 Regra de três.

3.º Juros simples e compostos.

4.º Redacção de um oficio.

5.º Ditado. Os concorrentes serão avisados do dia e hora em que hão-de realizar-se estas provas.

Paços do Concelho, em 13 de Dezembro de 1911.-O Secretário interino da Câmara, Constâncio de Oliveira.

# UNIVERSIDADE DE LISBOA Escola de Farmácia **Edital**

O cidadão José da Ponte e Sousa, lente e Director da Escola de Farmácia da Universidade de Lisboa:

Faz saber que fica aberto concurso documental para o provimento provisório de uma vaga de segundo assistente, por espaço de quinze dias a contar da data da publicação dêste edital no Diário do Govêrno.

Os documentos, diploma do curso superior de farmácia e quaisquer outros documentos que abonem o mérito literário e scientífico dos candidatos, devem ser entregues todos os dias úteis das nove as quinze horas na Secretaria da Escola de Farmácia, edificio da Faculdade de Medi-

Escola de Farmácia de Lisboa, em 13 de Dezembro de 1911. = O Director, J. Ponte e Sousa.

#### INSTITUTO TORRE E ESPADA

O Instituto Tôrre e Espada está autorizado a admitir o seguinte pessoal:

Uma professora, externa, modista de chapéus e ves-

Uma professora, interna, de desenho, pintura e outros trabalhos artísticos;

Uma professora, interna, inglesa, e uma professoraajudante.

A idade das candidatas é dos vinte e cinco aos quarenta e cinco anos para as professoras internas, e dos vinte e um aos trinta anos para a professora-ajudante. Esta deve ter, pelo menos, exame primário do 2.º grau, e todas as candidatas enviarão os seus documentos ou propostas, até as três horas da tarde do dia 22 do corrente, à Secretaria do Instituto, em Odivelas, onde se prestam todos os esclarecimentos.

Odivelas, em 13 de Dezembro de 1911.=O Director,

### CAMINHOS DE FERRO DO ESTADO

### Direcção do Sul e Sueste

Serviço de fiscalização e estatística

### Boletim das receitas definitivas do mês de Setembro de 1911

Designação	Periodo presente	Durante o exercício actual	Paríodo correspondenta do ano anterior	Durante o exercício anterior	
Passageiros	61:978 <b>#</b> 986 18:691 <b>#</b> 795 1 <b>4</b> 9:192 <b>#</b> 445	144:247 5555	63:386\$980 17:268\$700 150:017\$483		
Total	229:858#226	1.805;875#572	280:673 \$169	1.278:316,5735	
	Receita		Diferenças a favor		
. '		elfa	Diferenç	s a favor	
Designação .	1911	1910	Diferenç	Do ano anterior	

Quilómetros em exploração em 1911, média 681; em 1910, média 681.

Lisboa, em 24 de Novembro de 1911. = O Chefe do Serviço, C. de Vasconcelos Pôrto. = O Engenheiro Director, António Lourenço da Silveira.

## Direcção do Minho e Douro

#### Serviço de Escalização e estatística

# Boletim das receitas definitivas do mês de Setembro de 1911

Período presente	Durante o exercício ectual	Período correspondente do ano anterior	Durante o exercício anterior	
25:260 4787	186:3024180		168:7944285	
<b>191:495≴</b> 106	1.416:726#167	201:609#366		
Receitas		Diferenças a favor		
1911	1910	Do ano actual	Do ano anterior	
6:383 <b>£</b> 170 1. <b>4</b> 16:726 <b>£</b> 167	6:7204312	-\$-	3374142	
	86:424,8202 25:260,8787 79:810,8167 191:495,8106 Rec	86:424,202 591:018,514 25:260,787 186:302,180 79:810,3167 639:405,3478  191:495,5106 1.416:726,5167  Receitas  1911 1910	Receitas   Correspondente de ano anterior	

Quilómetros em exploração: em 1910, 429,4; em 1911, 434,7.

Pôrto, em 11 de Dezembro de 1911.—O Chefe de Serviço, Manuel Caldas.—Pelo Engenheiro Director, F. Figueiredo e Silva.

#### ADMINISTRAÇÃO DO CONCELHO DE LOURES

João Raimundo Alves, administrador do concelho de Lou-

Faço saber que a esta administração baixou um acórdão do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, o qual é do teor seguinte:

«Conselho Superior da Administração Financeira do Estado. — Serviço da República.

Acordam os do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado;

e organizado em conformidade dos documentos justificativos da responsabilidade a que se refere, e que devidamente rubricado pelo relator se dá como transcrito aqui;

Vistas as disposições legais em vigor:

Mostra-se que o débito desta responsabilidade importa em réis ..... 34:2435505 e o crédito em réis..... 32:0355040 com o saldo de réis..... 2:208#465

Julgam a Câmara Municipal de Loures, pela sua gerência, no período decorrido de 1 de Janeiro até 31 de Dezembro de 1901, quite pela indicada responsabilidade, fl. 1, que lhe é abonado, figurar como primeira partida do débito da conta seguinte a esta.

Emolumentos não deve.

Lisboa, em 11 de Novembro de 1911. = José de Cupertino Ribeiro = João Evangelista Pinto de Magalhães = António Aresta Branco. — Fui presente, Augusto Soares. Está conforme. — 3.ª Secção da 2.ª Repartição da Se-

cretaria Geral do Conselho Superior da Administração Financeira do Estado, em 14 de Novembro de 1911. Augusto Joviano Cândido da Piedade, chefe de secção».

E porque tenham falecido os vereadores António Ferreira dos Santos e Francisco Lopes Correia, são pelo presente intimados os herdeiros para, no prazo de trinta dias, contados da segunda e última publicação no Diário do Govêrno, alegarem o que tiverem por conveniente.

E para constar, e em cumprimento do § 1.º do artigo 64.º do Regimento de 30 de Agosto de 1886, se passou o

presente e idênticos que serão afixados. Concelho de Loures, em 22 de Novembro de 1911.-E eu, António Borges Gil Viana, Escrivão da Administração, o subscrevi. - João Raimundo Alves.

# DEPOSITO DE PRAÇAS DO ULTRAMAR

O conselho administrativo do mesmo depósito faz público de que no dia 3 do próximo mês de Janeiro, pela uma hora da tarde, na sala das suas sessões, se procederá à arrematação, em hasta pública, de butes de atanado verde engordurado, destinados ás praças de pré das guarnições das colónias, sendo o prazo da duração da arrematação desde a assinatura do contracto definitivo até 30 de junho de 1812.

As condições desta arrematação estão patentes todos os dias úteis, desde as onze horas da manha até as três horas da tarde, na secretaria do referido conselho.

Os concorrentes que desejarem licitar deverão entregar as suas propostas em carta fechada, no acto da abertura da praça, depositando nesta ocasião, como caução provisória, a quantia de 205000 réis.

As propostas devem ser formuladas conforme o modêlo constante do caderno de encargos.

Os indivíduos que não licitarem por conta própria deverão apresentar as respectivas procurações, que ficarão juntas ao contracto provisório.

Visto êste processo e o ajustamento a fl. 49, conferido devendo o saldo, nas espécies mencionadas no relatório, a O Secretário, José Ricardo, tenente de infantaria. Quartel na Junqueira, em 13 de Dezembro de 1911.

# OBSERVATORIO DO INFANTE D. LIUS

# Boletim meteorológico internacional

Segunda feira. 11 de Dezembro de 4944

	Estações		Observações da manhã					Nas 24 horas				-
			Pressão a 0º ao nível do mar Latit. 45º	Tempe- ratura do ar	do Vento	Estado de céu	Estado do mar	Chuva em milime tros	extremas		Notas	Notas .
				<b> </b>					Márima	Mínima		
		Montalegre	-	1 - 1	-	_	_	_				~~~
		Gerez.	-	-	_	_	_	1 =	Í -	-		
		Moncorvo	~	1 - 1	_		.  -	1 -	1 🗆	-		
	1	PôrtoGuarda	764.0	ا مما	-		-	_	-	1		
		Serra da Estrêla	764,9	2,0	wsw.	Encoberto	_	25,0	7,0	2,0		
	•	Coimbra	_	- ]	-	-	-		-;*			
		Tancos.	768.1	10,0	wnw.	35	_	-	_	_		
	/ Continente (9 e 21)	Campo Maior	766,7	8,3	SW.	Muito nublado	-	20,0	15,0 12,8 12,9 15,3	8,0 6,6 5,9 10,4		
		Vila Fernando	767,0	8,9	NW.	Limpo	-	16.0	12,8	6,6		
		Lisboa	767,3	11,1	SW.	Limpo Nublado		14.0 15,4	12,9	5,9		
	1	Vendas Novas	-		D 11.	TARDINGO	Vaga	15,4	15,3	10,4		
•	1	Évora	767,2	8,0	WNW.	Pouco nublado	-		-	-		
	1	Beja	- ′ [	_	_	- 4400 1401440	i -	22,0	18,2	7,4		
Portugal	}	Lagos	- 1	- i	_	l	1 - 2 - 7	-	-	-		
•	7	Faro	-	- 1	_	_	1 <u> </u>	_	-	-		
		\ Sagres	- 1	-	_	-	i -	1 -	_	-		
	The des Asses (7 - 91)	Flores				_		1 = 1		-		
	Ilha dos Açores (7 e 21)	Horta	767,5	12,4	SSE.	Enc., ch.	Agitado	1,0	18,0	12,0		
	Ilha da Madeira (7 e 21)	Ponta DelgadaFunchal.	768,2 768,0	12,9	S.	Enevoado	Pouco agitado	1,0	18.0	12,0		
		S. Vicente	763,5	16,8	NW.	Enc., ch.	Pouco agitado	inf. 0,5	18,0 21,0	12,0		
	Cabo Verde (9 e 21)	S. Tiago	100,0	23,2	NE.	Nublado	Pouco agitado	0,0	24,0	21,0		
		Corunha	760,5	11,6	wnw.	Was and a set	· =	1 - 1	_	- 1		
		Igueldo	100,0	12,0	W 14 W .	Encoberto	Vaga grossa	18,0	14,0	9,0		
	16)	Barcelona	754,5	11,0	w.	Pouco nublado	4.5	1 - 1	- 1	- 1		
Espanha (8 e		Madrid	759,7	3,9	wsw.	Muito nublado	Agitado	3,0 8,0	15,0 7,0	8,0		
	-	Málaga		2,	-	Marko Habisado	-	8,0	7,0	8,0 8,0		
		S. Fernando	766,2	12,3	NW.	Encoberto	Agitado	-	100	- 1		
	·	Tarifa	767,6	11,7	Ŵ.	Muito nublado	Agitado	3,0	16,0	9,0		
	•	Gris Nez	741,3	7,8	wsw.	Muito nublado	Vaga	120	8,0	70		
		Saint-Mathieu	747,5	8,2	wsw.	Muito nublado	Vaga grossa	6.0	180	7,0		
		Ile d'AixBiarritz	751,3	10,0	WNW.	Enc., ch.	Agitado	21.0	13,0 11,0	6,0 7,0	-	
França (7 e 18)		Perpignan	757,0 753,0	10,0	SW.	Enc., ch.	Vaga.	8,0	13.0	9.0		
, , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	~/****************	Sicié	752.4	10,1 11,0	WNW.	Encoberto	·	0,0	12,0	5.9		
	1	Nice	755,0	7,5	SW. C.	Enc., ch.	Vaga grossa	7,0	12,0 12,0	5,0		
		Clermont	751.9	8,0	sw.	Enc., ch. Enc., ch.	Pouco agitado	17,0	11,0	9,0 5,9 5,0 5,0		
Paris		747,3	6,3	sw.	Encoberto	-	3,0 1,0 12,0 6,0 21,0 8,0 0,0 7,0 17,0 8,0 9,0	9,4	5,0			
ingiaterra (7	e 18)	Valentia	741,9	7,2	w.	Nublado	Vaga	9,0 16,8	11,0 9,4 8,8 8,8	5,8		
	(	Oran	-'		_	-1401844	4 eRs	10,0	0,0	3,9		
Argélia (7 e 1	(8)	Alger	-	-	_	- 1	_		_	<i>-</i>		
		Túnis	-	-	-	-1	_	<u> </u>	_	_	•	
	Ţ	Sfax	- 1	-	-	_	_	!	_			

Observações no dia 11 de Dezembro de 1911

Temperatura máxima, 15,8; mínima, 11,1; média, 18,4. Evaporação, 1,7 milímetros; chuva total, 15,4.

## Estado geral do tempo

Subiu o barómetro nos postos do continente entre 0,4 e 3,6 milímetros, com abaixamento de temperatura e vento em geral fraco dos quadrantes de W. Em Horta subiu o barómetro 0,7 milímetros; em Ponta Delgada, 2,6 milímetros e no Funchal 0,4 milímetros. As mais baixas pressões estão indicadas na Irlanda e as mais altas ao S. dos Açores. Em virtude da grande descida barométrica e do sensível aumento da velocidade do vento mandou-se içar o sinal n.º 2.

Observatório do Infante D. Luís. = O Director, J. Almeida Lima.

Terça feira, 12 de Dezembro de 1911

				Observações da manhã						·
Estações			Tempera- tura do ar	Vento	Hatado do céu	Estado do mar	Chuva em milime- tros	Temperaturas extremas		Notas
								Máxima	Mínima	
	Montalegre	_	\	-	-		-	_	1	
	Gerez	1 -	1 1	-	-	{ <del>-</del>	-	_	} _	
į	Moncorvo		-	-		l <u>-</u>	) - :	ļ <b>–</b>	) -	
	Guarda	758,5 <b>75</b> 9,7	9,8 3,5	SE.	Encoberto	Pequena vaga	0,0	13,0 3,3	7,0	
	Serra da Estrêla	109,7	5,5	SSE.	Enc., nev.	-	12,0	8,8	2,0	
_	Coimbra	756,5	9,4	SE.	W- ask and a	{ ~	<b>-</b> 1	] <u></u> _	] -	
•	Tancos .		7,2	ъв. '_	Encoberto	-	-	12,0	8,8	
/Continente (9 e 21)	Campo Maior	762,1	6,8	SE.	Muito nublado		50	101		
( , , , , , , , , , , , , , , , , , , ,	Vila Fernando	760.8	5,8	E.	Enevoado		0,0 0,0 0,0	12,1 12,7	3,7 11,5	
	Lisboa	758,2	10,3	SÉ.	Enevoado	Vaga	ו איא	14,3	9,6	
	Vendas Novas		1 -2 1	_		,		14,0	3,0	
i i	Evora	l	1 - 1	-		<b> </b> _	1 - 1	_	\	
1	Beja	) –	1 - 1	_	_	-	i - '	<b>-</b>	1 _ !	
Party and	Lagos		1 - 1	_	_	[ -	<b>!</b> - '	-	1 - i	
Portugal (	Faro	759,9	12,5	SE.	Muito nublado	Pouco agitado	0,0	15,0	8,0	
1	Sagres	l <del>-</del>	1 - 1		-	ļ <b>-</b> -	_	<b>-</b> -	<b>)</b> –	
Tibes des Assuss (7 a 91)	Flöres	750 5	1	_	- <del>-</del> .		<b>-</b> .	. <del>.</del> .	\	•
Ilhas dos Açores (7 e 21)	Ponta Delgada	756,5	13,0	WNW.	Encoberto	Agitado	3,0	14,0	12,0	i
Ilha da Madeira (7 e 21)	- Funchal	754,8 759,4	13,8 18,0	WNW.	Nublado	Pequena vaga	47,0	14,0	11,0	
1	S. Vicente	761,9	28,4	SE. NE.	Encoberto Muito nublado	Pouco agitado Chão	47,0 26,0 0,0	14,0 14,0 17,0 24,0 26,0	11,0	
\Ilhas de Cabo Verde (9 e 21)	S. Tiago	761,0	23.6	NNE.	Nublado	Chảo Chảo	0,0	24,0	21,0	
•	Corunha.		20,0	- HAD.	Maniado	Citato	-,0	20,0	21,0	
	Igueldo	-	1 - I	_		( ]	_	1 -	1 🗆	•
	Barcelona	<b>-</b>	1 - 1	_	_	l _	-	_	] _	
Espanha (8 e 16)	Madrid	- 1	1 - 1	-	_	] _	J	] _	) _	]
	Málaga	-	] - ]	_	} _	] _	l –	-	<b> </b>	
· I	S. Fernando	-	-	-	<b>-</b>	] -	-	1 -	-	
•	Tarifa	· -	1 - 1	_	<b>-</b>	<b>-</b>	ł –	~	<b>}</b> - ·	
1	Gris Nes	-	1 - 1	-	<b>!</b> -	} <b>-</b>	1 -	-	ļ -	1
	Saint-Mathieu	! -	{	_	-	<u> </u>	-	~	] -	
Riomit-		_	j - j	-	j -	ļ <del>-</del>	-	-	( -	
Fluores (7 a 19)	Biarritz Perpignan	<u>-</u>	-	<u>-</u>	_	[ -	i -	-	{ -	ł
França (7 e 18)	Sicié	-		_	1 _	. <u> </u>	1 =	] [	<b> </b>	
·	Nice		1 🗀 1	-	1 -	1 -	] =	1 =	1 -	}
	Clermont	_	] _ ]	_	] _	ļ <u> </u>	-	] -	-	
'	Paris	_	1 - 1	-	-	_	Í -	l	<b>-</b>	
Inglaterra (7 e 18)	Valentia	746,2	8,9	8.	Encoberto	Agitado	2,8	9,4	5,6	
	Oran	i - ´	<u>-</u>	-	-	~-	-	-	]	1
A	Alger	l –	-	-	-	1 -	] -	J -	] -	
Argélia (7 e 18)	/ ~ wasse	-	-	_	<u> </u>	<b>-</b>	-	<b>-</b>	[ -	1
l	Sfax	<b>  -</b>	-	-	-	· -	-	-	-	i
	1	ſ	1 1		<u> </u>	]	1	1	1	<u> </u>

Observações no dia 11 de Dezembro de 1911

Temperatura máxima, 14°,3; mínima, 10,1°; média, 11,7°.

Horas de sol descoberto, 6 horas e 4 minutos; evaporação, 2,0 milímetros.

# Estado geral do tempo

Desceu a pressão nos postos do continente entre 0,6 e 9,1 milimetros, com abaixamento de temperatura e vento em geral fraco do quadrante SE. Em Horta desceu o barómetro 11 milimetros, em Ponta Delgada 13,4 milimetros.

Faltam todos os boletins de França e alguns do continente.

As mais baixas pressões estão indicadas a W. da Irlanda, e as mais altas a S. da Península.

Em vista da grande descida barométrica e do aumento sensível da fôrça do vento, mandou-se conservar içado o sinal n.º 2.

Observatório do Infante D. Luís. = O Director, J. Almeida Lima.

## CORPO DE POLICIA CIVICA DE CASTELO BRANCO Concurso

Na secretaria do Comissariado de Polícia Cívica de Castelo Branco e nos termos da portaria de 23 de Setembro de 1909, acha-se aberto concurso, pelo prazo de trinta dias, a contar da segunda publicação no Diário do Govêrno, para o provimento de um lugar (2.º) de guarda do mesmo Corpo de Policia, com o vencimento diário de 360 réis, devendo os concorrentes satisfazer às condições exigidas no artigo 13.º do regulamento dos corpos de polícia civica de 21 de Dezembro de 1876.

Castelo Branco, em 13 de Dezembro de 1911. = O Administrador do Concelho, servindo de Comissário de Policia, António Guilhermino Lopes.

### DIRECÇÃO DA ALFANDEGA DO PORTO

Anuncia-se, em observância da carta de lei de 24 de Agosto de 1848, haver requerido Ana Margarida, viuva de António de Oliveira, passageiro falecido a bordo do vapor Bonn, entrado no pôrto de Leixões em 4 de Novembro último, sob a contra-marca 726, do corrente ano, que lhe seja entregue o seu espólio, no valor de 605000 réis.

Quem se julgar com direito ao mencionado espólio, ou a parte dêle, requeira por esta Direcção, no prazo de sessenta dias, contados da publicação no Diário do Go-

Passado êste prazo será a pretensão resolvida como de justica.

Alfandega do Pôrto, 12 de Dezembro de 1911.-O Director, José Joaquim de Gouveia Durão.

#### CONSELHO ADMINISTRATIVO DA DIRECÇÃO DAS CONSTRUÇÕES NAVAIS

Este conselho abre praça no dia 3 de Janeiro de 1912 para venda de 5 toneladas de cabo de arame de aço e 5,5 toneladas de chapas de chumbo.

As condições acham-se patentes nesta Secretaria, em todos os dias úteis, das dez horas da manha até as três horas e meia da tarde.

próximo juntamente com o depósito provisório de 9,000

Secretaria do Conselho Administrativo da Direcção das Construções Navais, em 13 de Dezembro de 1911. = 0 Secretário, Miguel Pinto Homem, guarda-marinha naval.

# JUÍZO DE DIRRITO DA COMARCA DE ALIJÓ

# Editos de trinta dias

Pelo juízo de Direito da comarca de Alijó, e cartório do escrivão do 3.º oficio, Botelho, correm éditos de trinta dias a contar da última publicação do presente no Diário do Govêrno, citando o mancebo António, filho natural de Flora de Jesus Pinto de Sousa, de S. Mamede de Riba Tua, e ausente em parte incerta na República do Brasil, para em dez dias pagar ao Estado a quantia de 2255000 réis ou nomear bens à penhora, sob pena de ser feita em bens nomeados à sua revelia, em virtude de ter sido considerado refractário.

Alijó, 25 de Agosto de 1911.=O Escrivão interino do terceiro oficio, Antero Emílio Teixeira de Magalhães Bo-

Verifiquei. = O Juiz de Direito, Carneiro.

# JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE LOULE

Pelo juízo de direito da comarca de Loulé, cartório do primeiro oficio a cargo do Escrivão Tomás Joaquim Rua e autos de execução nos termos do artigo 173.º do Regulamento de 24 de Dezembro de 1901, em que é exequente O Ministério Publico e executado José Cavaco, natural da Pena, freguesia de Salir, filho de Sebastião Cavaco e Maris Guerreiro, residentes naquela freguesia, correm éditos de trinta dias a contar da 2.ª publicação dêste anúncio no Diário do Govêrno citando o dito executado José Cavaco, ausente em parte incerta, para no prazo de dez dias posteriores aos dos éditos, dar entrada no cofre da Tesouraria da Fazenda Pública do concelho de Loulé, para o que solicitará guias no aludido cartório do 1.º oficio- com a quantia de 3005000 réis, importância da sua remissão como refractário do exército, por ter deixado de se apresentar no prazo legal ao serviço activo, ou nomear à penhora bens bastantes para pagamento daquela quantia e As propostas serão entregues até o dia 2 de Janeiro despesas que acrescerem sob pena de se devolver ao exe-

quente o direito de nomeação, seguindo-se os mais termos regulares.

Loulé, 2 de Dezembro de 1911. — O Escrivão do primeiro oficio, Tomás Joaquim Rua.

Verifiquei, B. Ataide.

#### JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE CELORICO DE BASTO Editos de trinta dias

Por este juízo, cartório do primeiro oficio, correm éditos de trinta dias, a contar da última publicação dêste anúncio no Diário do Govêrno, a citar o refractário Semião Exposto, entregue à avó Ermelinda Vaz, casada com Elio Augusto, recenseado pela freguesia de Arnoia, desta comarca, para no prazo de dez dias pagar à Fazenda Nacional a quantia de 3005000 reis, visto ter sido julgado refractário do exército no ano de 1910, ou nomear à penhora bens suficientes, sob pena de devolução e prosseguimento da execução.

Celorico de Basto, 29 de Novembro de 1911.—O Es-

Verifiquei. O Juiz de Direito, Dias da Costa.

Por êste juizo e cartório do primeiro oficio, correm éditos de trinta dias, a contar da última publicação dêste anúncio no Diário do Govêrno, citando o refractário Domingos Fernandes, filho de José Fernandes e Maria Portilho, natural do lugar e freguesia de Gagos, desta comarca, para no prazo de dez dias pagar à Fazenda Nacional a quantia de 300,5000 réis, visto ter sido julgado refractário do exército no ano de 1909, ou nomear à penhora bens suficientes, sob pena de devolução e prosseguimento da execução.

Celorico de Basto, em 2 de Dezembro de 1911.=0

Escrivão, José Carvalho de Lima. Verifiquei. = O Juiz de Direito, Dias Costa.

JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE OLIVEIRA DE AZEMEIS No juizo de direito da comarca de Oliveira de Azeméis, cartório do escrivão do sexto oficio, Barbosa, correm éditos de trinta dias, a contar da segunda publicação do respectivo anúncio no Diário do Governo, citando o refractário Domingos, filho de José Caetano de Oliveira Soares e de Ana Fernandes da Costa, natural da freguesia de Santiago de Riba Ul, pertencente ao contingente de 1910,

para em dez dias pagar à Fazenda Nacional a quantia de l 3005000 réis, preço da sua remissão, ou nomear bens à penhora que cheguem para o pagamento da referida quantia e mais despesas legais, sob pena de revelia, na execução que lhe move o delegado do Procurador na República

Oliveira de Azeméis, em 10 de Novembro de 1911.— O Escrivão, Manuel António Barbosa.

 $Verifiquei.=Eduardo\ Carvalho.$ 

No juízo de direito desta comarca, cartório do escrivão do sexto oficio, correm éditos de trinta dias, a contar da segunda publicação do respectivo anúncio no Diário do Govêrno, citando o refractário Eduardo Soares, filho de Joaquina Soares, natural do lugar de Sandiães, freguesia de Roge, pertencente ao contingente de 1911, para em dez dias pagar à Fazenda Nacional a quantia de 3005000 réis. preço da sua remissão, ou nomear bens à penhora que cheguem para o pagamento da referida quantia e mais despesas legais, sob pena de revelia, na execução que lhe move o delegado do Procurador da República, nesta co-

Oliveira de Azeméis, 16 de Novembro de 1911. — O Escrivão, Manuel António Barbosa.

Verifiquei. — Eduardo Carvalho.

#### JUÍZO DE DIREITO DA COMARCA DE SATAM

Pelo juízo de direito da comarca de Satam, cartório do escrivão abaixo assinado, correm éditos de sessenta dias, a contar da segunda e última publicação dêste anúncio no Diário do Governo, citando os refractários: Francisco, filho natural de Maria José, de Ferreira de Aves, da freguesia de Ferreira de Aves, e Júlio, filho de Francisco Augusto Almeida e Cândida de Jesus, da freguesia de

Vila da Igreja, ambos ausentes em parte incerta, para no prazo de dez dias, que começa a contar-se, passados que sejam os sessenta dias dos éditos, pagarem à Fazenda Nacional a quantia de 3005000 réis, cada um, como refractários ao serviço militar, ou para dentro do mesmo prazo nomearem à penhora bens suficientes para pagamento da referida quantia, sob pena de se devolver êsse direito ao Ministério Público, que é quem promove a respectiva execução, seguindo esta os demais termos, na forma do disposto no artigo 173.º do regulamento de 24 de Dezembro de 1901.

Satam, em 27 de Novembro de 1911. - O Escrivão, Fernando Augusto Coelho Leite.

Verifiquei. —O Juiz de Direito, Neves Ferreira.

# CAPITANIA DO PORTO DE LISBOA Movimento da barra em 10 de Dezembro

Vapor inglês «Farraline», de Cadiz. Vapor alemão «Belgrano», de Buenos Aires. Lugre português «Maria», de S. Miguel. Vapor holandês «Adonis», de Amsterdam. Vapor inglês «Perim», de Liverpool. Vapor norueguês «Dagmar», de Tânger. Vapor norueguês «Foito», de Newcastle.

#### Saidas

Vapor inglês «Peninsula», para Gibraltar. Vapor espanhol «Herrera», para Londres. Vapor inglês «Anselm», para Manaus. Vapor italiano «Agnelo Ciampa», para New-York. Vapor alemão «Maria Teresa», para Huelva. Vapor húngaro «Jokai», para Cardif. Vapor alemão «Santa Catarina», para o Brasil.

#### Em 11 Entradas

Vapor norueguês «Norma», de Cardif. Vapor inglês «Baron Sempill», de Huelva. Vapor alemão «Pôrto», de Roterdam. Vapor alemão «Riga», de Hamburgo. Vapor alemão «Gertrud Woermams», de Hamburgo.

Vapor alemão «Pontes», para Hamburgo: Vapor alemão «Belgrano», para Hamburgo. Vapor inglês «Farraline», para Vigo. Patacho português «Navegante», para Manaus.

Capitania do pôrto de Lisboa, em 12 de Dezembro de 1911.—O Chefe do Departamento Marítimo do Centro e Capitão do pôrto de Lisboa, Emídio Augusto Cárceres Fronteira, capitão de mar e guerra.

#### ESTAÇÃO TELEGRÁFICA CENTRAL DE LISBOA Serviço das barras

Figueira da Foz

Em 10 e 11. - Não bouve movimento marítimo. Mar de vaga, tempo chuvoso, vento SE. forte. Barómetro 749, termómetro 11. Em 12. - Não houve movimento. Mar grosso, W. forte de aguaceiros Barómetro 753, termómetro 14.

Vila Rial de Santo António

Em 13. — Não houve movimento. Mar muito agitado, vento W. fresco.

Estação Telegráfica Central de Lisboa, em 13 de Dezembro de 1911. = O Chefe dos Serviços António Manuel Serra.

# AVISOS

CAMINHOS DE FERRO PORTUGUESES Administração

Obrigações privilegiadas de 1.º grau

São prevenidos os Srs. obrigacionistas de que a datar de 1 de Janeiro de 1912, será pago o cou-pon, ouro, do 2.º semestre de 1911, das obrigações privilegiadas do 1.º grau, nos termos seguintes: Pela apresentação do coupon n.º 36 das obri-gações privilegiadas de 1.º grau de 3 por cento, recebendo por cada coupon fr. 7,06, líquidos de

impostos em França.

Pela apresentação do coupon n.º 36 das obrigações privilegiadas de 1.º grau de 4 por cento, recebendo por cada coupon fr. 9,43, líquidos de impostos em França.

Pela apresentação do coupon n.º 33 da nova fôlha dêles, anexa às antigas obrigações de 4 ½ por cento, 1.º série Beira Baixa, devidamente estampilhadas como obrigações privilegiadas de 1.º grau de 3 por cento, recebendo por cada coupon 6 marcos.

Pela apresentação do coupon n.º 32 da nova fôlha dêles, anexa às antigas obrigações de 4 ½ por cento, 2.ª e 3.ª série, devidamente estampilhadas como obrigações privilegiadas de 1.º grau do mesmo tipo, recebendo por cada coupon 9 mar-

O pagamento será feito, nos termos indicados, desde o dia 1 de Janeiro de 1912, em Lisboa na sede da Companhia, todos os diás úteis das onze horas às catorze, pelo câmbio do dia e com isenção do imposto de rendimento para o Tesouro Português, em virtude do disposto no artigo 5.º da carta de lei de 29 de Julho de 1899, publicada no Diário do Govêrno n.º 172, de 8 de Agosto seguinte.

O pagamento em França, Inglaterra, Alemanha e Bélgica será realizado nos termos acima, desde a mesma date, nos cofres dos correspondentes da Companhia, de acôrdo com os anún-

cios feitos em cada país.

Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses. Lisboa, em 12 de Dezembro de 1911. = O
Presidente do Conselho de Administração, Vito-

# MONTEPIO GERAL

### Mesa da assembléia geral

Por ordem do Ex. mo Presidente é convocada a mbicia gerai a reunir em sessao ordinaria no dia 29 do corrente mês, às oito horas da noite, para eleger os corpos gerentes que tem de funcionar no ano de 1912.

Lisboa e sala das sessões da assembléia geral, em 14 de Dezembro de 1911. = O Primeiro Secretário da Mesa, Fernando Augusto Freiria.

# **PUBLICAÇÕES**

Obras à venda por conta da Imprensa Nacional Livraria Bertrand Rus Garrett n.4 73 e 75

Dicionario Bibliografico Portugues.— Estudos de Inocêncio Francisco da Silva, aplicáveis a Portugal e ao Brasil, continuados e ampliados por Brito Aranha, em virtude de contracto celebrado com o Govérno Português.— Tomo xx (13.º do suplemento).— Preço, 25000 réis.

Colecção de quadros parietais (para as escolas para praças de pré). — Preço 15\$500

Regulamento para o comércio de vinhos do Porto, nos termos do decreto com força de lei de 10 de Maio de 1907.— Preço, 150 réis.

Imposto do consumo e real de agua, em Lisboa e Pôrto, no ano de 1910.— Preço 100 réis.

Código de Processo Civil, aprovado por carta de lei de 8 de Novembro de 1876. Terceira edição oficial. 1903. 8.º gr.—Preço 500 réis

# **ANÚNCIOS**

#### CONCURSO

1 Perante a Câmara Municipal de Castelo de Vide, devidamente autorizada, está aberto concurso por espaço de trinta dias, a contar da segunda publicação do presente anúncio no Diário do Govêrno, para o provimento do lugar de par-teira, com residência na vila de Castelo de Vide, con a dotação de 100\$000 réis anuais e serviços

As condições para o referido concurso achamse patentes na secretaria da câmara todos os dias úteis, durante aquele prazo, desde as dez horas da manhã até as três da tarde.

Castelo de Vide, 4 de Dezembro de 1911. = 0

Presidente da comissão municipal, João António

2 Pele juízo de direito da comarca de Faro, cartório do terceiro ofício, correm éditos de dez dias, a contar da segunda publicação dêste anúncio no Diário do Govêrno, citando todas as pessoas que tiverem direito à quantia de 758,650 réis, penhorada, por virtude de execução que a firma comercial de Lisboa, A. J. Gomes & Comandita, move contra Maria Luísa, viuva, de Faro, nos conhecimentos de depósito juntos aos autos de execução que o Ministério Público move contra a dira Maria Luísa, para no decêndio posterior ao prazo dos éditos deduzirem seus artigos de preferência, sob pena de ser julgada livre e desembaraçada a dita quantia, a favor da firma

exequente.
Faro, 11 de Dezembro de 1911. — O Escrivão,

José Joaquim Peres.
Verifiquei a exactidão. = O Juiz de Direito,

3 Nos autos de prestação de contas, que seguem os seus termos nesta comarca, e cartório do primeiro ofício, por apenso aos autos da falência comercial de Augusto Dias Mateus, desta vila, apresent dos pelo administrador da massa José Pires do Rio, desta mesma vila, correm éditos de oito dias, a contar da segunda publicação dêste no Diário do Govêrno, citando os credores da massa falida e o próprio falido, para dentro de cinco dias, depois de findo o prazo dos éditos, dizerem acêrca das mesmas coutas.

Condeixa a-Nova, 11 de Dezembro de 1911. = Adelino S. Ferreira Godinho.

Verifiquei. = O Juiz presidente, Castro e Al-

4 Em cumprimento e para os efeitos indicados no § 1.º do artigo 646.º do Código do Processo Civil se anuncia que foi notificada.a Abílio Augusto Vieira, viuvo, proprietário, do lugar de Celas, freguesia de Santo António dos Olivais, concelho de Coimbra, a revogação da pro-curação que lhe tinha sido outorgada, em 29 de Setembro de 1902, por Guilherme Vieira, solteiro, capitão médico do ultramar. — Como Procurador do anunciante, Hermano de Carvalho. — (Seguese o reconhecimento).

# ARREMATAÇÃO JUDICIAL

5 No dia 21 do corrente, pelo meio dia, na Rua General Taborda, em Campolide, letra M-1, se hão de vender em hasta pública diferentes móveis pertencentes ao casal da falecida Ana de Jesus Marques Lima Cordeiro, em virtude de deliberação do conselho de família no respectivo inventário pendente no juízo da 3.º vara de Lisboa, cartório do escrivão Andrade.

Pelo presente são citados quaisquer credores. Lisboa, 7 de Dezembro de 1911.—O Escrivão da 3.ª vara, António Andrade Rebêlo da Costa e

Verifiquei. O Juiz de Direito, S. Alberga

6 No juízo de direito da comarca de Agueda, cartório do escrivão Fernando Aires da Costa, correm éditos de quarenta dias, que começam a contar-se daquele em que for publicado o se-gundo e último anúncio no Diário do Govêrne, a citar os interessados Bernardo Luís da Silva, sol-Grande do Sul, dos Estados Unidos do Brasil, e Augusto Luís da Silva, solteiro, de 30 anos de idade, e Vergínia do Jesus, casada com Albano Alves, dos Estados Unidos de Brasil per la contra dos Estados Unidos de Brasil per la toda contra dos Estados Unidos do Brasil, para todos os termos até final, do inventário de menores a que neste mesmo juízo se está a proceder por óbito de seu pai e avô, António Luís Carocho, morador que foi no lugar e freguesia de Recardães.

Agueda, 8 de Dezembro de 1911. = O Escrivão, Fernando Aires da Costa.

Verifiquei a exactidão.— O Juiz de Direito, Albergaria.

7 No inventário orfanológico a que nesta comarca, cartório do escrivão Godinho, se procede por óbito de Ana da Ascensão, que foi ca-sada com o cabeça casal Joaquim Dâmaso, de Traveira, freguesia de Vila Sêca, correm éditos de trinta dias, a contar da segunda publicação dêste no Diário do Govêrno, citando os interessados José Dâmaso, solteiro, maior, Manuel Dâmaso e mulher, cujo nome se ignora, e Joaquim Dâmaso, solteiro, de dezaseis anos, todos ausentes no Brasil, ém parte incerta, para assistirem a todos os termos e actos do mesmo inventário e partilha até final sentença.

Condeixa-a-Nova, 12 de Dezembro de 1911. = O Escrivão, Adelino S. Ferreira Godinho. Verifiquei a exactidão. = O Jujz de Direito,

Castro e Almeida. 8 Faz-se saber que em 25 de Novembro último foi, nos autos de acção de divórcio, em que é autor José Teixeira, casado, do lugar dos Bra-

cos de Lá, desta freguesia e comarca de Castro Daire, e ré sua mulher Maria do Céu, do mesmo lugar, proferida sentença que transitou em julgado e foi devidamente publicada, decretando o divórcio definitivo entre os cônjuges, com o fun-damento no n.º 1.º do artigo 4.º da lei do divórcio ficando assim dissolvido o casamento entre

Castro Daire, 7 de Dezembro de 1911. == 0 Escrivão, Antônio Augusto de Sousa Pinto. Verifiquei a exactidão. = O Juiz de Direito, Teixeira de Vasconcelos.

9 No juízo de direito da comarca de Castro Daire e cartório do primeiro ofício, no inventário orfanológico da herança aberta por falecimento de José Esteves, casado, que foi morador de lu-gar de Cetos, freguesia de Pinheiro, desta comarca, e de que é cabeça de casal Ana Duarte Rito, correm éditos de trinta dias contados da segunda publicação dêste anúncio no Diário do Govêrno, citando o interessado Manuel Esteves, solteiro, ausente nos Estados Unidos do Brasil, para os termos do mesmo inventário.

Castro Daire, 12 de Dezembro de 1911. = 0 Escrivão, António Augusto de Sousa Pinto. Verifiquei a exactidão. = O Juiz de Direito,

Teixeira de Vasconcelos. 10 Na comarca de Vila Pouca de Aguiar, car-

tório do segundo ofício, correm éditos de trinta dias, a contar da última publicação dêste, citando Pedro Gonçalves Pardo, ausente em parte incerta nos Estados Unidos do Brasil, e casado com a interessada Maria do Carmo Pereira de Matos, para assistir a todos os termos até final do inventário orfanológico de António Ferreira, falecido em Canedo, desta comarca, sem prejuízo do seu andamento.

Vila Pouca de Aguiar, 2 de Dezembro de 1911. =
O Escrivão, Benjamim Constante F. de Almeida.
Verifiquei. = O Juiz de Direito, substituto, Botal

#### ÉDITOS DE SESSENTA DIAS

11 Por êste juízo de direito, cartório do ter-11 Por este juízo de direito, cartório do ter-ceiro ofício, escrivão Vaz, e na acção de divórcio que José de Figueiredo Bastos, de Arcos, move contra sua mulher D. Maria da Conceição Car-doso Neves, do mesmo lugar, mas ausente em parte incerta, correm éditos de sessenta dias, a citár a ré para na segunda audiência, depois de terminado o prazo dos éditos, ver acusar a cita-cão e seguir os damais tarmos de seção. ção e seguir os demais termos da acção.

As audiências neste juizo costumam fazer-se todas as segundas e quintas feiras de cada semana, não sendo dias feriados, por onze horas da manhã, na sala do tribunal judicial, sito na Praça Cândido dos Reis. — O Escrivão, Mário Gomes Pereira Vaz.

Verifiquei. = O Juiz de Direito, Pinto. (2:689

### ÉDITOS DE TRINTA DIAS

12 Pelo juizo de direito da comarca de Vila Nova de Famalicão, cartório do primeiro ofício, a cargo do escrivão que êste assina, se processam e correm seus devidos termos uns autos de inventário orfanológico por falecimento de João Gomes Pereira, viuvo de Francisco de Freitas, morador que foi no lugar da Ponte de Serves, freguesia de Pedorne, da mesma comarca, em que é inven-tariante José Gomes Pereira, casado, filho do inventariado, do mesmo lugar e freguesia. E pelo presente correm éditos de trinta dias citando o credor Manuel Francisco de Oliveira, casado, capitalista, residente na freguesia de Gondar, co-marca de Guimarães, para na dita qualidade, asmarca de Guimarães, para na dita qualidade, assistir a todos os termos, até final, do referido inventário, e deduzir, querendo, os seus direitos, sob pena de revelia, e bem assim são citados quaisquer credores e legatários desconhecidos, do inventário, para o indicado fim, em conformidade com o disposto no § 4.º do artigo 696.º do Código do Processo Civil.

Vila Nova de Famalicão, 11 de Maio de 1911.—

O Escrivão, siudante. José Maria da Graca Son.

O Escrivão, ajudante, José Maria da Graça Soa-res de Sousa Júnior.

Verifiquei a exactidão. = O Juis de Direito,

13 Pelo juízo de direito da 6.º vara cível da

comarca de Lisboa, cartório do escrivão do quarto ofício, Magalbães Barros, nos autos de execução de sentença em que é exequente o fisco Império da Alemanha e executado Eduardo Warburg, se há-de proceder no dia 21 do corrente, ao meio dia, na Rua de Santa Marta n.º 193 e 195 (garage), à venda de diferentes móveis, em que se acham compreendidos diversos utensílios para automóveis, spetrechos de máquinas e ferramen-tas, o que tudo vai pela primeira vez à praça no preço que fôr avaliado. Pelo presente são citados quaisquer credores incertos. E para constar se publica o presente.
Lisboa, 8 de Dezembro de 1911.

Verifiquei. = F. Pires.

14 No juízo de paz da Lousa, correm éditos de trinta dias, da segunda publicação do extracto dêste no Diário do Govêrno, citando os réus Roldão França e Albertina de Jesus, solteiros, do lugar de Roque, ausentes em parte incerta, para no prazo de dez dias, a contar, passados os dos éditos, a impugnar ou contestar a acção civel que, nos termos do decreto de 29 de maio de 1907, propôs Francisco José de Figueiredo Júnior, casado, proprietário, desta vila, contra os ditos Rol-dão Franco e Albertina de Jesus, do mesmo lugar de Roque, a fim de lhe pagarem a quantia de 20,000 réis de uma letra de comissão de dívida, seguindo-se todos os termos da causa até final, ou constituir advogado ou procurador sob pena de

Lousa, 4 de Dezembro de 1911. = Júlio Ribeiro

dos Santos. Visto. = Santos.

#### EDITOS DE SESSENTA DIAS

16 Pelo juizo de direito da 2.º vara civel. da comarca do Pôrto, cartório do escrivão que êste assina, e nos autos de acção especial de divórcio, em que é autor Leonel Pereira da Silva, casado, fotógrafo, da Rua do Cidral, freguesia de Leça da Palmeira, e ré Jovina da Cunha Magalhães, correm éditos de sessenta dias, a contar da última publicação do respectivo anúncio, a citar aquela Jovina da Cunha Magalhães, ausente em parte incerta do Brasil, para na segunda audiência dêste juizo, decorrido que seja o prazo de dez dias depois do termo dos éditos, ver acusar a sua cita-ção e ai marcar-se-lhe três audiências para contestar, querendo, a referida acção na qual o autor seu marido pede para a mesma ser julgada procedente e provada, e por virtude dela decretado o divórcio definitivo com fundamento no n.º 4.º do Decreto de 3 de Novembro de 1910, sendo a ré condenada nas custas, sêlos e procuradoria. As audiências neste juizo fazem-se todas as têrças e sextas feiras de cada semana não sendo dias feriados, porque neste caso fazem-se nos dias se-guintes e sempre por dez horas da manhã no tri-bunal judicial em S. João Novo desta comarca.

Pôrto, 30 de Novembro de 1911. = O Escrivão, João Eduardo da Fonseca.

Verifiquei. = Aires Garrido.

#### COMARCA DE TABUAÇO

16 Pelo juízo de direito desta comarca, cartó rio do escrivão do segundo ofício, correm éditos de trinta dias, a contar da segunda publicação dêste anúncio no Diário do Governo, citando António Baptista Ferreira, casado, desta vila, au-sente em parte incerta nos Estados Unidos do Brasil, para na segunda audiência dêste juixo, posterior aquele prazo, ver acusar a citação e marcar-lhe o prazo de três audiências para contestar, querendo, a acção de divorcio litigioso que lhe move sua mulher Preciosa dos Rios Goncalves, residente nesta vila, com o fundamento do n.º 5.º do artigo 4.º do decreto de 3 de Novembro de 1910, sob pena de revelia.

As audiências neste juizo fazem-se todas as

segundas e quintas feiras, não sendo dias feriados, por dez horas da manhã, no tribunal judicial sito na Praça Marquês de Pombal.

Tabuaço, em 29 de Novembro de 1911 == Alvaro Acácio Machado, escrivão, que o escrevi.

Verifiquei a exactidão. = O Juiz de Direito Fonseca Braga.

#### **EDITOS DE TRINTA DIAS**

17 Pelo juízo de direito da 4.º vara da comarde Lisboa, cartório do segundo ofício escrrivão Adolfo Maximino Ferraz e autos civéis de acção especial para separação de pessoas e bens em que é autor Justino Máximo de Oliveira, e ré Maria Laura Noronha e Oliveira, desta cidade, correm éditos de trinta dias a contar da segunda e ultima publicação do respectivo anúncio, citando a ré referida Maria Laura Noronha e Oliveira, residente em parte imcerta e cuja última morada foi na rua de Santa Martá, n.º 13, 1.º andar, desta cidade, para os fins do disposto no artigo 46, § único do decreto de 3 de Novembro de 1910, isto é, para responder no prazo improrrogável de cinco dias, restrictamente sôbre a não reconciliação, sob pena de se converter em divórcio, dentro de quarenta e oito horas imediatas ao prazo dos éditos, a referida separação. Verifiquei a exactidão. = O Juiz de Direito, da

4.º vara, Campos Henriques. (2:703)

### ÉDITOS DE TRINTA DIAS

18 Faço saber que pelo juízo de direito desta comarca de Vila Nova de Famalicão, cartório do primeiro ofício, a cargo do escrivão que êste assina, se processam e correm seus devidos termos uns autos de execução de sentença comercial, em que é exequente Domingos Pereira, viuvo, proprie tário, da freguesia de Requião, desta mesma co-marca, e executados Manuel Joaquim da Silva Carvalho e mulher Joaquima Ferreira da Silva Cruz, proprietários, da freguesia do Calendário, desta referida comarca, mas êle actualmente ausente em parte incerta nos Estados Unidos do Brasil, e ela igualmente residente em parte in-

E pelo presente correm éditos de trinta dias, citando os mencionados executados Manuel Joaquim da Silva Carvalho e mulher, para assistirem a todos os termos da execução e para no prazo de dez dias, posteriores aquele prazo dos éditos, que serão contados desde a segunda pu-blicação dêste anúncio no Diário do Govêrno, pagarem ao mesmo exequente a quantia de 2073710
réis, sendo 1415000 réis provenientes do capital
constante de uma letra datada de 30 de Novembro de 1908 e vencida 1909, aceite pelos ditos executados; 15770 réis de juros desde o protesto; 305000 réis adicionados para despesas extra-judiciais, e 34,5940 réis de custas contadas, tudo liquidado a fl. 33 da acção comercial de processo ordinário promovido pelo exequente contra os executados, e bem assim pagarem os juros e custas que acrescerem, ou nomearem bens suficientes à penhora, sob pens de, não o fazendo dentro daquele prazo, se devolver ao exequente o direito de nomeação.

Vila Nova de Famalicão, 9 de Dezembro de 1911. = O Escrivão, António M. Ribeiro Viegas. Verifiquei. = O Juiz de Direito, Moura. (2:716

# DISTRITO DE PAZ DE PONTA DO SOL

# Éditos de trinta dias

19 Pelo juízo dêste Distrito de Paz, comarca da Ponta do Sol, Ilha da Madeira, correm éditos de trinta dias, a contar da segunda e última publicação dêste anúncio no Diário do Govêrno, citando o réu João Rodrigues Loureto, ausente desta vila em parte incerta, casado com mulher cujo nome se ignora, residente no sítio do Lombo do Meio, da freguesia dos Canhas, para dentro de des dias, poateriores ao prazo dos éditos, impugnar, querendo, no cartório do escrivão que êste assigna, situado na Rua da Marquesa, da Vila da Ponta do Sol, o pedido de despejo que lhe faz o autor Dr. Júlio Paulo de Freitas, casado proprietário, da cidade do Funchal, para depejar até o

dia 30 de Abril de 1912, ou seja no fim da colheita da cana doce, a parte que cultiva de par-ceria agrícola dum prédio que o autor possui no sítio dos Anjos, da freguesia dos Canhas, que confina do norte com a estrada, sul com o calhau do mar, leste com o caminho municipal e oeste com Francisco Cabral Noronha. Declara se que o autor está pronto a pagar o valor das bemfeitorias a que o réu tenha direito, depois de efectuado o despejo e conforme for liquidado pelos meios competentes.

De como o juiz verificou a exactidão dêste extracto vai assinar.

Distrito de Paz de Ponta do Sol, 6 de Dezembro de 1911. = O Escrivão, interino, João A. de

Faria e C. Fagundes. aria e C. ragunaes. Verifiquei. = O Juiz de Paz, Pedro Joaquim (2:683

### ÉDITOS DE SESSENTA DIAS

20 Pelo julgado municipal da Ilha do Príncipe, cartório do único escrivão do juízo, correm seus termos uns autos de arrecadação por óbito de José Ferreira Pinto de Carvalho, filho de Manuel Ferreira de Carvalho e D. Francisca Ferreira Pinto, natural de Cabanelas, comarca de Braga, casado, sem filhos, com D. Maria Rita Sanches de Carvalho, morador que foi na Roça Santa Rita, desta Ilha, onde faleceu com testamento em 17 de Janeiro do ano corrente, e nos mesmos autos correm éditos de sessenta dias, a contar da segunda e última publicação do respectivo anúncio no Diário do Govêrno, citando os herdeiros, credores ou quaisquer outros interessados para dentro do prazo dos éditos deduzirem, querendo, seus direitos à herança arrecadada, sob pena de revelia.

Principe, 15 de Novembro de 1911. = O Escric vão, Aniónio do Nascimento.

Verifiquei. = Amadeu Augusto Quaresma Ventura.

#### JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DE LEIRIA

21 Por êste juízo de direito, cartório do escrivão do quarto ofício, correm éditos de trinta dias, contados da publicação do segundo anúncio no Diário do Govêrno, citando os interessados incertos que se julguem com direito a opor se ou a contestar a justificação requerida por Irene do Carmo, solteira, exposta da Misericordia de Lisboa, moradora em Leiria, pela qual justificação, com audiência do Ministério Público, pretende ser julgada unica e universal herdeira de Joaquim Marques Alves da Silveirs e mulher Inácia Camila Ferreira Marques, falecidos ambos em Leiria aonde residiam, o primeiro em 2 de Fe-vereiro de 1907 com testamento cerrado, devida e legalmente aprovado, e a segunda em 15 de Janeiro de 1910, com testamento público lavrado na nota do notário de Leiria, António Rodrigues Pereira, ambos sem ascendentes nem descendentes; e isto para todos os efeitos legais. Estas citações hão-de ser acusadas na segunda audiência posterior ao prazo dos éditos, na qual hão-de ser asinadas três audiências para contestarem ou deduzirem qualquer oposição, sob pena de re-

As audiências neste juízo tem lugar ás re gundas e quintas feiras às dez horas da manhã, no tribunal judicial desta comarca, sito no Largo da República nesta cidade, excepto se algum dêstes dias for feriado não estando compreendido em férias, porque neste caso terá lugar no dia seguinte.

Leiria, 27 de Novembro de 1911.= O Escrivão, António Pereira de Azevedo Batalha.

Verifiquei a exactidão .= O Juiz de Direito (2:690)Fonseca.

### CITAÇÃO EDITAL

22 Ao juízo de direito da 2.º vara cível da cidade do Pôrto foi distribuída uma acção de investigação de paternidade ilegítima, em harmo-nia com a lei da Família, de 25 de dezembro de 1910 (decreto n.º 2), em que é autor Francisco Martins Ramos Guimarães, solteiro, estudante, morador na rua dos Mártires da Liberdade, n.º 257, 2.º, da cidade do Pôrto, e réus D. Maria Cândida Urzedo Guimarães, solteira, de 18 anos. sua avo e tutora D. Emilia Cândida de Urzedo Borba. viuva, e quaisquer pessoas incertas interessadas.

Nesta acção alega o autor: Que, das relações que sua mãe, D. Maria da Purificação, também conhecida por D. Maria Francisca de Figueiredo Lima, teve, desde 1884 a 1887, com o falecido Francisco Martins Ramos Guimarães, então viuvo, nasceu êle autor;

Que sua mãe viveu com o dito Francisco Guipor mais duma vez, durante aqueles três anos, mas a temporadas curtas, apresentando-a êle, por essas ocasiões, aos amigos que lhe frequentavam a casa;

Que, antes de haver nascido o autor, o mencionado Francisco Guimarães, como estivesse para fazer uma viagem a Paris e se sentisse doente, dispôs de seus bens, por testamento, a favor da mãe do autor, D. Maria da Purificação;

Que tanto o falecido Guimarães, que sempre protegeu o autor, como sua familia, sabiam e sa-bem que este sempre usou e usa, desde criança, os apelidos do pai, não protestando nunca contra

o facto;
Que é notório e sabido que o autor sempre foi
considerado filho de Francisco Guimarães, por êste, pelas pessoas das suas relações e pelo público, o que lhe da todo o direito ao reconhecimento de paternidade ilegítima (artigo 22.º da lei da Familia), direito reforçado ainda pelo facto de sua mãe e Francisco Guimarães terem vivido, em certos períodos, como marido e mulher (artigo 34.°, n.º 5.°, do citado decreto) ;

Que Francisco Guimarães já faleceu há quinze anos, mas como o autor tem 24 anos, dando-se portanto o falecimento na sua menoridade, assiste-lhe o direito de intentar a acção antes que expirem os primeiros quatro anos da sua maiori-

Que autor e ré são partes legítimas e as pró-

prias em juízo; e

Que, nos termos de direito, deve julgar-se que o autor é filho ilegítimo, e sucessivel de Francisco Martins Ramos Guimarães, e, por isso, seu her-

deiro, como a ré. Por êste processo correm éditos de quatro meses, contados da publicação do segundo e último anúncio, a citar a dita D. Maria Candida Urzedo Guimarães, e sua avó e tutora, D. Emília Cândida de Urzedo Borba, como legítima represen-tante da mesma ré, que ambas residiram na Rua do Rosário, n.º 262 e 266, freguesia de Cedofeita, da cidade do Pôrto, e ora ausentes no Brasil, em parte incerta, bem como todos os interessados incertos, para os termos da acção de que se trata, e na segunda audiência do mesmo juízo, que tiver lugar decorrido que seja o termo de dez dias seguintes àquele prazo de quatro meses, virem acusar a citação, que assim lhes é feita, e marcar-se-lhes três audiências para contes-

As audiências, no dito juízo, fazem-se em todas as têrças e sextas feiras de cada semana, por 10 horas da manua, no respectivo tribunal, sito no edificio do extinto convento de S. João Novo, da cidade do Pôrto, não sendo dias feriados, por que, se o forem, a audiência terá lugar no dia

imediato, se o não fôr tambûm.
Pôrto, 6 de Dezembro de 1911. = O Escrivão

do processo, António Dias da Costa. Verifiquei a exactidão. = O Juiz de Direito da 2.º vara civel, Aires Garrido (2:679

#### EMPRESA INDUSTRIAL PORTUGUESA

(Sociedade anónima de responsabilidade limitada) 45.º e último sorteio de obrigações

desta empresa

28 São avisados os portadores de obrigações desta sociedade de que no próximo dia 28 de Dezembro, pelas duas horas e meia da tarde, procederá o conselho de administração, com a assistência do conselho fiscal, na sede da mesma, ao sorteio de sessenta e nove obrigações que terão de ser amortizadas em 2 de Janeiro de 1912.

Lisboa, 12 de Dezembro de 1911. = Os administradores, Adolfo Burnay=Leon Lacombe.(2:678

#### DIVORCIO

24 Pelo juízo de direito da comarca de Fafe, pelo cartório do segundo oficio, faz-se público que por sentença dêste juízo de 24 de Novembro último, transituda em julgado, foi julgada proce-dente a acção de divórcio que Manuel Joaquim Soares, também conhecido por Manuel Soares ou Manuel Soares de Freitas, solteiro, do lugar de Santo Ovídio, freguesia de Fafe, promoveu contra Rufina Pinto, operária, residente na povoa-ção de Campelos, comarca de Guimarães, e sasim dissolvido, por divórcio, o casamento de ambos.

Fafe, em 8 de Dezembro de 1911. = O Escrivão, José Maria Baptista Ribeiro.

Verifiquei a exactidão. = O Juiz de Direito, Alfredo Vicira.

#### POLICIA CIVICA DE LISBOA Inspecção administrativa

Éditos de trinta días

Por esta inspecção se anuncia que Rodrigo António da Silva, com casa de empréstimos sôbre penhores na Rua de Alcântara nº 24, rés-dochão, requereu se lhe desse buixa na fiança que prestou, visto não desejar continuar a exercer aquela indústria, em virtude do que são convocadas todas as pessoas que hajam feito transaccões no mesmo estabelecimento a apresentar no prazo de trinta dias qualquer reclamação.

Findo êste prazo, a contar da data do presente

anúncio, será levantada a fiança. Lisboa e Inspecção de Polícia Administrativa, em 13 de Dezembro de 1911.= O Secretário, Joaquim Maria Bernardes.

# COOPERATIVA DOS EMPREGADOS PÚBLICOS DO DISTRITO DE COIMBRA

2.ª Convocação

26 Não tendo havido número legal de sócios para a assembléia geral convocada para o dia 10 do corrente, fica V. Ex. avisado de que a referida assembléia geral, para tratar da eleição dos corpos gerentes desta cooperativa, para o ano civil de 1912, e leitura do projecto dos novos estatutos, deve ter lugar no dia 25 do corrente, pelas doze horas do dia, na sala da Associação do Montepio Martins de Carvalho, no Patio da Inqueição, e que a mesma assembléia funcionará com qualquer número de sócios presentes.

Coimbra, em 12 de Dezembro de 1911.= O Presidente da Assembléia Geral, Augusto Vieira de (2:696 Campos.

#### SOCIEDADE DE MÉLHORAMENTOS DO GEREZ, LIMITADA

Convocação da assembléia geral

Tendo a assembléia geral, de 11 de Setembro do corrente ano, deliberado o aumento de capital desta Sociedade, mas sendo necessário preencher uma formalidade exigida pela lei de 13 de Abril último, são convocados os Srs. associados para uma nova assembléia geral, que terá lugar no dia 15 de Janeiro de 1912, pela uma hora da tarde, na Fotografia Biel, a fim de ratificar o já deliberado na assembleia anterior, observando-se todas as formalidades desta lei.

Pôrto, 11 de Dezembro de 1911 .= Os Gerentes, Cristiano de Magalhães = Joaquim Alves Moreira = João de Sousa Pinheiro.

#### COMPANHIA LISBONENSE DE ESTAMPARIA E TINTURARIA DE ALGODÕES Sociedade anónima de responsabilidade limitada

Capital realizado 300:000\$000 reis

Rua dos Fanqueiros n.º 122, 1.º

Faz-se público quo no dia 30 do corrente, pela uma hora da tarde, se procederá ao sorteio das obrigações a amortizar desta Companhia.

Lisboa, 14 de Dezembro de 1911. - Os Directores, José Cambournac - Joaquim Augusto dos San-

#### COMPANHIA NACIONAL DE CAMINHOS DE FERRU

(Sociedade anónima de responsabilidade limitada)

# Capital 934:365\$000 reis

29 Nos termos do artigo 13.º dos estatutos se faz público que no sorteio de obrigações da série «Mirandela-Bragança», a que se procedeu em 12 do corrente, sairam sorteados os n. 37:926 a 87:980 e 38:586 a 38:590.

O pagamento dos juros e amortização desta série, relativa ao 2.º semestre de 1911, começará no dia 2 de Janeiro próximo futuro, em Lisboa, na sede da Companhia, Rua de S. Nicolau n.º 88, 1.º, das onze horas da manha às duas da tarde, e continuará em todos os dias úteis até 15 do referido mês, e depois às sextas feiras para as relações conferidas em cada semana.

Este pagamento também se realiza no Pôrto na casa bancária Pinto da Fonseca & Irmão e no

Banco Aliança.
Lisbos, 13 de Dezembro de 1911.— O Director de Serviço, Manuel Maria de Oliveira Belo. (2:697

#### DIVORCIO

30 Per sentença de 25 de Novembro último, que transitou em julgado, proferida no processo de separação de pessoas e bens entre os cônju-ges D. Salvina Adelaide Ferreira e seu marido José Maria Moutinho de Andrade, secretário da câmara municipal dêste concelho, e ambos pro-prietários, moradores nesta vila, foi convertida em divórcio a separação de pessoas e bens entre os referidos cônjuges, homologada por sentença de 7 de Fevereiro de 1905; o que se faz público, nos termos e para os efeitos de disposto no artigo 19.º do decreto com fôrça de lei de 3 de Novembro de 1910.

Fozcos, 11 de Dezembro de 1911. = O Escri-

vão, Antônio Julio Correia Cavalheiro. Verifiquei a exactidão. — O Juiz de Direito, O. Castro.

31 Por escritura de 7 de Julho do corrente ano, lavrada pelo notário Grilo, a fl. 51 do liv. 451, foi dissolvida e liquidada a sociedade que girava nesta praça, sob a firma Rêgo & Valente, ficando todo o activo e passivo da mesma sociedade a cargo do signatário.

Lisboa, 21 de Novembro de 1911. — Fernando

de Melo Rêgo. — (Segue o reconhecimento). (2:705

32 Pelo juízo de direito da comarca de Moura, cartório do escrivão Coelho Teixeira, e por sentença de 22 de Novembro de 1911 que, por trânsito em julgado, foi autorizado definitiva-mente o divórcio entre D. Adelaide Elisa Carrasco Fragoso e seu marido Diogo Máximo de Oliveira Santiago, ambos moradores nesta vila. O que se anuncia nos termos e para os fins

legais.

Moura, 5 de Dezembro de 1911. = O Escrivão, António Coelho Teixeira.

Verifiquei a exactidão. = O Juiz de Direito, Ferreira Guimaräes. (2:710)

33 Alberto Carlos Gomes, estabelecido na Rua dos Fanqueiros n.º 90, tendo tomado de traspasse, a Vergilio Alves de Carvalho, a sua casa de sapataria sita na Rua da Madalena n.º 27, vem por ĉate meio declarar que não toma a si responsabilidades de quaisquer encargos da dita casa respeitantes a credores com que se não tenha já entendido até esta data.

Lisboa, 14 de Dezembro de 1911. - Alberto Carlos Gomes.

(Segue-se o reconhecimento). (2:706)

# DECLARAÇÃO

34 Figueiredo & C. a declaram, para os devidos efeitos, que por escritura pública, de 9 do corrente, lavrada nas notas do notário desta cidade Noronha Galvão, e em harmonia com o acôrdo celebrado entre os credores do Sr. Vítor Bresson, tomaram a êste senhor, por traspasse, a sua fábrica de artefactos de malha, situada na Rua Duarte Galvão n.º 22, à Cruz da Pedra, com todo o seu activo e passivo industrial, ficando nós com o encargo do pagamento a todos os credores do mesmo Sr. Vítor Bresson, constantes da lista que êste senhor apresentou e que fica arquivada no cartório do mencionado notário, nas condições do citado acôrdo.

Ontrossim declaram que são actualmente os únicos proprietários da referida fábrica e que o Sr. Vitor Bresson deixou de nela ter qualquer ingerência, tanto na parte administrativa como na parte técnica. Lisboa, 13 de Dezembro de 1911. — Figueiredo

& C.ta (Segue-se o reconhecimento) (2:695

#### COMPANHIA DO DOMBE GRANDE Sociedade anónima de responsabilidade limitada Mesa da assembléia geral

35 Convoco os Srs. accionistas desta Companhia a reunirem-se em assembléia geral ordinária no dia 29 do corrente mês, pelas duas horas da tarde, na sede da mesma, Rua do Comércio h.º 28, 1.º andar. Os fins desta reunião são:

1.º Discutir, aprovar ou modificar o balanço e relatório da direcção e o parecer do concelho fis-

2.º Proceder a eleições, em conformidade com o artigo 15.º dos Estatutos. Lisboa, 14 de Dezembro de 1911. = O Vice-

### Presidente, M. A. Dias Ferreira. COMARCA DA POVOA DE LANHOSO

36 Nos autos de acção especial de separação de pessoas, em que é autor Francisco Xavier Vieira da Mota, da freguesia de Serzedelo, desta comarca e ré sua mulher Emilia Rosa Antunes, da mesma freguesia, foi por esta requerido, nos termos do artigo 61.º do decreto de 3 de Novembro de 1910, que a separação fôsse convertida em divorcio, e por sentença de 24 do corrente mês foi a mesma convertida em divorcio para todos os

efeitos legais e especialmente para o efeito de ficar o matrimónio dissolvido.

Póvos de Lanhoso, 29 de Novembro de 1911. == O Escrivão-Ajudante, Antônio Joaquim Fernan-

des. Verifiquei a exactidão. = O Juiz de Direito. (2:699 J. Figueiredo.

#### MOTORES A GAZ

37 Deseja-se vender o privilégio de invenção concedido em Portugal, pela patente n.º 6:933, para: «Processo e disposições para a expulsão do excesso dos gazes de escape, dos motores que fun-

cionem em ciclo fechado».

Para tratar e informações o agente oficial de patentes J. A. da Cunha Ferreira, Rua dos Capelistas, 178, 1.•, Lisboa.

38 Por escritura de 7 de Julho do corrente ano, lavrada pelo notário Grilo, a fl. 50 do livro 451, foi, dissolvida e liquidada a sociedade que girava nesta praça sob a firma Pinho & Valente,

o que se fas público para os devidos efeitos. Lisboa, 21 de Novembro de 1911. — Cândido Pinto Valente — Luís Fernandes de Pinko. — (Segue-se o reconhecimento).

#### LISBOA

#### Companhias Reunidas Gaz e Electricidade Balancete do Razão em 31 de Outubro de 191 L

ACTIVO

Concessões, privilégios e entradas 3.386:243\$860 3.688:648#129 2,069:939#008 Fábrica do gaz de Setúbal..... 121:1994416 Carvão, sub-produtos e armazêns 215:804 \$855 diversos..... Caixa e Bancos em Portugal e no 187:987#636 estrangeiro ..... 394:688 \$229 Letras a receber..... Câmaras municipais e aeus esta-481:483 132 belecimentos.... 38:525 4028 Devedores e credores..... Valores pertencentes às Compa-248:894 \$190 rios..... 3:5554000 48:1504000 Acções para trocar..... Acções amortizadas..... 58:076 5597 Gastos gerais e ordenados..... Subscrição de acções da Sociedade energia eléctrica do Porto.... 251:550\$000 248:491\$134 Exploração de gaz (despesa) . . . . 13.328:753 869

PASSIVO Capital — Acções..... 5.580:0004000 Capital - Obrigações ..... 5.422:140#000 Acções da Companhia Lisbonense de Iluminação a Gaz, e meias acções destas Companhias, a 3:555 4000 157:860 \$000 48:150,5000 270:173 250 Dividendos a pagar..... 101:795#400 Obrigações e coupons a pagar... 10:584#330 28:323#233

pagar ..... Cauções e depósitos..... 15:1644720 Depositantes de garantia e esta-248:894#190 666:938#388 1:000\$000 265:366\$694 Fundo de reserva..... Transacções a liquidar ..... 7:882 4779 446:062#743 Exploração de gas (receita).... 41:120#206 Devedores e credores..... **13:742\$936** Ganhos e perdas.....

Companhias Reunidas Gaz e Electricidade.—
A Direcção provisória, Naudin—M. Miet.= 0 Guarda-Livros, Alfredo Botelho Pimentel. (2:712

13.328:7534869

No dia 19 do corrente por doze horas, à porta do tribunal da 5.ª vara desta comarca, volta à praça, no valor de 35:000\$000 réis. o prédio urbano situado na Praça de Luís de Camões n. 44 a 48, com frente para a Rua do Mundo n.º 1 a 9, freguesia da Encarnação, desta cidade, por acôrdo dos interessados no inventário de Isabel Maria Romeiro, em que é cabeça de casal D. Amália Augusta dos Santos.

Lisboa, 11 de Dezembro de 1911. = O Escrivão, Alberto Eugénio de Carvalho Leitão.

Verifiquei a exactidão. = O Juiz de Direito, Sotomaior.

### CONCURSO

41 A mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Tomar, devidamente autorisada, abre concurso documental por espaço de trinta dias, a contar da segunda publicação dêste no Diario do Governo, para o provimento do lugar de ajudante do cartorário e fiscal do hospital, com o ordenado anual de 108,5000 réis, com obrigação de auxiliar todo o serviço de secretaria, substituir o cartorário em todos os seus impedimentos ou faltas, exercer fiscalização nos serviços hospitalares e com direito à promoção a cartorário efectivo, logo que vague este lugar.

Tomar, 12 de Dezembro de 1911. = O Escrivão, servindo de Provedor, António da Fonseca Si-

# ACÇÃO DE DIVORCIO

42 Por sentença de 25 de Novembro próximo passado, que transitou, foi julgada procedente e provada a acção de divórcio litigioso requerido por D. Maria dos Prazeres Beleza Sequeira Pinto, também conhecida, em solteira, por D. Maria dos Prazeres Bastos Coutinho Beleza ou Beleza de Andrade, contra seu marido Artur Sequeira Pinto, ambos desta cidade, e autorizado o divórcio definitivo daqueles.

O que se fas público para os devidos efeitos, e nos termos do artigo 19.º do decreto com fôrça de lei de 8 de Novembro de 1910.

Pôrto, 9 de Dezembro de 1911.= O Escrivão do segundo oficio da 3.º vara, Alexandre da Silva Moutinho. Verifiquei .- Carlos Pinto.

Pelo cartório do segundo oficio do juízo de direito da 5.ª vara cível da comarca de Lisboa, e nos autos de execução de escritura, em que é exequente Augusto Maria Barroca e executado José Benigno Ribeiro Garrido e espôsa, se procederá no dia 18 do corrente mês, por doze horas, no Royal Hotel do Monte Estoril, à continuação da almoeda dos bens ainda não praciados e à 2.º e 3.º praça dos que não obtiveram lançador nas praças anteriores, sendo arrematados em hasta pública pelo maior lanço oferecido alêm da avaliação, os que vão pela 1.º vez à praça, por metade os que vão pela 2.º vez, e por qualquer

quantia os que vão pela 3.º vez à praça.

Pelo presente são citados quaisquer credores incertos para deduzirem o seu direito no prazo

legal.
Lisboa, 9 de Dezembro de 1911.= O Escrivão,
Antônio Mendes Lima.

Verifiquei a exactidão.= O Juiz de Direito Sotomaior.

44 Pelo juízo de direito da 6.ª vara desta comarca, cartório do escrivão Nunes e, nos autos de execução de sentença comercial (pequena dívida), movida por Casimiro José Sabido & C.ª (Irmão), contra Augusto Alves Mineiro, correm éditos de dez dias, a contar da publicação do segundo e ultimo anúncio, citando todos os credores que pre-tendam deduzir preferências sôbre o quantia de 149\$720 réis, depositada na Caixa Geral de De-pósitos, pelo conhecimento n.º 21:161, e penhorada ao executado, a fim de deduzirem os seus artigos até o décimo dia depois de findo o prazo

dos éditos. Lisboa, 2 de Dezembro de 1911. = O Escrivão,

Celestino Augusto Nunes. Verifiquei a exactidão. = O Juiz de Direito F. Pires.

# COMARCA DE MONCÃO

Editos de trinta dias

45 Procedendo-se no juizo de direito desta comarca, cartório do escrivão do quarto oficio, a inventário ortanológico por falecimento de António de Caldas, tambêm conhecido que era por António José de Caldas, o qual foi casado com a inventariante Clementina de Barros, do lugar de Requião, freguesia de Mazedo, no mencionado inventário foi lavrado despacho mandando citar por éditos de trinta dias o interessado Augusto de Jesus Caldas, solteiro, maior, morador que foi no referido lugar de Requião, da dita freguesia de Mazedo, agora ausente em parte incerta nos Estados Unidos do Brasil, e o credor José Casimiro Vieira de Abreu, casado, tenente do regimento de in-fantaria n.º 3, residente na vila e comarca de Valença, sendo aquele para assistir até final, e sem prejuizo do seu andamento, a todos os termos do mesmo inventário, e êste para deduzir os seus direitos no aludido inventário e tambêm sem prejuízo do seu andamento.

Monção, 4 de Dezembro de 1911. ⇐ O Escrivão Frederico Ribeiro da Costa César.

Verifiquei a exactidão. = O Juiz de Direito,

#### JUIZO DE DIREITO DA COMARCA DA HORTA Editos

46 Pelo juízo de direito da comarca da Horta. cartório do segundo ofício, a cargo do escrivão que êste passa, e nos autos de separação de pes-soas e bens, em que é autor Teotónio José Machado, casado, marchante, desta cidade, e ré sua mulher Ana Emília, ausente nos Estados Unidos da América, correm éditos de trinta dias, a contar da segunda e última publicação dêste anúncio, chamando e citando a mesma ré Ana Emília, para no prazo de cinco dias, findo que seja o dos éditos, responder o que se lhe oferecer restrita-mente sôbre a não conciliação com o autor, seu marido, sob pena de, com resposta ou sem els, a separação de suas pessoas e bens ser convertida

até final, pena de revelia. Horts, 28 de Novembro de 1911. = O Escrivão interino do segundo ofício, Joaquim de Sousa Gi-

em divórcio, seguindo-se os demais termos legais

Verifiquei. = O Juiz de Direito, Amândio de (2:658 Campos.

47 Pelo juízo de direito da comarca ta, cartório do querto ofício, correm éditos de trinta dias, a contar da segunda publicação dêste anúncio, citando Rosa Adelaide, residente em parte incerta da República dos Estados Unidos da América, para na segunda audiência dêste juizo, posterior ao prazo dos éditos, ver acusar a citação e marcar-se-lhe três audiências para contestar, querendo, a acção de divórcio que lhe move seu marido Sebastião Rodrigues, tambêm conhecido por Sebastião da Silva ou Sebastião Rodrigues da Costa, casado, trabalhador, mora-dor na freguesia de Castelo Branco, desta co-

As audiências neste juíso fazem-se em todas as segundas e quintas feiras, não sendo dias feriados, porque, sendo o, se fazem nos dias seguintes que o não forem, sempre por des horas da manhã, no tribunal judicial, no Largo do Duque de Avila e Bolama, desta cidade.

Horta, 28 de Novembro de 1911.- O Escrivão,

Domingos Machado Soares. Verifiquei. = Amandio de Campos.

48 No juízo de direito da comarca de Vila Rial, cartório de encrivão que êste subscreve, correm éditos de trinta dias a contar da última publicação dêste, citando Maria Emília, casada com José Gomes, Sebastião da Fonseca, casado com Rosa-lina da Fonseca, Bernardina Pereira, solteira, maior, Ana Pereira, solteira, maior, todos de Pa-

rada de Cunhos, desta comarca, e ausentes em parte incerta nos Estados Unidos do Brasil, para na qualidade de interessados, no inventário a que neste juíso se procede por óbito de seu pai e sogro José Gonçalo da Fonseca, assistirem a todos os termos do mesmo inventário e nele deduzirem os

seus direitos sob as penas legais.
Vila Rial, 7 de Desembro de 1911. — O Escrivão ajudante, *Antônio Alvares de Barros e Matos*. Verifiquei a exactidão. = O Juiz de Direito, D. Ramos.

#### EDITOS DE TRINTA DIAS

49 Nesta comarca de Chaves, cartório que êste subscreve, pendem uns autos de acção ordinária de investigação de paternidade ilegítima, em que é autora Maria Teixeira Bragança, solteira, maior, doméstica, moradora em Rebordondo, desta comarca, e réus D. Ana Teixeira Bragança e marido Albino Miranda, do lugar de Tourêm, comarca de Montalegre, o Ministério Público e os interessados incertos e aquela requereu que fôssem citados os ineertos para comparecerem por si ou bastante procurador na segunda audiência dêste juízo de direito, posterior so prazo de trinta dias que começarão a correr, depois da publicação do segundo anúncio dêste no *Diário do Govêrno*, a fim de ver oferecer a dita acção, receber o competente duplicado e seguirem-se os mais termos da causa, sob pena de revelia. As audiências dêste juizo fazem-se na sala do Tribunal Judicial dêste juizo, pelas dez horas da manhã, em todas as segundas e quintas feiras, não sendo dias feriados, porque sendo-o, se fazem no dia imediato, se não fôr tambêm feriado.

Chaves, 12 de Agosto de 1911. = O Escrivão, Luis Augusto de Lima Barreto Júnior. Verifiquei = O Juiz de Direito, Vas.

#### COMARCA DO PORTO

1.ª Vara, 5.º Oficio, Escrivão José Evaristo Éditos de trinta dias

50 Pelo juízo de direito da 1.º vara cível da cidade e comarca do Pôrto, cartório do escrivão abaixo assinado, correm éditos de trinta dias, a contar da última publicação dêste no Diário do Governo, citando o réu Manuel Martins da Ro-cha, ausente em parte incerta, para todos os termos da acção especial de penhora executiva por foros que contra si e sua mulher lhe promove a Junta de Paróquia da freguesia de Gulpilhares, para na terceira audiência dêste juizo, depois de findo o prazo dos éditos, depois de acusada a presente citação, deduzir por embargos a oposi-ção que tiver, sob pena de revelia, e a acção prosseguir seus termos.

As audiências dêste juiso efectuam-se todas as têrças e sextas feiras de cada semana, por dez hoias da manhã, no tribunal judicial em S. João Novo, não sendo dia feriado, porque sendo-o se efectuam no dia seguinte à mesma hora

Dado e passado nesta cidade do Pôrto, em 9 de Dezembro de 1911 = O Escrivão da 1.º vara civel, José Evaristo Pereira da Fonseca.

Verifiquei. — O Juiz de Direito, Perdigão. (2:673 51 No juizo de direito do comarca de Vila Rial, cartório do escrivão do quarto oficio, correm éditos de trinta dias, citando todas e quaisquer pessoas incertas que pretendam impugnar a justificação avulsa, requerida por D. Luísa da Conceição Moreira, também conhecida por D. Luisa da Conceição Moreira Leite, solteira, maior, pro-prietária, residente nesta Vila Rial, a qual tem por objecto habilitar-se como única e universal herdeira de seu filho ilegítimo António Augusto de Almeida Carvalhais, natural do lugar da Veiga, freguesia da Cumieira, desta comarca, falecido em 23 de Março do corrente ano, no estado de solteiro, sem testamento e sem descendentes, na cidade de S. Paulo de Muriahé, Estado de Minas, da República do Brasil, para que o façam até a terceira audiência depois de acusada a ci-tação, acusação esta que há de verificar-se na segunda audiência, depois de findo o prazo de trinta dias, com a pena de revelia.

As audiências neste juizo fazem-se em todas as segundas e quintas feiras de cada semana, não sendo dias impedidos, por des horas da mauhã, no tribunal judicial, sito à Rua do Conde de Vila Rial, desta vila.

Vila Rial, em 8 de Dezembro de 1911.= O Escrivão do quarto oficio, Antônio de Sousa Costa. Verifiquei a exactidão. = O Juiz de Direito,

# EDITOS DE TRINTA DIAS

52 Por este juízo de direito e cartório do escrivão que este passa, correm éditos de trinta dias, citando os interessados António Pereira e mulher, cujo nome se ignora, e Julia das Neves, solteira. maior, todos ausentes em parte incerta, para assistirem a todos os termos até final do inventário, orfanológico por óbito de seu pai e sogro António Pereira, viuvo, morador que foi no lugar do Cadoiço, freguesía de Midões, sem prejuízo do andamento do mesmo inventário.

Tábua, 9 de Dezembro de 1911.... O Escrivão, Antônio Neves Pereira de Castro.

Verifiquei. = O Juiz de Direito, Moraes Ca-

53 No juízo de direito da comarca de Elvas, cartório do 3.º oficio, correm éditos de trinta dias, a contar da segunda e última publicação do presente anúncio, citando os herdeiros incertos de sente anuncio, chando os nerdeiros incertos de Maria Rosa Gil, que faleceu no hospital da Misericórdia desta cidade, e moradora na travessa das Pardelhas, n.º 2-C, freguesia de Alcáçova, desta mesma cidade, a fim de deduzirem a sua habilitação, na segunda audiência dêste juizo, depois de findos os prazos dos éditos, sob pena da herança ser declarada vaga para o Estado.

As audiêncius dêste juizo fazem-se às segundas e quintas-feiras, às 10 horas da manhã, no tribunal situado nesta cidade, na Praça da República, e, quando estes dias não forem úteis, fazem-se nos imediatos, se o forem

Elvas, 8 de Novembro de 1911. = O escrivão, António da Silva Resende. Verifiquei. — Ferreira Dias

EDITAL

54 Pelo juiso das execuções fiscais do 2.º distrito fiscal de Lisboa, cartório do 3.º bairro, à Rua da Emenda n.º 46, 2.º, vai à praça no dia 21 do corrente mês de Desembro, pelas doze horas da manhã, para ser vendido pelo maior lanço que for oferecido, o seguinte: um piano com a marca «Pleyde», a fim de, com o seu produto, ser paga a execução que a Fazenda Nacional move a Louis Verdin, por divida de contribuição de renda de casas dos anos de 1908, 1909 e 1910.

Lisboa, 9 de Dezembro de 1911. = O Escrivão. Mendes Correia.

Verifiquei. = 0 Juiz de Direito, V. Gomes. (c

#### EDITAL

55 Pelo juízo das execuções fiscais do 2.º distrito fiscal de Lisboa, cartório do 8.º bairro, vai à praça no dia 20 do corrente mês de Dezembro, à praça no dia 20 do corrente mês de Dezembro, pelas treze horas, à porta dêste tribunal, à Rua da Emenda n.º 46, 2.º, a fim de serem vendidos pelo maior lanço que fôr oferecido, diversos móveis, guarda-vestidos, cama, cadeiras e outros, penhorados na execução que a Fazenda Nacional move a Alberto de Araújo, por divida da contribuição de renda de casas do ano de 1909, primeiro e segundo semestres, na importância de 1035410 e segundo semestres, na emportância de 1055410 réis, alêm dos adicionais, selos e custas até final,

a fim de ser paga com o seu produto.
Lisboa, 9 de Dezembro de 1911. — O Escrivão,

Mendes Correia. Verifiquei. = O Juiz de Direito, V. Gomes. (d

56 Na comarca de Cantanhede, cartório do escrivão Pinto, correm éditos de quarenta dias, a contar da segunda publicação deste anúncio, citando José Gomes dos Santos, solteiro, maior, da Pocariça, ausente em parte incerta no Brasil, para no referido prazo vir a êste juizo, querendo, assistir aos termos do inventário por óbito de sua mãe Ana Teresa de Jesus, do dito lugar da Pocarica, no qual é inventariante Frederico Gomes dos Santos, ou constituir advogado ou procurador

habilitado, sob pena de revelia.

Cantanhede, 27 de Novembro de 1911.= O Escrivão, Nuno Guedes Pinto.

Verifiquei.=Teixeira de Queiros.

57 Pelo juízo de direito da comarca da Guarda, cartório do escrivão do primeiro ofício, correm éditos de trinta dias, a contar da segunda e última publicação dêste no Diário do Governo, citando quaisquer herdeiros incertos da falecida D. Joaquina Emília da Silva Guimarães, viuva, moradora que foi nesta cidade, para nos termos dos artigos 195.º e seguintes do Código do Processo Civil, deduzirem a sua habilitação na segunda audiência, depois de findar o prazo dos éditos.

As audiências neste juízo fazem-se todas as segundas e quintas feiras de cada semana, por dez horas da manhã, no Tribunal Judicial sito na Praça de Luís de Camões.

Guarda, 8 de Dezembro de 1911.-Eu, Bartolomen Pinto de Magalhães, Escrivão, ajudante, o escrevi no impedimento do competente.

Verifiquei.—Rufino da Graça.

58 Pelo juízo de direito da comarca de Loulé, cartório do primeiro ofício, a cargo do escrivão Tomás Josquim Rua, e autos de execução por custas, em que é exequente o Ministério Público e executado Francisco de Brito da Mana, casado, proprietário e negociante, do sítio da Franqueada, freguesis de S. Clemente de Loulé, correm éditos de trinta dias, a contar da segunda publicação dêste anúncio no *Diário do Governo*, citando o dito executado Francisco de Brito da Mana, ausente em parte incerta, para no prazo de dez dias, posteriores aos dos éditos, pagar no aludido cartório do primeiro ofício a quantia de 4\$865 réis, importância das custas contadas e em dívida ao juízo na acção comercial com processo especial que lhe moveu Manuel de Sousa Careto, casado, proprietário e negociante, residente em Vale Formoso, e em que foi condenado, sob pena

da execução prosseguir nos demais termos.

Loulé, 2 de Dezembro de 1911.—O Escrivão do primeiro ofício, Tomás Joaquim Bua.

Verifiquei.—B. Magalhães. (8

# COMARCA DE MOGADOURO

Pelo juízo de direito desta comarca, cartório do escrivão de terceiro oficio, Ferreira, se processam e correm seus devidos termos uns autos de inventário orfanológico por óbito de Manuel Joaquim Fernandes, que foi do lugar de Urroz, no qual é inventariante a viuva daquele, Maria Inácia Pires Fernandes, do mesmo lugar.

Pelo presente é citado por éditos de quatro meses, a contar da segunda publicação deste anún-cio no Diário do Governo, o interessado André Pires, solteiro, maior, do lugar de Urroz, desta comarca, ausente em parte incerta na Africa Oci-dental, para assistir a todos os termos até final do referido inventário, sem prejuízo do regular andamento.

Mogadouro, 9 de Dezembro de 1911.- O Escrivão, Ernesto de Almeida Ferreira.

Verifiquei a exactidão. = O Juis de Direito, Augusto Oliveira.

# INVESTIGAÇÃO DOS CRIMES DE REBELIÃO Éditos de dez dias

60 São pelo presente citados Adriano Alves da Cunha, solteiro, comerciante, padre Augusto Fernandes, Tiófilo José Rodrigues, e sargento Canavarro, todos da Vila de Chaves, ausentes em parte incerta, para no praso de dez dias, a contar da publicação no Diário do Governo, comparece-rem sob pens de revelia, no edifício do Tribunal da Relação de Lisboa, e sala destinada a esta investigação, a fim de lhes ser intimado o despacho de pronúncis, lançado nos autos de querela que a eles e outros move o Ministério Público pelo crime de rebelião.

Lisboa, 14 de Dezembro de 1911. = O Escrivão, J. Flaviano de Campos Jardim. Verifiquei. = O Juiz de Investigação, Valejo Temudo.

Imprensa Nacional